



24º Relatório Mensal de Atividades

Outubro e Novembro/2025

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA - FUC

INCIDENTE PROCESSUAL N.º 5020914-98.2024.8.21.0001
RECUPERAÇÃO JUDICIAL N.º 5245072-73.2023.8.21.0001
1º JUÍZO DA VARA REGIONAL EMPRESARIAL DE PORTO ALEGRE/RS
JUIZ: DR. GILBERTO SCHAFER

Sumário

- | | | | |
|----|--|----|---|
| 01 | Considerações iniciais | 08 | Estrutura do Passivo |
| 02 | Cronograma Processual | 09 | Análise Econômico-Financeira - (Matriz e Filiais - Consolidado) |
| 03 | Eventos Relevantes | 10 | Análise Econômico-Financeira – Brasília/DF |
| 04 | Sessões de Mediação na Justiça do Trabalho | 11 | Plano de Recuperação Judicial |
| 05 | Intervenção pelo Governo do Distrito Federal | 12 | Habilitações Trabalhistas Administrativas |
| 06 | Eventos do Mês | 13 | Considerações Finais |
| 07 | Informações sobre a Recuperanda | 14 | Anexos |

01. Considerações Iniciais

Função do Administrador Judicial

O Administrador Judicial é o agente auxiliar da justiça e de confiança do Juiz que, ao assumir as suas funções, compromete-se a bem e fielmente desempenhar o encargo, com as responsabilidades a ele inerentes. O principal dever da Administração Judicial na Recuperação Judicial consiste em fiscalizar as atividades do devedor, porquanto este permanece na gestão empresarial.

O resultado dessa fiscalização é materializado por meio da apresentação de Relatórios Mensais de Atividades (RMA), cujo dever é estabelecido à Administração Judicial no art. 22, II, “c”, da Lei n.º 11.101/05 (LRF), recentemente incluída pela Lei n.º 14.112/20, segundo o qual:

Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe:

II – na recuperação judicial:

c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020).

As informações apresentadas nos relatórios serão baseadas em dados contábeis, financeiros e operacionais apresentados pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da LRF. Tais informações, todavia, **não serão objeto de exame independente ou de procedimento de auditoria**, de forma que não se poderá garantir ou afirmar a sua correção, precisão e completude.

Isso porque, como bem referem Daniel Carnio e Alexandre Correa, “a intenção do legislador nessa norma é a de que a administração verifique a plausibilidade e a veracidade da documentação apresentada pelo devedor, servindo como efetivo ente fiscalizatório”. Mais adiante, acrescentam que “a inclusão da alínea ‘c’, inciso II, do referido artigo não ocorreu para responsabilizar o auxiliar do juízo por informações inverídicas prestadas pela recuperanda”, mas sim para obrigá-lo “a fiscalizar essas informações e conferir, dentro das suas possibilidades de trabalho, se os dados possuem lastro na realidade da empresa” (COSTA, Daniel Carnio. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005/ Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo – Curitiba: Juruá, 2021, pp. 107-109).



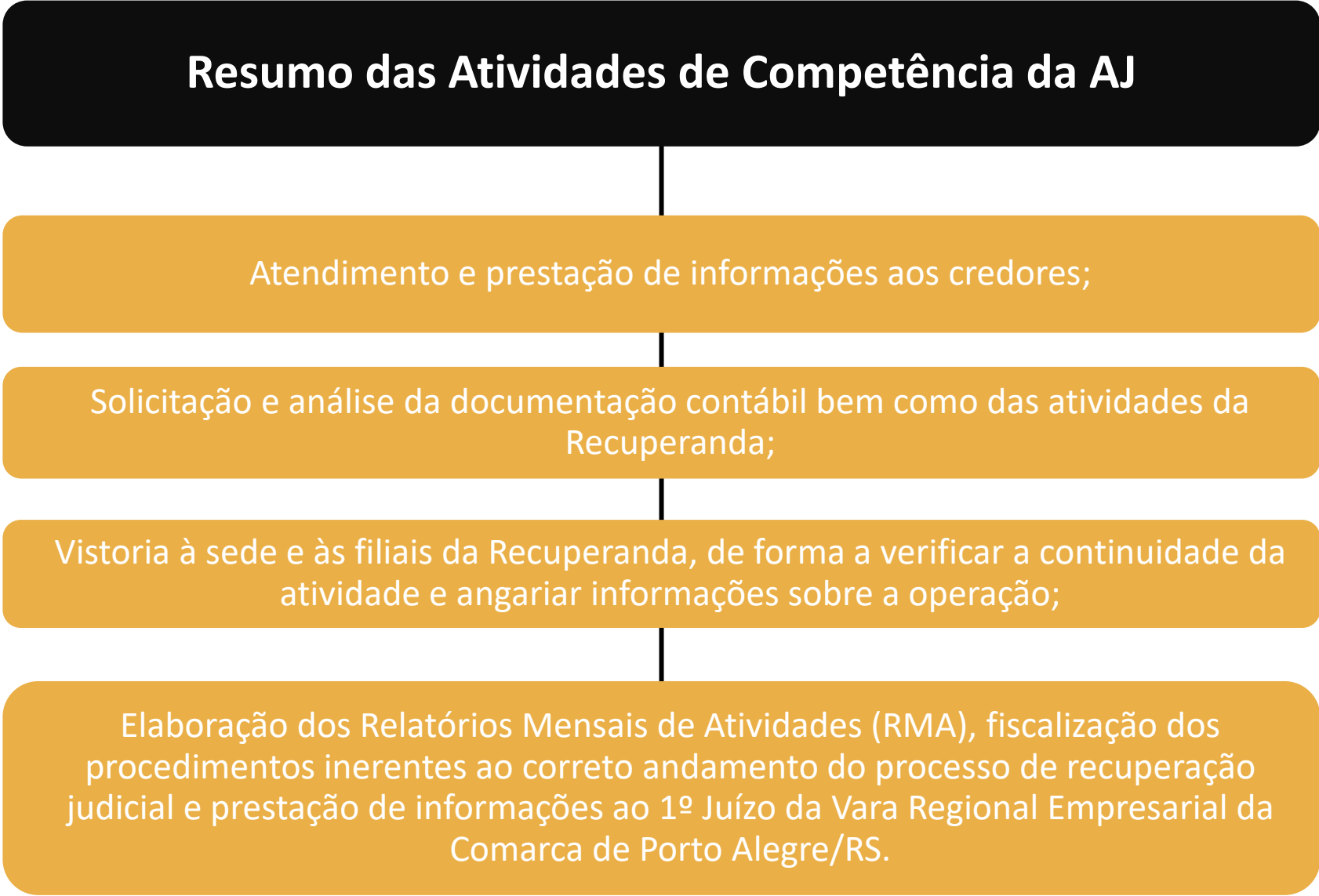
01. Considerações Iniciais

Função do Administrador Judicial

Nesse sentido, o presente relatório tem como objetivo reunir, de forma sintética, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da **FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA (FUC)**, ofertando ao Juiz, ao Ministério Público, aos credores e aos demais interessados um relato transparente dos principais fatos ocorridos no período analisado.

O período objeto de análise processual e operacional corresponde aos meses de **outubro e novembro/2025**.

Ao lado, apresentam-se as atividades desempenhadas por estas Equipes Técnicas.



01. Considerações Iniciais

Documentação Mensal

O presente relatório não objetiva atestar a veracidade e a conformidade das informações contábeis e financeiras prestadas pelo devedor. Objetiva, por outro lado, conferi-las, a fim de aferir se guardam embasamento com a realidade coletada pela Administração Judicial nas vistorias – físicas ou virtuais – realizadas nas instalações da devedora.

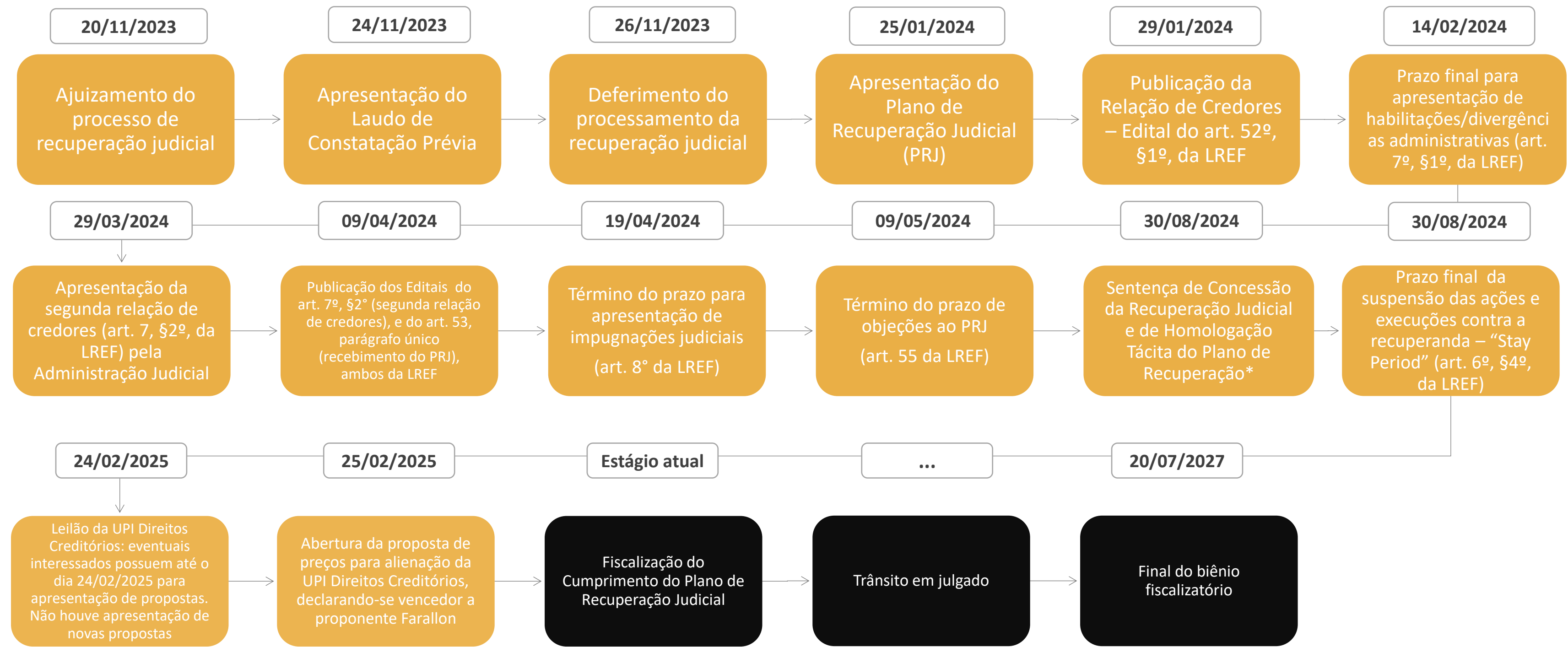
Com relação à **apresentação dos documentos mensais** (art. 52, inc. IV, da Lei nº 11.101/2005), até o momento de finalização deste Relatório Mensal de Atividades (RMA), **o *status* no que diz respeito à documentação solicitada pela Administração Judicial apresentava-se da seguinte forma:**

| FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA (Alvorada, Cachoeirinha, Porto Alegre (Matriz), Santa Maria , Viamão e Brasília) | | |
|---|--------------|--------|
| Documentos | Período | Status |
| Balancete contábil analítico assinado (pdf e excel) | Out e Nov/25 | ✓ |
| Livro Razão | Out e Nov/25 | ✓ |
| Controle dos Adiantamentos | Out e Nov/25 | ✓ |
| Fluxo de caixa (realizado) - Método Indireto | Out e Nov/25 | ✓ |
| Extratos Bancários | Out e Nov/25 | ✓ |
| Relatório do Ativo Imobilizado e dos Estoques | Out e Nov/25 | ✓ |
| Planilha de tributos atualizada (conforme modelo da página 25 deste relatório) | Out e Nov/25 | ✓ |
| Extrato do e-CAC (RFB) – por filial | Out e Nov/25 | ✗ |
| Folhas de pagamento e comprovantes de pagamento dos funcionários | Out e Nov/25 | ✓ |
| Relatório gerencial de funcionários, com a discriminação dos cargos e regime de contratação | Out e Nov/25 | ✓ |
| Relatório com a discriminação dos procedimentos realizados, consultas médicas e transplantes | Out e Nov/25 | ✓ |
| Relatório com o número de atendimentos SUS realizados | Out e Nov/25 | ✓ |
| Relatório individualizado referente aos médicos contratados e prestadores de serviço | Out e Nov/25 | ✓ |
| Relatório com o número de atendimentos realizados por convênio | Out e Nov/25 | ✓ |

02. Cronograma Processual

Fundação Universitária de Cardiologia - FUC

Evento Ocorrido Evento Não Ocorrido




* A decisão que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial encontrava-se suspensa pela atribuição de efeito suspensivo concedido no agravo de instrumento de número 5271523-56.2024.8.21.7000; o recurso, todavia, na data de 01/05/2025, foi julgado prejudicado pela perda de objeto. Por essa razão, está novamente vigente o prazo para cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e consequente fiscalização do PRJ.


03. Eventos Relevantes


Atendimentos aos credores e interessados

No período analisado, a Administração Judicial realizou intensa fiscalização nas atividades da Recuperanda e manteve contato direto com os credores, com a finalidade de melhor cumprir seu papel de auxiliar do Juízo.

Consoante apresentado no processo recuperacional, a Administração Judicial disponibilizou canais de contato aos credores e interessados, por meio do site exclusivo, e-mail específico, telefone e WhatsApp, conforme quadro abaixo:

 www.rjinstitutodecardiologia.com.br

 aj@rjinstitutodecardiologia.com.br

 0800 191 2460 (fone e whats)

Desde o aceite do encargo, manifestado em 29 de novembro de 2023 (Evento 100), a Administração Judicial realiza atendimentos diários pelos canais acima, chegando-se aos seguintes números totais:

| CANAL DE CONTATO | NÚMERO DE ATENDIMENTOS |
|------------------|------------------------|
| E-MAIL | 1.190 |
| TELEFONE | 91 |
| WHATSAPP | 500 |

Assevera-se que, no cálculo do 'número de atendimentos', não foram consideradas as mensagens e ligações realizadas mais de uma vez pelo mesmo credor. Na tabela acima, consta apenas o número de credores que encaminharam mensagens – por e-mail ou WhatsApp – ou efetuaram ligações.

Outrossim, cabe destacar que a maior parte dos atendimentos foram realizados para sanar dúvidas de credores trabalhistas, os quais representam mais de 70% dos créditos (contados por cabeça).

Ainda, durante o período de fiscalização, aconteceram eventos relevantes relacionados à recuperação judicial, merecendo destaque: i) as sessões de mediação na Justiça do Trabalho; ii) as sessões de mediação no Ministério Público; iii) a intervenção no ICTDF pelo Governo do Distrito Federal e; iv) as reuniões realizadas com a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

Além do mais, foi inaugurado um novo setor, em 22 de janeiro de 2025, com início das operações em fevereiro do mesmo ano, na unidade da Matriz em Santa Maria/RS. Até o momento da visita no novo setor, a qual ocorreu em 02 de outubro de 2025, já haviam sido realizadas 13 cirurgias não cardíacas, como por exemplo microcirurgia de tumor intracraniano, de hérnia, quadril e até de coluna.

Diante do exposto, com o objetivo de conferir maior transparência ao presente feito, seguem breves relatos de eventos relevantes ocorridos no período de fiscalização.

04. Sessões de Mediação na Justiça do Trabalho

Instituto de Cardiologia – quitação de salários atrasados e verbas rescisórias

Anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial, a Fundação Universitária de Cardiologia havia despedido 223 funcionários. Todavia, no dia 27 de novembro de 2023, por decisão da Juíza da 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, Dra. Ana Paula Keppeler Fraga, foi determinada, liminarmente, a reintegração dos empregados. Após, foi requerida audiência de mediação entre os representantes dos trabalhadores (Sindicatos) e do Instituto de Cardiologia, a fim de buscar uma conciliação sobre a questão.

Em 07/12/2023, às 17h, ocorreu, de forma presencial, a sessão de Mediação no prédio do TRT-RS, conforme ata acostada ao processo recuperacional junto ao Evento 185 – ATA2, a qual foi conduzida pelo presidente da Seção de Dissídios Coletivos, Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, e acompanhada pela Administração Judicial. Na oportunidade, estavam presentes os representantes do(a): (i) Ministério Público do Trabalho; (ii) Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Casas de Saúde do RS - SINDISAÚDE; (iii) Sindicato dos Enfermeiros no Estado do Rio Grande do Sul - SERGS; (iv) Fundação Universitária de Cardiologia; (v) COREN/RS; e (vi) Secretaria da Saúde do Município de Porto Alegre.

Após a realização de inúmeros debates entre as requerentes – SINDISAÚDE e SERGS – e a requerida – Fundação Universitária de Cardiologia –, foram encaminhadas diversas proposições, sendo adiada, em consenso, a sessão para momento posterior.

Em 20/12/2023, foi dada continuidade à sessão. Estavam presentes na reunião: Juíza Auxiliar da Vice-Presidência, Luciana Caringi Xavier; Procuradora Regional do Trabalho, Márcia Bacher Medeiros, como representante do Ministério Público do Trabalho; representantes do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Casas de Saúde do RS - Sindisaúde-RS; representantes do Sindicato dos Enfermeiros no RS – Sergs; Sindicato dos Técnicos, Tecnólogos e Auxiliares em Radiologia Médica do RS - Sintargs; representantes da Fundação Universitária de Cardiologia; e a Administração Judicial.

Realizada a negociação entre as partes na sessão, ficaram definidos prazos para pagamentos dos salários atrasados, verbas rescisórias e 13º salário, da seguinte forma:

- Pagamento da primeira parcela do 13º salário até 22/12/2023 e o saldo de salários e a segunda parcela do 13º salário até 29/12/2023;
- Fixada a data base para rescisão dos contratos de trabalho como sendo 07/12/2023;
- Pagamento das parcelas rescisórias de todos os empregados envolvidos na mediação de forma parcelada, iniciando a primeira em 15/01/2024, e com vencimento no dia 15 dos meses subsequentes, sendo:
 - i. 2 (duas) parcelas no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
 - ii. 3 (três) parcelas no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais);
 - iii. 7 (sete) parcelas no valor de R\$ 656.000,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil reais);
 - iv. uma 13ª parcela - “balão” - no valor do saldo remanescente atualizado até a data do pagamento das rescisões.

Os valores da multa do artigo 477 da CLT, a indenização de 40% sobre o FGTS integral do período contratual dos trabalhadores e a indenização compensatória a título de dano moral coletivo, estão incluídos nos cálculos das verbas rescisórias acima.

04. Sessões de Mediação na Justiça do Trabalho

Instituto de Cardiologia – quitação de salários atrasados e verbas rescisórias

Ficou estabelecida, ainda, a correção mensal dos valores pela taxa SELIC, bem como cláusula penal de 20% sobre cada parcela em atraso, não ocorrendo o vencimento antecipado em caso de mora.

Além das questões expostas anteriormente, ficou pactuado na sessão que:

- 1) Não haverá abatimento de eventuais valores devidos em razão de financiamento realizado pelos trabalhadores junto aos bancos e demais instituições;
- 2) A quitação, pelos trabalhadores, ficará restrita aos valores efetivamente percebidos, sem prejuízo do ajuizamento de eventual ação individual postulando diferenças das verbas do presente acordo ou outros direitos que porventura sejam devidos;
- 3) Os pagamentos ora acordados serão realizados proporcionalmente ao salário de cada trabalhador, mediante depósito direto nas contas bancárias dos trabalhadores, já indicadas pelos sindicatos requerentes;
- 4) A entrega das guias para o encaminhamento do seguro desemprego e saque do FGTS dos trabalhadores será realizada junto ao RH da Fundação requerida;
- 5) O Instituto de Cardiologia entregará os Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPPs) e marcará os exames demissionais em data a ser ajustada diretamente com os sindicatos requerentes;
- 6) Os repasses da 2ª parcela do piso salarial da Enfermagem foram realizados em 14/12/2023; a 3ª parcela ainda não foi repassada à Fundação pela União;
- 7) Os trabalhadores que não concordarem com o presente ajuste podem informar, no prazo de 15 dias, nos autos da Ação Coletiva 0021054-17.2023.5.04.0022, o seu interesse na exclusão do presente acordo.

Foi realizada consulta online aos trabalhadores, sendo aprovado o acordo por maioria, nos termos expostos acima.

A Administração Judicial informa que foram disponibilizados, pelos representantes da Recuperanda, **2.688 comprovantes de pagamento**. A seguir, apresentam-se informações acerca dos comprovantes analisados:

| SINDICATO | VALORES PAGOS | Nº DE FUNCIONÁRIOS PAGOS |
|------------|-------------------|--------------------------|
| SIMERS | R\$ 2.808.384,05 | 52 |
| SINDISAÚDE | R\$ 6.463.996,87 | 2438 |
| OUTROS | R\$ 1.112.571,07 | 198 |
| TOTAL | R\$ 10.384.951,99 | 2688 |

05. Intervenção pelo Governo do Distrito Federal

Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal

Em 12/12/2023, o Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal – ICDF enviou o ofício n.º 246/2023/DIR/ICF, diretamente à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, solicitando o pagamento de 19 (dezenove) meses de inadimplência, sob pena de prejudicialidade aos atendimentos na unidade; os valores devidos pelo Distrito Federal, não pagos desde agosto de 2022, ultrapassariam R\$ 23 milhões. Sem o adimplemento, a Recuperanda sustentou a impossibilidade de se obter fluxo de caixa suficiente para manutenção dos atendimentos por prazo indeterminado.

Em resposta ao ofício, o Governo do Distrito Federal publicou o Decreto nº 45.280, proporcionando a publicação da Portaria nº 486 de 13/12/2023, delegando ao Secretário da Saúde do Distrito Federal “a competência prevista no art. 15, XIII, da Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990”. Assim, em 13/12/2023 foi realizada intervenção nas operações da Filial de Brasília/DF, por meio da Portaria nº 486, de 13/12/2023, a qual foi acostada pela Recuperanda no EVENTO 189 – OUT2 do processo recuperacional.

No Evento 189, a Recuperanda apresentou pedido liminar – tutela de urgência – para que fosse suspensa a portaria prolatada pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal, ficando expressa a ordem de retomada imediata de todos os bens móveis e imóveis sobre os quais a Recuperanda detenha direito de propriedade ou uso relacionados à unidade do ICTDF, viabilizando a retomada da administração conforme status quo ante. Ainda, requereu a concessão da tutela de urgência para que a Secretaria da Saúde do DF deixe de depositar os valores dos repasses na conta do Banco de Brasília, e realize o depósito na conta habitual de pagamentos do ICTDF, no prazo de 48h, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), possibilitando a retomada da integralidade dos atendimentos da unidade ICTDF.

No Evento 195, a Administração Judicial apresentou seu parecer sobre a questão, opinando pelo deferimento dos pedidos veiculados pela Fundação Universitária de Cardiologia na petição do Evento 189, nos seguintes termos:

Suspender os efeitos da Portaria nº 13/12/2023, prolatada pela Secretaria da Saúde do Distrito Federal, servindo a decisão, simultaneamente, como ofício para encaminhamento

extrajudicial e como carta precatória para encaminhamento judicial, ficando expressa a ordem de retomada imediata de todos os bens móveis e imóveis sobre os quais a Recuperanda detenha direito de propriedade ou uso relacionadas à unidade do ICTDF, viabilizando a retomada da administração conforme status quo ante; e

Determinar que a Secretaria da Saúde do Distrito Federal deixe de depositar os valores dos repasses na conta do Banco de Brasília e realize o depósito na conta habitual de pagamentos do Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), possibilitando a retomada da integralidade dos atendimentos da unidade ICTDF, destacando que o valor incontroverso apurado perfaz o total de R\$ 16.974.761,35 (dezesseis milhões novecentos e setenta e quatro mil setecentos e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos).

Os pleitos veiculados foram acolhidos na íntegra pelo Juízo Recuperacional, no Evento 197 – DESPADEC1, em 16/12/2023.

05. Intervenção pelo Governo do Distrito Federal

Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal

Tão logo fora publicada a decisão, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal interpôs Agravo de Instrumento com pedido de tutela de urgência (distribuído sob o n. 5387407-70.2023.8.21.7000), para determinar a suspensão da decisão agravada, de modo a assegurar a continuidade da execução da Portaria nº 486/2023-SES/DF e os serviços de saúde a elas associados. E, no mérito, requereu a reforma da decisão para se indeferir a tutela de urgência pleiteada pela Recuperanda na Recuperação Judicial, em sustentado a ausência de ilegalidade nos atos impugnados.

A Agravada/Recuperanda se manifestou contrária, no EVENTO 4 do Agravo de Instrumento, requerendo o indeferimento do pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso.

Em decisão monocrática proferida pelo Desembargador Relator, Niwton Carpes da Silva, em 19/12/2023, foi deferido o efeito suspensivo pleiteado pela Secretaria de Saúde do DF, retomando-se a intervenção.

No mérito, conforme decisão de EVENTO 76, em 02/09/2024, o agravo foi provido para o fim de reformar a decisão de 1º grau, mantendo-se hígidos os termos da Portaria nº 486 de 13/12/2023 e, portanto, a intervenção pelo Governo do Distrito Federal.

Após, a devedora interpôs recurso especial, o qual foi inadmitido nos termos da decisão de EVENTO 170, cuja decisão, embora ainda não transitada em julgada, já teve decorrido o prazo recursal para a recuperanda.

Ainda que o Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal (ICTDF) permaneça sob intervenção, a Administração Judicial tem exercido o seu dever de fiscalização mediante visitas técnicas àquela unidade, sessões de mediação, bem como reuniões presenciais e virtuais com os interventores e Ministério Público. A intervenção do Instituto de Cardiologia do Distrito Federal (ICTDF) envolve um conjunto complexo de questões jurídicas, políticas, administrativas e institucionais, que se entrelaçam em diferentes esferas do Poder Judiciário e de órgãos de controle. As decisões judiciais e administrativas proferidas até o momento refletem tanto a relevância do hospital para a rede pública de saúde quanto a necessidade de garantir a

continuidade da prestação de serviços essenciais à população.

A seguir, são pormenorizados os principais processos e deliberações que compõem o atual cenário, colhidas presencialmente no dia 20/08/2025 pelo Administrador Judicial Germano von Sáltiel, destacando-se as ações judiciais em curso, a atuação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a mediação judicial em andamento e a situação consolidada do hospital sob intervenção.

Ação Cautelar Antecedente (Proc. nº 1029001-90.2024.4.01.3400 – Justiça Federal, 21ª Vara Cível do DF) – maio/2024

A Fundação Universitária de Cardiologia (FUC) ajuizou ação contra a União e o Distrito Federal, buscando a continuidade do Acordo de Cooperação nº 001/2019, que expiraria em maio/2024. A 21ª Vara Federal Cível do DF concedeu liminar, prorrogando a vigência do acordo e garantindo a prestação dos serviços pelo ICTDF.

Fundamentou-se que o ICTDF: (i) realiza 100% das cirurgias cardíacas pediátricas do DF; (ii) responde por 80% das cirurgias cardíacas de adultos da rede pública; (iii) é referência nacional em transplantes, sendo o segundo maior em transplante de coração no Brasil.

Apesar da decisão, na prática o hospital permaneceu sob intervenção da SES/DF, conforme Portaria nº 486/2023.

05. Intervenção pelo Governo do Distrito Federal

Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal

Tribunal de Contas do DF (Proc. nº 00600-00001971/2025-65-e) – abril/2025

O TCDF determinou cautelarmente a suspensão do Edital de Chamamento Público nº 02/2024 – SES/DF, publicado em novembro de 2024, até análise final de sua legalidade. Essa decisão foi justamente o fundamento utilizado pelo DF nos embargos de declaração quanto ao prazo de 60 dias.

Mediação Judicial (Proc. nº 1029001-90.2024.4.01.3400 – Justiça Federal, 21ª Vara Cível do DF) – despacho de 25/06/2025

No âmbito da ação cautelar, o processo foi remetido ao Centro Judiciário de Conciliação (CEJUC). Foram designadas reuniões de mediação virtuais para o dia 04/09/2025, nos seguintes horários:

- 14h15 – 15h00: com a Fundação Universitária de Cardiologia (FUC);
- 15h15 – 16h00: com o Distrito Federal;
- 16h15 – 17h00: com a União Federal.

O objetivo era levantar os interesses de cada parte e buscar solução consensual para a futura gestão do ICTDF. Em 04/09/2025, realizou-se a primeira de uma série de reuniões prévias preparatórias, necessárias ao processo de conciliação. Nesta etapa inicial, os encontros são conduzidos de forma individualizada com cada parte processual (FUC, Distrito Federal e União).

Participaram da reunião os representantes do CEJUC e, pela Fundação Universitária de Cardiologia – FUC, o advogado Helder Lúcio Rêgo (OAB/DF 35.301), o Superintendente Executivo Leandro Gomes dos Santos, o Vice-Presidente Gustavo Glotz de Lima e o Superintendente do ICTDF Manoel Luiz Narvaz Pafiadache.

A FUC apresentou o contexto histórico da criação do ICTDF, os convênios e o Acordo de Cooperação celebrado com a União e o Distrito Federal, além do histórico dos contratos de prestação de serviços cardiológicos e de transplantes para o SUS no DF. Também foram abordadas as tratativas que haviam sido realizadas para renovação do Acordo de

Cooperação e a relevância da decisão cautelar que prorrogou judicialmente sua vigência até o julgamento definitivo.

Foram relatados os atrasos recorrentes nos repasses financeiros do Distrito Federal, que contribuíram para o déficit orçamentário que culminaram na requisição administrativa/intervenção no ICTDF.

O CEJUC buscou esclarecer pontos sobre o funcionamento hospitalar, a capacidade da FUC em reassumir a gestão e tomou ciência dos inquéritos e ações decorrentes da intervenção, inclusive da Ação Civil Pública em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública do TJDF, cuja sentença declarou a extinção da intervenção, assegurando a continuidade da assistência em saúde pela FUC.

Ao final, os representantes do CEJUC solicitaram documentação complementar para subsidiar seus trabalhos. Foi reiterado que o papel do CEJUC, nesta fase, não é ainda promover audiência de conciliação, mas realizar reuniões de compreensão e aprofundamento da demanda, ouvindo detalhadamente cada parte, a fim de construir bases sólidas para uma eventual conciliação.

05. Intervenção pelo Governo do Distrito Federal

Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal

❏ Situação Atual (setembro/2025)

O ICTDF permanece sob intervenção do Distrito Federal, conforme Portaria nº 486/2023. A sentença da Justiça Estadual determinou o fim da intervenção e a realização de chamamento público, mas: (i) quanto ao fim da intervenção, cabe ao DF interpor recurso próprio (apelação), e (ii) quanto ao prazo de 60 dias para o chamamento, os embargos de declaração foram acolhidos para modular os efeitos, condicionando o prazo à liberação do TCDF.

O TCDF mantém suspenso o Edital de Chamamento nº 02/2024. A Justiça Federal conduz procedimento de mediação com FUC, DF e União, marcado para setembro/2025.

❏ Conclusão

O caso do ICTDF está assim estruturado:

- Intervenção (Portaria nº 486/2023) – ainda em vigor.
- Sentença da ACP (proc. nº 0719093-42.2024.8.07.0018, TJDFT) – determinou (i) o fim da intervenção (sujeito a recurso), e (ii) chamamento público em 60 dias (prazo modulado nos embargos).
- TCDF (proc. nº 00600-00001971/2025-65-e) – suspendeu o edital de chamamento.
- Tutela Cautelar Antecedente (proc. nº 1029001-90.2024.4.01.3400, Justiça Federal) – prorrogou o Acordo de Cooperação.

Situação consolidada: o hospital segue sob intervenção da SES/DF, e o futuro de sua gestão dependerá do julgamento do TCDF e do resultado das mediações na Justiça Federal.

06. Eventos do Mês

Novembro/2025

Abaixo, seguem os tópicos das movimentações ocorridas no processo recuperacional no mês de **novembro/2025**:

| Data do Evento | | Objeto | Autos |
|----------------|--|--------|-------------|
| 07/11/2025 | Comunicação eletrônica recebida – julgada habilitação de crédito nº 5249807-81.2025.8.21.0001 | | Evento 1589 |
| 07/11/2025 | Comunicação eletrônica recebida – julgada habilitação de crédito nº 5234627-25.2025.8.21.0001 | | Evento 1590 |
| 10/11/2025 | Petição do credor NATHAN FERNANDES DE LIMA requerendo habilitação de crédito | | Evento 1591 |
| 10/11/2025 | Petição do credor NATHAN FERNANDES DE LIMA juntando cópia de ata de audiência | | Evento 1592 |
| 10/11/2025 | Petição do credor SIDINEI SEBASTIÃO PIRES e PEDRO HENRIQUE SCCOTT DE SENNA requerendo habilitação de crédito | | Evento 1595 |
| 11/11/2025 | Petição da credora VIVIANE SEVERO BARBOSA informando dados bancários | | Evento 1597 |
| 13/11/2025 | Petição da Recuperanda requerendo a expedição de alvará para transferência de veículo, desbloqueio de valores e expedição de ofício à Justiça do Trabalho determinando sua abstenção em realizar bloqueios sem que antes seja realizado a liquidação do débito | | Evento 1599 |
| 17/11/2025 | Petição do credor THIAGO JOSE DE ALMEIDA GODOY requerendo cadastramento nos autos | | Evento 1605 |
| 19/11/2025 | Manifestação da Administração Judicial sobre o pedido de expedição de alvará, desbloqueio de valores e petição dos credores de eventos 1587, 1595 e 1597 | | Evento 1608 |
| 21/11/2025 | Petição da Recuperanda solicitando a concessão de prazo suplementar, a fim de que seja possível finalizar a análise dos documentos e cumprir as determinações do evento 1566. | | Evento 1613 |
| 21/11/2025 | Comunicação eletrônica recebida – julgada habilitação de crédito nº 5212048-83.2025.8.21.0001 | | Evento 1614 |
| 21/11/2025 | Decisão sobre: expedição de alvará autorizando a transferência do veículo VW Voyage 1.0/1.0 City Mi Total Flex 8V 4p, Placa FFN8C50; desbloqueio do valor de R\$ 157.106,46 - Reclamatória nº 0020416-36.2024.5.04.0252; Oficiar à 2ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha (processo nº 0020416-36.2024.5.04.0252), e a outros juízos trabalhistas onde tramitem execuções, determinando sua abstenção em realizar bloqueios judiciais | | Evento 1616 |

06. Eventos do Mês

Novembro/2025

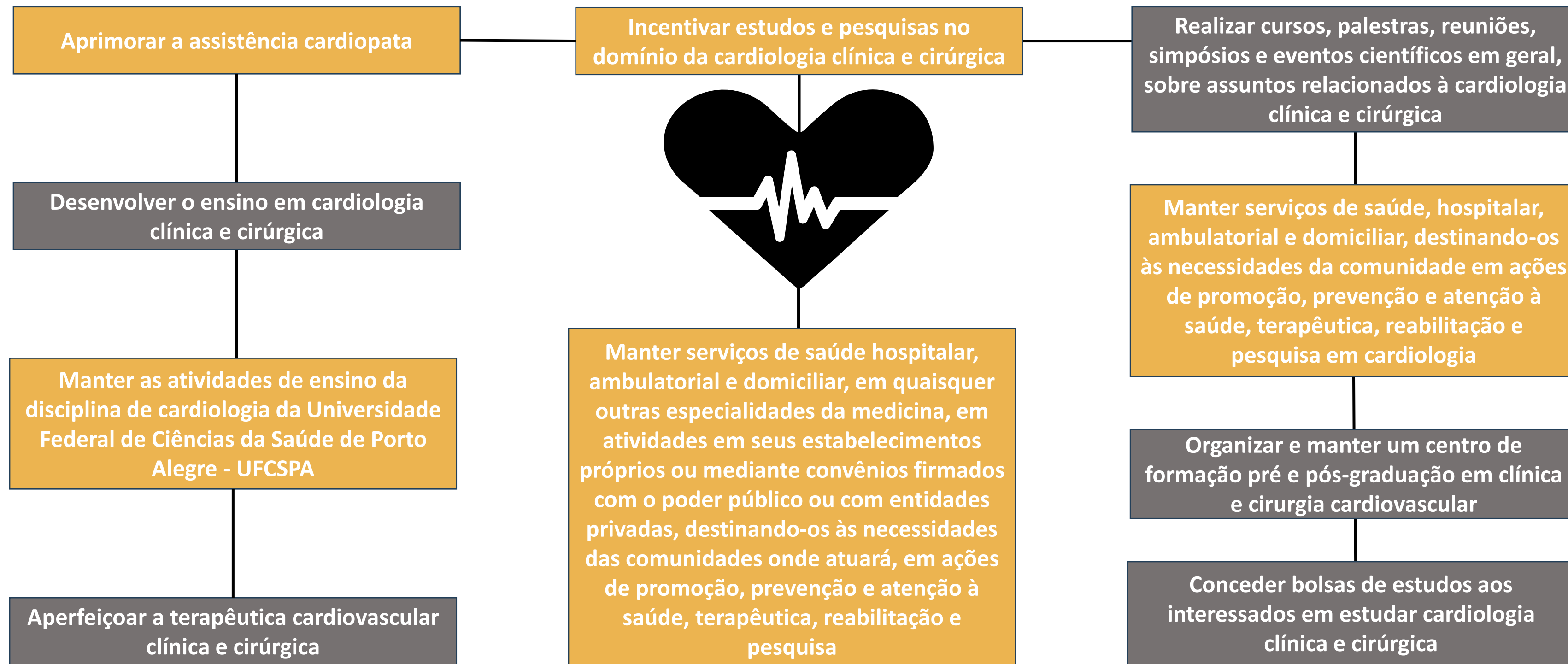
Abaixo, seguem os tópicos das movimentações ocorridas no processo recuperacional no mês de **novembro/2025**:

| Data do Evento | | Objeto | Autos |
|----------------|---|--------|-------------|
| 25/11/2025 | Alvará Nº 10095894923 sobre a transferência do veículo | | Evento 1637 |
| 25/11/2025 | Comunicação eletrônica recebida – julgada habilitação de crédito nº 5253442-70.2025.8.21.0001 | | Evento 1641 |
| 26/11/2025 | Comunicação eletrônica recebida - baixado Agravo de Instrumento nº 5036148-41.2025.8.21.7000 | | Evento 1642 |
| 28/11/2025 | Petição da credora CRISTIANE MARTINS CORREA informando divergência de valor depositado | | Evento 1648 |

07. Informações sobre a Recuperanda

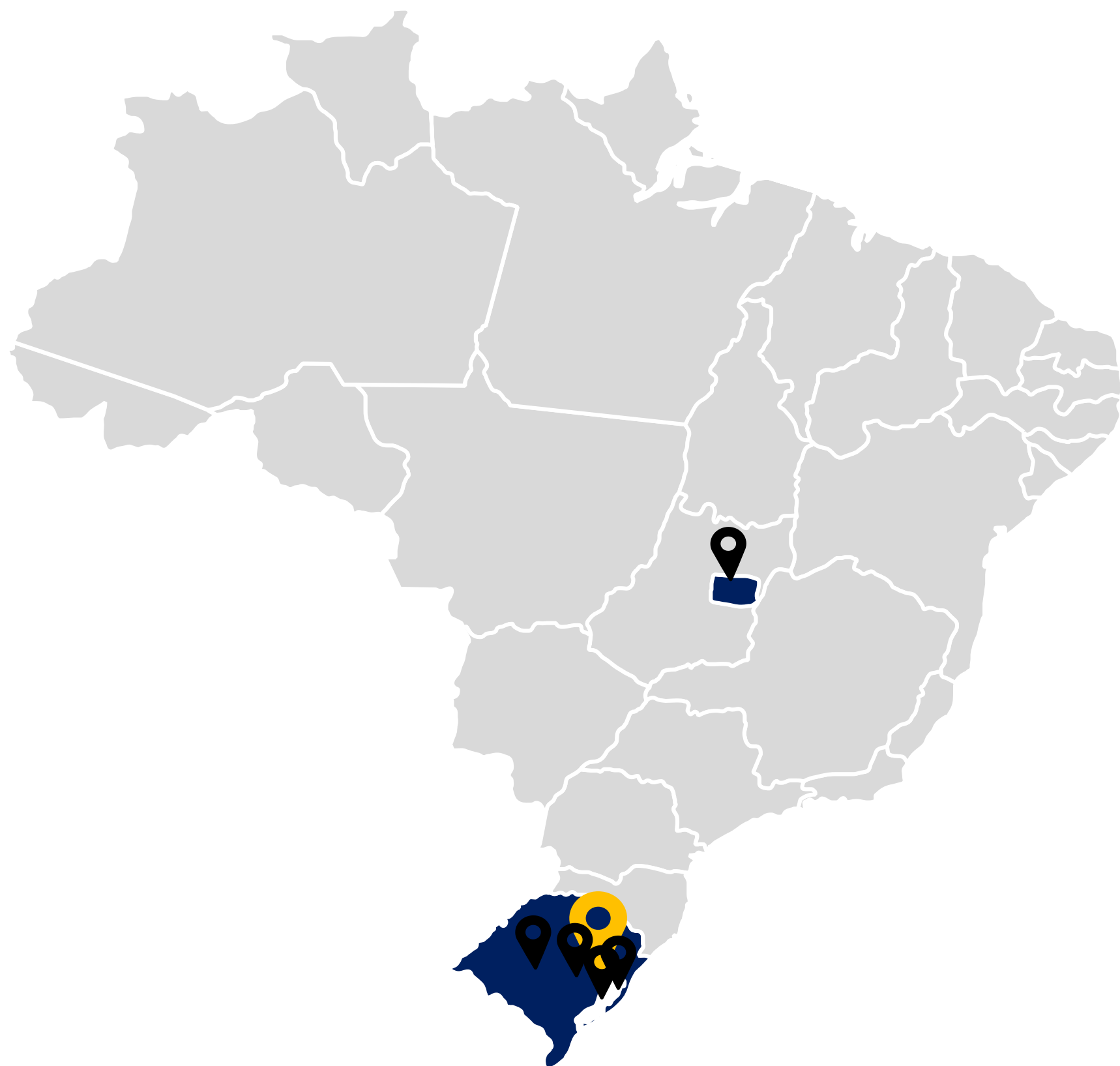
Atividade Operacional

Objetivos e finalidades da Fundação Universitária de Cardiologia (FUC)



07. Informações sobre a Recuperanda

Localização da Matriz e Filiais



Instituto de Cardiologia (Matriz)

Avenida Princesa Isabel, nº 395, Bairro Santana, Porto Alegre/RS. CEP 90.620-001



Hospital Alvorada (antiga filial)

Rua Jaci Zanin, nº 170, Bairro Maringá, Alvorada/RS. CEP 94.814-300



Hospital Padre Jeremias (antiga filial)

Rua Mário Quintana, S/N, Bairro Parque da Matriz, Cachoeirinha/RS. CEP 94.910-030



Hospital Regional de Santa Maria

Rua Florianópolis, nº 1401, Bairro Pinheiro Machado, Santa Maria/RS. CEP 97.030-220



Hospital Viamão

Rua Isabel Bastos, nº 138, Bairro Centro, Viamão/RS. CEP 94.410-250

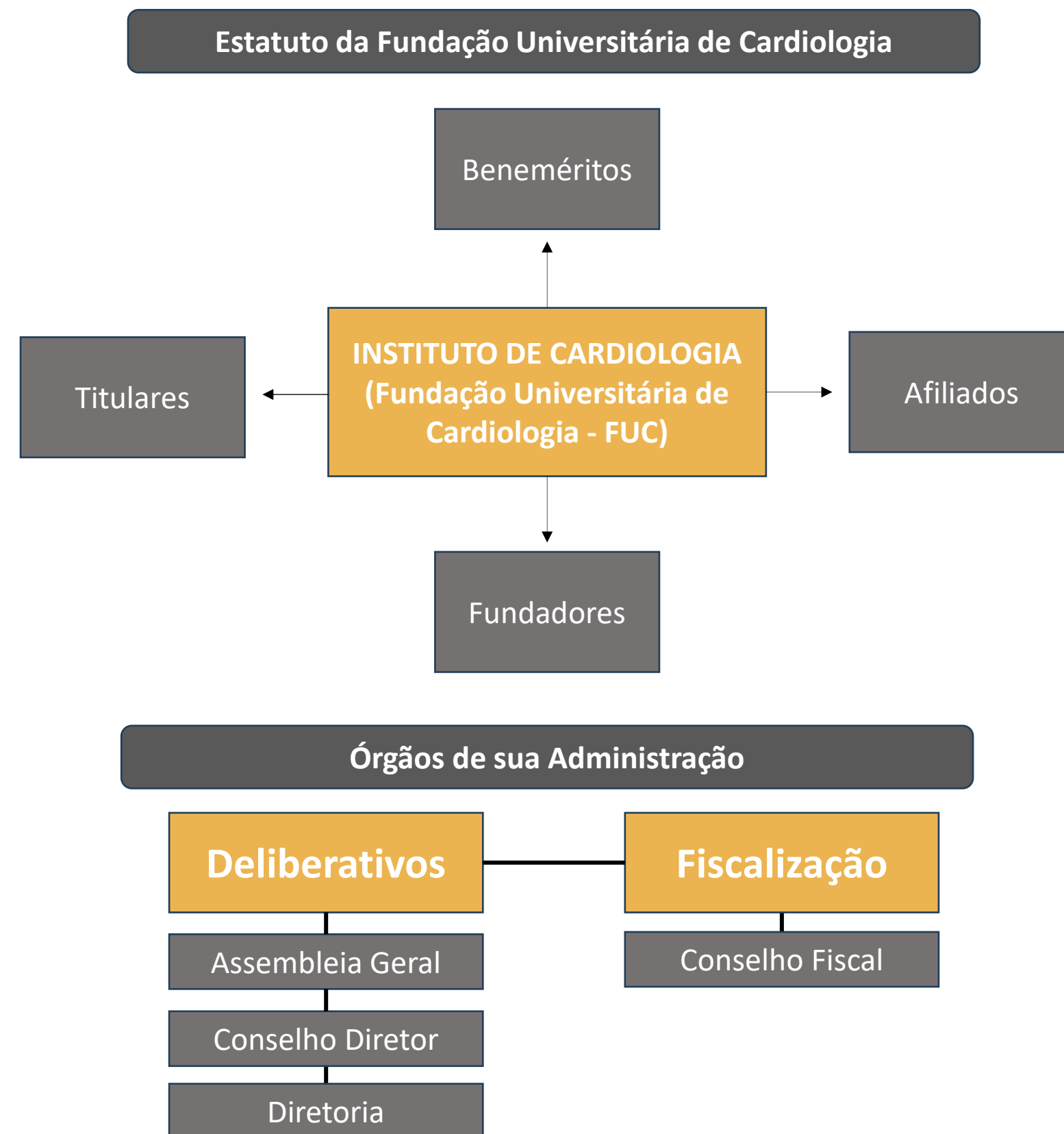


Inst. de Cardiologia e Transplantes do DF

Estrada do Parque – Contorno do Bosque, S/N, Cruzeiro Novo, Brasília/DF. CEP 70131-500

07. Informações sobre a Recuperanda

Estatuto da Fundação Universitária de Cardiologia (FUC)



Direção e Conselho

➤ Porto Alegre:

A direção é composta por quatro membros: Dr. Marne de Freitas Gomes (Diretor Presidente), Dr. Gustavo Glotz de Lima (Diretor Secretário), Dr. Jorge Alberto Szimanski Auzani (Diretor Tesoureiro) e o Dr. Oscar Pereira Dutra (Diretor Científico).

Atualmente, o conselho é composto por nove membros: Sra. Silvia Regina V. de Almeida, Dr. Domingos Vitola, Dra. Carmen Silvia Reis Conti, Dr. Henrique Basso Gomes, Dr. Luiz Henrique Nicoloso, Enf. Jaime André Schmitz, Dr. Mário Schavartzman, Dr. Rogério Eduardo G. Sarmiento Leite e Dr. Tiago Luiz Luz Leiria.

➤ Hospital Viamão:

Leandro Gomes dos Santos e Dr. Marcelo Fagundes.

➤ Hospital Alvorada:

Carlos Alberto Faraco Grossini e Dr. William Javier Castillo Zabaleta.

➤ Hospital Padre Jeremias:

Angélica Konrad e Dra. Maria José Alexandre de Carvalho Pinheiro.

➤ Hospital Regional de Santa Maria:

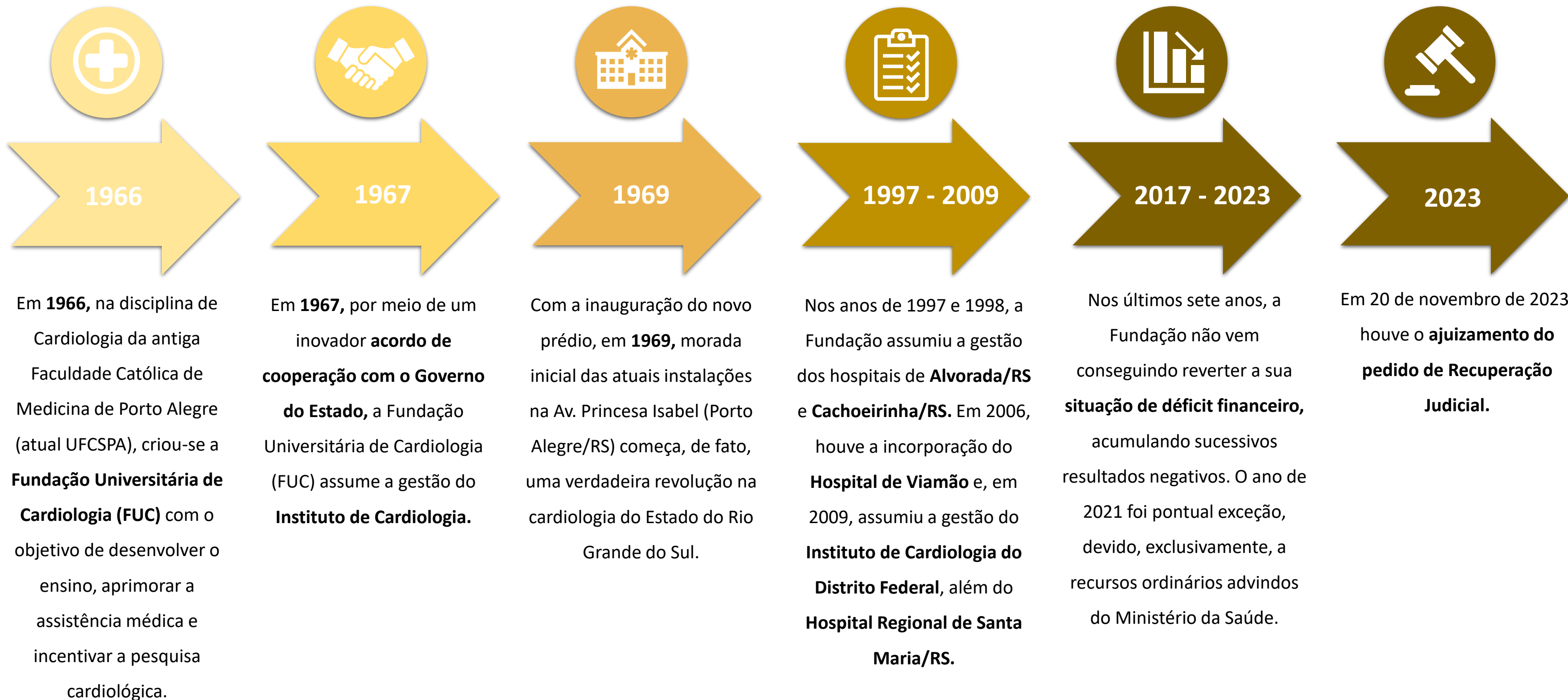
Geison Rosa Farias e Dr. Vinicius Matos Menegola.

➤ Instituto de Cardiologia de Transplantes do Distrito Federal:

Dr. Rogério Dalfollo Pires, General Gislei Moraes de Oliveira e Dr. André Luis Conde Watanabe.

07. Informações sobre a Recuperanda

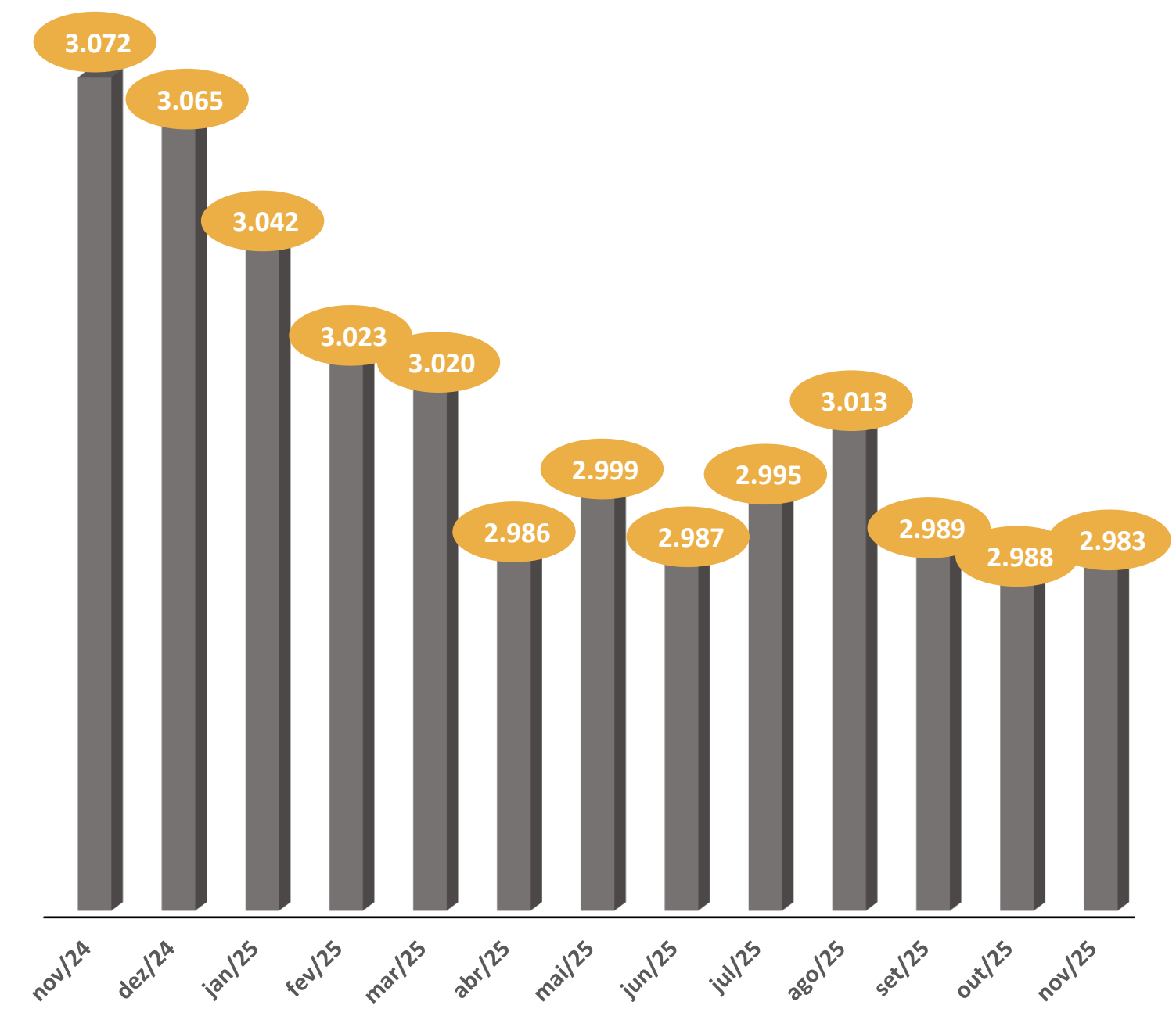
Breve Histórico



07. Informações sobre a Recuperanda

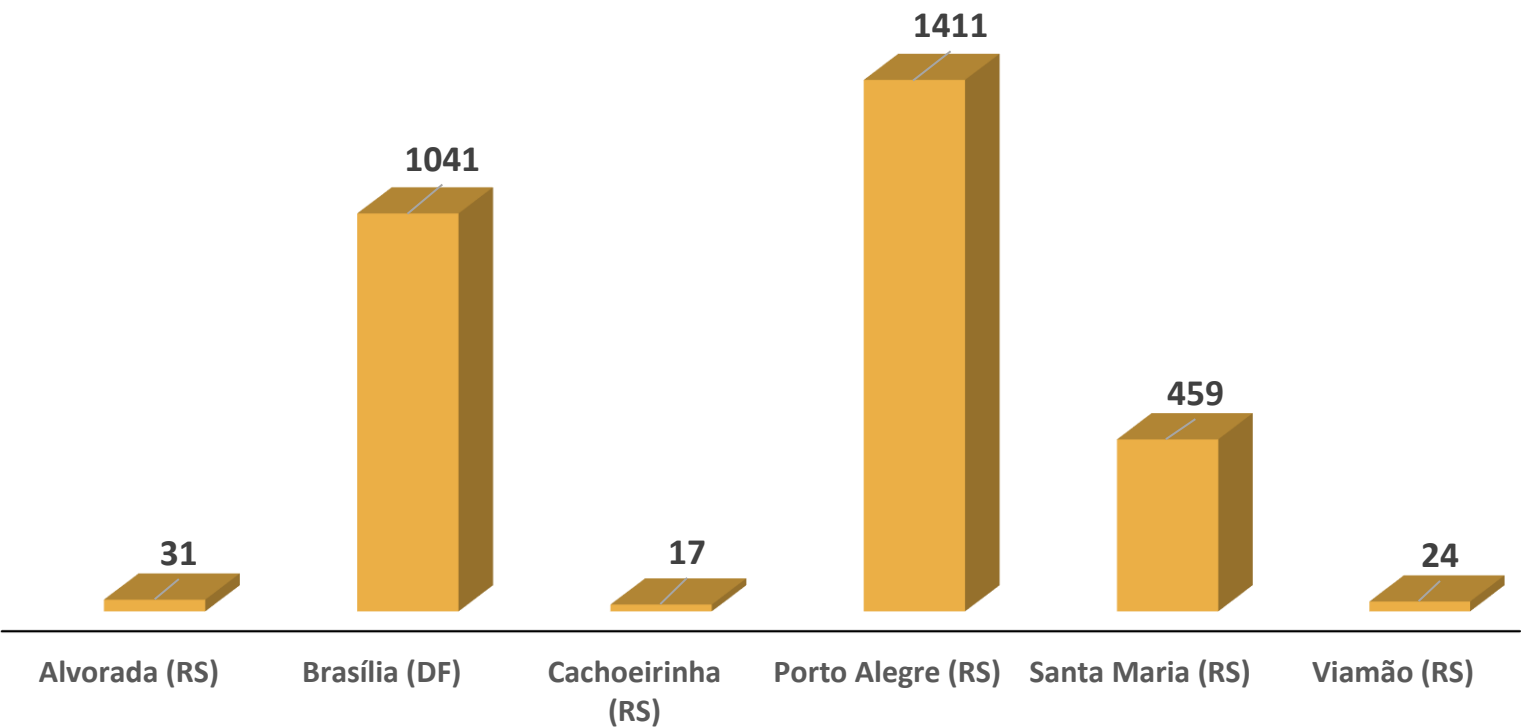
Quadro Funcional

Abaixo, apresenta-se as informações pertinentes ao quadro funcional da Recuperanda no que tange ao período compreendido entre novembro/2024 e novembro/2025.



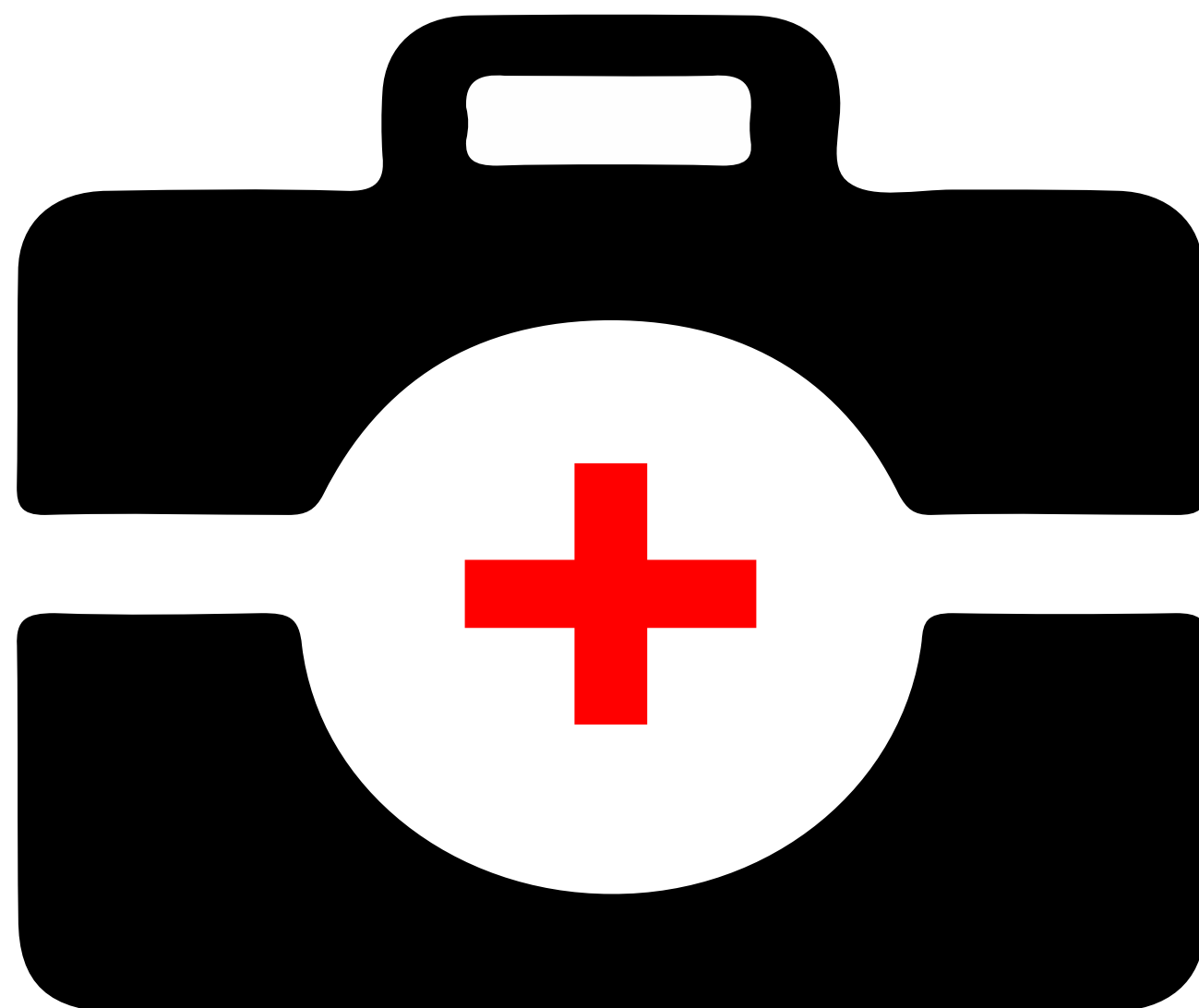
| Localização | Nº de Colaboradores | Nº de Médicos | % de médicos (perante o total) |
|-------------------|---------------------|---------------|--------------------------------|
| Alvorada (RS) | 31 | 2 | 6% |
| Brasília (DF) | 1041 | 15 | 1% |
| Cachoeirinha (RS) | 17 | 56 | 329% |
| Porto Alegre (RS) | 1411 | 1 | 0% |
| Santa Maria (RS) | 459 | 0 | 0% |
| Viamão (RS) | 24 | 0 | 0% |
| Total | 2983 | 74 | 2% |

A tabela acima, elaborada por esta Equipe Técnica, apresenta a quantidade de funcionários alocados em cada filial e na matriz. Consta, ainda, o número de médicos em atividade por unidade, bem como sua representatividade percentual em relação ao total de empregados. Os dados referem-se ao mês de novembro/2025. Abaixo, apresenta-se graficamente o total de colaboradores por unidade.



07. Informações sobre a Recuperanda

Demais informações



R\$ 2,9

Em novembro/2025, a Fundação apresentou **déficit financeiro**, na quantia total de, aproximadamente, R\$ 2,9 milhões.

R\$ 71,6

Conforme informações disponibilizadas pelos representantes da Devedora, destaca-se que, atualmente, o **passivo fiscal** perfaz o montante de R\$ 71.698.957,86.

-5%

Com base nos dados mensais da Matriz e das Filiais, observa-se que o faturamento do mês de novembro/2025 apresentou queda de 5%, quando comparado ao período imediatamente anterior.

79%

No mês de novembro/2025, a Fundação prestou mais de **171,7 mil atendimentos**. Desse total, **79% dos pacientes** foram atendidos pelo SUS.

07. Informações sobre a Recuperanda

Demais informações

Considerando **os atendimentos realizados no mês de novembro/2025**, apresenta-se, abaixo, um resumo das atividades desempenhadas pela matriz e suas filiais (os dados estão apresentados de forma mensal).

| Natureza do Serviço | Total Geral | Total SUS | % SUS |
|---------------------------------|-------------|-----------|-------|
| Atendimento em ambulatório | 16.462 | 13.771 | 84% |
| Emergência e pronto atendimento | 1.738 | 839 | 48% |
| Internações | 1.653 | 1.254 | 76% |
| Pac/dia | 12.163 | 9.335 | 77% |
| Cirurgias | 654 | 498 | 76% |
| Transplantes | 25 | 19 | 76% |
| Procedimentos Hemodinâmica | 1.691 | 1.319 | 78% |
| Laboratório | 115.192 | 109.291 | 80% |
| Eco | 4.531 | | |
| RX | 3.310 | | |
| Eletrocardiograma | 9.646 | | |
| Ergometria | 1.394 | | |
| Outros | 3.332 | | |
| Partos | 4 | 2 | 50% |
| Total | 162.494 | 128.343 | 79% |



Diante disso, é possível inferir que, durante o nono mês do exercício social atual, a Fundação prestou, ao total, **171.795 atendimentos**, incluindo ambulatório, emergência, cirurgias, partos e serviços de apoio ao diagnóstico e tratamento.

Por fim, ressalta-se que **79% dos pacientes foram atendidos por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS)**.

07. Informações sobre a Recuperanda

Demais informações

Títulos Protestados

Na tabela abaixo, apresenta-se a quantidade de **títulos protestados**, a partir das consultas realizadas no período compreendido entre outubro/2025 e janeiro/2026, no site da <https://www.pesquisaprotesto.com.br/>, por meio do CNPJ da Fundação Universitária de Cardiologia (92.898.550/0001-98).

Ressalta-se que a quantidade ainda é expressiva, porém, nota-se que, quando comparados os resultados obtidos em maio/2025 e janeiro/2026, o número de protestos reduziu 39%.

| Data da consulta | 10/10/2025 | 06/11/2025 | 17/12/2025 | 21/01/2026 |
|-------------------|---------------------------|------------|------------|------------|
| Estado | Nº de Títulos Protestados | | | |
| Distrito Federal | 253 | 258 | 256 | 251 |
| Goiás | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Paraná | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Rio Grande do Sul | 2667 | 2643 | 2577 | 2536 |
| São Paulo | 27 | 27 | 27 | 27 |
| Total | 2948 | 2929 | 2861 | 2815 |

Passivo Contingente

Apresenta-se, abaixo, a sintetização do **passivo contingente** das Recuperandas. As informações foram segregadas de acordo com os dados da matriz e das filiais.

Ademais, importante destacar que a tabela foi elaborada em conformidade com o relatório apresentado no EVENTO – ANEXO8 dos autos:

| Autor | Local | Nº de Processos | Valor Total de Causa |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|----------------------|
| Hospital Alvorada | Alvorada/RS | 122 | R\$ 83.939.347,77 |
| Hospital Padre Jeremias | Cachoeirinha/RS | 64 | R\$ 61.795.827,95 |
| ICTDF | Brasília/DF | 40 | R\$ 132.894.029,37 |
| Instituto de Cardiologia – Matriz | Porto Alegre/RS | 361 | R\$ 116.091.930,55 |
| Hospital Regional de Santa Maria | Santa Maria/RS | 15 | R\$ 1.045.429,87 |
| Hospital Viamão | Viamão/RS | 161 | R\$ 119.554.734,32 |
| TOTAL | | 763 | R\$ 515.321.299,83 |

08. Estrutura do Passivo

Passivo Concursal

O **Edital do Art. 7º, §2º, da LREF**, reflete a segunda relação de credores da Devedora e perfaz o montante total de **R\$ 162.872.594,30**, conforme tabela abaixo apresentada:

| CLASSES | VALORES DO EDITAL ART. 52, § 1º, LRF | VALORES DO EDITAL ART. 7, § 2º, LREF E NÚMERO DE CREDITORES | | |
|-----------------------------|--------------------------------------|---|-------|------|
| Classe I - Trabalhista | R\$ 32.835.141,30 | R\$ 34.708.480,93 | 4634 | 78% |
| Classe III - Quirografários | R\$ 194.120.186,02 | R\$ 105.121.404,91 | 578 | 10% |
| Classe IV - ME/EPP | R\$ 21.126.778,10 | R\$ 23.042.708,46 | 747 | 13% |
| TOTAL | R\$ 248.082.105,42 | R\$ 162.872.594,30 | 5.959 | 100% |

Abaixo, apresentam-se **os seis principais credores** arrolados ao procedimento recuperatório, além do valores correspondente à soma dos “demais credores”. Vale mencionar que os seis principais credores, quando somados, perfazem a soma de **R\$ 52.999.742,35**.

| CLASSES | PRINCIPAIS CREDITORES | VALORES (R\$) |
|-----------------------------|--|--------------------|
| Classe III - Quirografários | Hfa Hospital das Forças Armadas | R\$ 26.653.262,93 |
| Classe III - Quirografários | Medtronic Comercial Ltda | R\$ 8.139.460,18 |
| Classe III - Quirografários | Biotronik Comercial Medica Ltda | R\$ 5.493.649,10 |
| Classe III - Quirografários | Companhia estadual de Dist.Energia eletr | R\$ 5.340.987,48 |
| Classe III - Quirografários | Suprisul Suprimentos Médicos Ltda. | R\$ 4.056.995,67 |
| Classe III - Quirografários | Ge Healthcare do Brasil Com e Serv Pequ | R\$ 3.315.386,99 |
| - | Demais Creditores | R\$ 109.912.609,69 |
| TOTAL | | R\$ 162.912.352,04 |

08. Estrutura do Passivo

Passivo Extraconcursal

Os créditos extraconcursais geralmente enquadram-se como (i) passivo fiscal, (ii) operações de adiantamento de contrato de câmbio, (iii) cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios, (iv) alienação fiduciária e (v) arrendamento mercantil (leasing).

Com base nas informações dispostas nos autos, o passivo extraconcursal da Recuperanda corresponde exclusivamente a dívidas tributárias. Ainda, a Administração Judicial ratificou esta informação junto aos representantes da FUC.

Nessa senda, na petição inicial (EVENTO 1 – PET1), a Recuperanda informou a existência de passivo fiscal na quantia de, aproximadamente, R\$ 65 milhões, a qual estaria contabilizada como “Obrigações Tributárias”.

A tabela abaixo foi disponibilizada em dezembro/2025 pelos representantes da Devedora. Atualmente, o passivo fiscal perfaz o montante de R\$ 71,6 milhões.

| UNIDADE | DESCRIÇÃO | COMPETÊNCIA | SITUAÇÃO | VALOR CONTABIL PRINCIPAL |
|------------------|------------------|---|------------------------------|--------------------------|
| PORTO ALEGRE | INSS | 2021 e 2022 | PARCELADO | R\$ 5.715.425,20 |
| | INSS | 2016 | PENHORA REGULAR E SUFICIENTE | R\$ 403.259,49 |
| | IRRF | 2020, 2021 e 2022 ago/22 a abr/23 mai/23 a set/24 | PARCELADO | R\$ 29.380.402,77 |
| | | | | R\$ 1.260.614,67 |
| | | | | R\$ 10.996.101,61 |
| | IRPJ | jan/16 a abr/21 | GARANTIA-PENHORA | R\$ 18.436.829,39 |
| | IRRF/CSRF | out/24 a dez/24 | PARCELADO | R\$ 3.050.998,06 |
| | INSS PJ | out/24 | | R\$ 35.853,52 |
| | IRRF | jan/25 | | R\$ 746.651,29 |
| | IRRF/INSS e CSRF | 2022, 2025 | DEVEDOR | R\$ 1.500.519,95 |
| DISTRITO FEDERAL | DIV ATIVA CLT | 2021 | PARCELADO | R\$ 172.301,91 |
| TOTAL | | | | R\$ 71.698.957,86 |

08. Estrutura do Passivo

Passivo Tributário

Por se tratar de tema chave em um processo recuperatório, a Administração Judicial detalha neste tópico o atual cenário da Devedora no que diz respeito às Obrigações Tributárias.

Abaixo, estão apresentados os valores contabilizados nos balancetes contábeis do mês de novembro/2025, os quais foram disponibilizados pelos representantes da Recuperanda.

| Balancetes de novembro/2025 | POA | ALVORADA | BRASILIA | CACHOEIRINHA | SANTA MARIA | VIAMÃO | TOTAL |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|--------------------|
| INSS | R\$ 3.947.637,87 | R\$ 17.402,19 | R\$ 3.779.783,74 | R\$ 154.745,92 | R\$ 209.100,92 | R\$ 2.069.610,97 | R\$ 10.178.281,61 |
| FGTS | R\$ 13.130.920,63 | R\$ 11.026.971,92 | R\$ 1.286.644,53 | R\$ 9.318.734,38 | R\$ 208.125,58 | R\$ 1.777.893,56 | R\$ 36.749.290,60 |
| IRPJ | R\$ 942.327,54 | R\$ 64.118,57 | R\$ 969.885,64 | R\$ 22.350,33 | R\$ 43.460,17 | R\$ 256.632,69 | R\$ 2.298.774,94 |
| IMPOSTO SINDICAL | R\$ 5.059,00 | R\$ 115,86 | R\$ 225,00 | R\$ 14.790,95 | R\$ 655,26 | R\$ 2.699,82 | R\$ 23.545,89 |
| IRPF | R\$ 26.553.204,29 | R\$ 6.279.918,79 | R\$ 11.010.687,03 | R\$ 5.591.658,48 | R\$ 333.534,16 | R\$ 6.776.275,64 | R\$ 56.545.278,39 |
| COFINS | R\$ 2.223.315,52 | R\$ 448.695,52 | R\$ 2.904.985,28 | R\$ 275.107,50 | R\$ 111.428,97 | R\$ 783.997,13 | R\$ 6.747.529,92 |
| ISSQN | R\$ 162.454,57 | R\$ 22.490,67 | R\$ 79.745,85 | R\$ 30.437,75 | R\$ 397.642,95 | R\$ 131.044,15 | R\$ 823.815,94 |
| OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS | R\$ 354.380,27 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 354.380,27 |
| TOTAL | R\$ 47.319.299,69 | R\$ 17.859.713,52 | R\$ 20.031.957,07 | R\$ 15.407.825,31 | R\$ 1.303.948,01 | R\$ 11.798.153,96 | R\$ 113.720.897,56 |

Ainda, vale mencionar que, com base na consulta (CNPJ 92.898.550/0001-98) realizada no dia 21 de janeiro de 2026, no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (<https://www.listadevedores.pgfn.gov.br/>), a Administração Judicial verificou que não há valores inscritos em Dívida Ativa.

Cumpre referir que, na consulta realizada no mês de maio/2025, os débitos perfaziam o montante de R\$ 7.203.952,08, enquanto que, em junho/2025, o montante atingiu o patamar de R\$ 42.276.443,58.

09. Análise Econômico-Financeira

Econômico-Financeiras



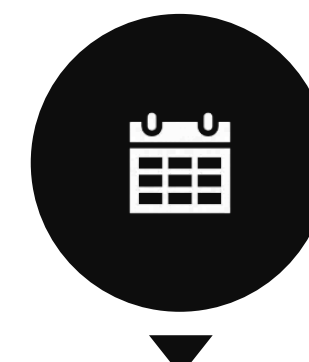
Esta seção explora as principais variações econômicas, financeiras e patrimoniais da **Fundação Universitária de Cardiologia (FUC)**, mediante a análise dos principais indicadores que evidenciam a evolução do processo de recuperação da empresa.



De maneira a retratar essa evolução, foram utilizadas, para este Relatório Mensal de Atividades (RMA), informações pertinentes a exercícios pretéritos e também dos balancetes dos meses de **outubro e novembro/2025**, disponibilizados a estas Equipes Técnicas.



A Administração Judicial, com o objetivo de trazer transparência ao processo de Recuperação Judicial, dispõe de site específico (**www.rjinstitutodecardiologia.com.br**), no qual disponibiliza aos credores e aos demais interessados os principais documentos do presente processo.



A integralidade da documentação está disponível em arquivo digital (PDF), em página compartilhada em nuvem do Dropbox, **por meio do link do ícone acima;**
ou, ainda, poderá ser solicitada à Administração Judicial, que, como já tem feito, a encaminhará via e-mail.

09. Análise Econômico-Financeira – Matriz e Filiais

Alvorada, Cachoeirinha, Brasília, Porto Alegre (Matriz), Santa Maria e Viamão – informações consolidadas dos balancetes mensais

09. Análise Econômico-Financeira

Balancetes Mensais Consolidados - Ativo

Inicialmente, é relevante destacar que os dados contábeis, apresentados graficamente, foram disponibilizados, via *e-mail*, pelos representantes da Recuperanda. Abaixo, os saldos consolidados são o produto da agregação dos balancetes mensais da Matriz e das Filiais.

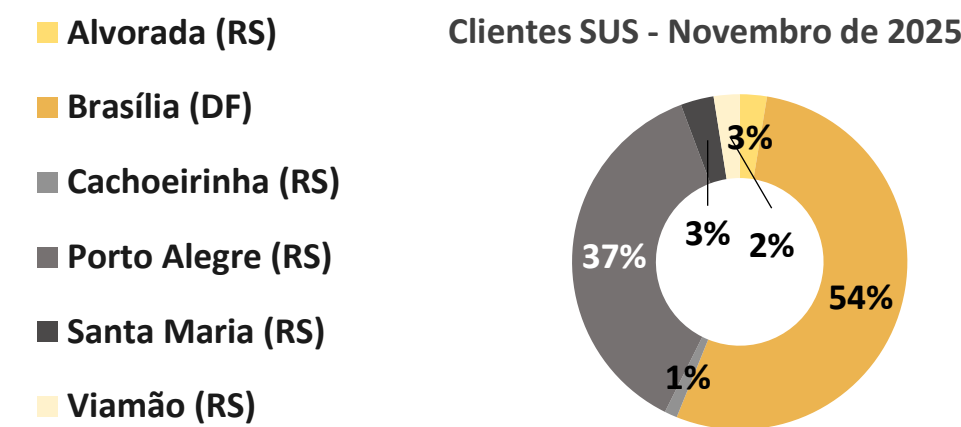
| | set/25 | out/25 | AH% ¹ | nov/25 | AH% ² |
|-------------------------------|-------------|-------------|------------------|-------------|------------------|
| Ativo Circulante | 382.361.431 | 374.480.039 | -2% | 368.063.424 | -2% |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 78.740.065 | 71.621.489 | -9% | 49.823.894 | -30% |
| Clientes | 162.553.111 | 161.009.168 | -1% | 169.545.026 | 5% |
| Créditos Diversos | 42.281.531 | 42.286.416 | 0% | 42.251.129 | 0% |
| Adiantamentos | 77.541.079 | 77.998.047 | 0,6% | 82.180.886 | 5,4% |
| Depósitos de Judiciais | 1.140.716 | 1.140.922 | 0% | 1.140.869 | 0% |
| Cartão de Crédito | 482.987 | 490.198 | 1% | 536.924 | 10% |
| Estoques | 18.510.858 | 18.912.897 | 2% | 18.287.028 | -3% |
| Serviços Terceirizados | 373.361 | 330.069 | -12% | 330.069 | 0% |
| Outros Créditos | 669.123 | 620.067 | -7% | 654.864 | 6% |
| Débitos de Funcionários | 3.143 | 3.143 | 0% | 3.244.912 | 103149% |
| Adiantamentos - Escola | 18.948 | 18.948 | 0% | 24.983 | 32% |
| Despesas Antecipadas | 46.509 | 48.675 | 5% | 42.841 | -12% |
| Ativo Não Circulante | 271.461.639 | 272.699.421 | 0% | 274.395.213 | 1% |
| Créditos a Longo Prazo | 1.294.374 | 1.305.353 | 1% | 1.316.331 | 1% |
| Imobilizado | 267.725.194 | 268.951.997 | 0% | 270.636.811 | 1% |
| Investimentos | 2.442.071 | 2.442.071 | 0% | 2.442.071 | 0% |
| Total do Ativo | 653.823.071 | 647.179.460 | -1% | 642.458.637 | -1% |

AH% ¹: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre setembro/2025 e outubro/2025;
AH% ²: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre outubro/2025 e novembro/2025.

Com o propósito de ilustrar a progressão dos saldos patrimoniais, apresentam-se, acima, os saldos das contas do Ativo referentes ao período de setembro a novembro/2025. As variações mais significativas em relação ao valor total do Ativo foram atribuídas às rubricas de Caixa e Equivalentes de Caixa, Clientes, Adiantamentos, Débitos de Funcionários e Imobilizado.

A rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa registrou uma redução de 9% em outubro/2025 em comparação ao mês de setembro/2025. No mês subsequente observou-se uma queda ainda mais acentuada (30%) em relação ao mês anterior.

Ademais, o saldo de Clientes, em outubro/2025, apresentou redução de 1% em relação ao período imediatamente anterior. Contudo, em novembro/2025, a rubrica apresentou uma recuperação, com um aumento de 5% em comparação a outubro/2025, devido, principalmente, aos valores oriundos da categoria SUS, conforme evidenciado na tabela apresentados a seguir.



| Clientes | Total | % |
|---------------------|-----------------|-------|
| SUS | R\$ 108.227.622 | 64% |
| Convênios privados | R\$ 62.746.548 | 37% |
| Particulares | R\$ 2.054.050 | 1% |
| Reanálise de glosas | R\$ 8.752 | 0,01% |
| PDD | - R\$ 3.491.947 | -2% |
| Total | R\$ 169.545.026 | 100% |

Destaca-se a impossibilidade de quantificar separadamente a Provisão para Liquidação Duvidosa na rubrica Clientes, bem como seu efeito nos saldos individuais das categorias Clientes do SUS, Convênios Privados, Particulares e Reanálise de Glosas.

A rubrica Adiantamentos, apesar de não ter apresentado variação significativa no mês de outubro/2025, registrou aumento de 5,4% em novembro/2025, encerrando o período com um saldo de R\$ 82 milhões. Cabe ressaltar que a rubrica de Adiantamentos entre Hospitais corresponde a 91% do montante total da rubrica sintética (Adiantamentos). De acordo com informações da entidade, a rubrica de Adiantamento entre Hospitais corresponde a empréstimos ou antecipações registradas como ativo na concedente, com contrapartida em Bancos, e como passivo na recebedora, com contrapartida a débito em Bancos (ativo), sendo que na consolidação os saldos se compensam – valor concedido positivo confrontado com valor recebido negativo – permanecendo em aberto no período seguinte, sem impacto no resultado do exercício.

A rubrica Débitos de Funcionários manteve-se estável em outubro/2025 em relação ao mês anterior. No entanto, apresentou um aumento expressivo em novembro/2025, registrando uma variação de 103.149%.

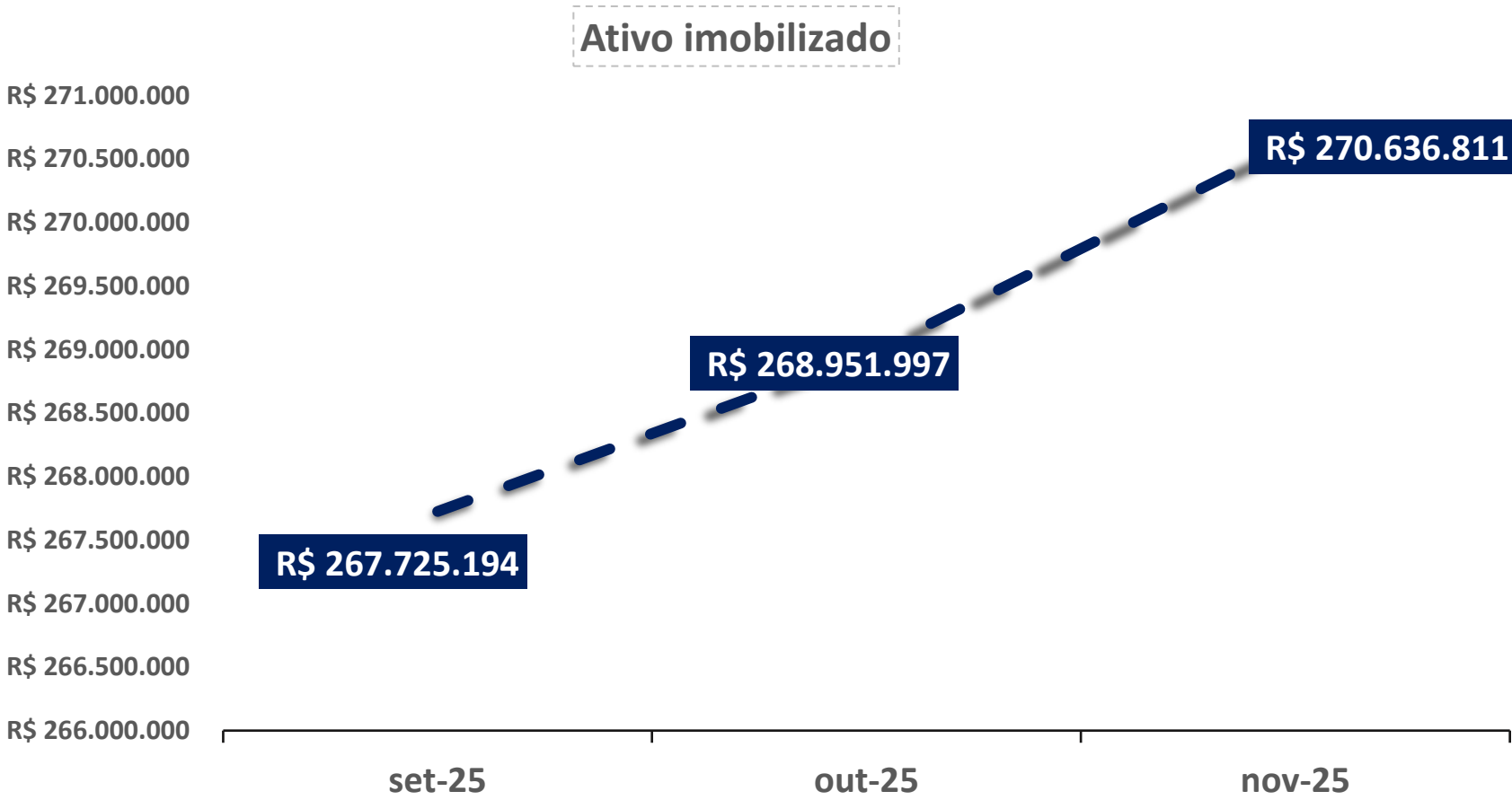
09. Análise Econômico-Financeira

Balancetes Mensais Consolidados - Ativo

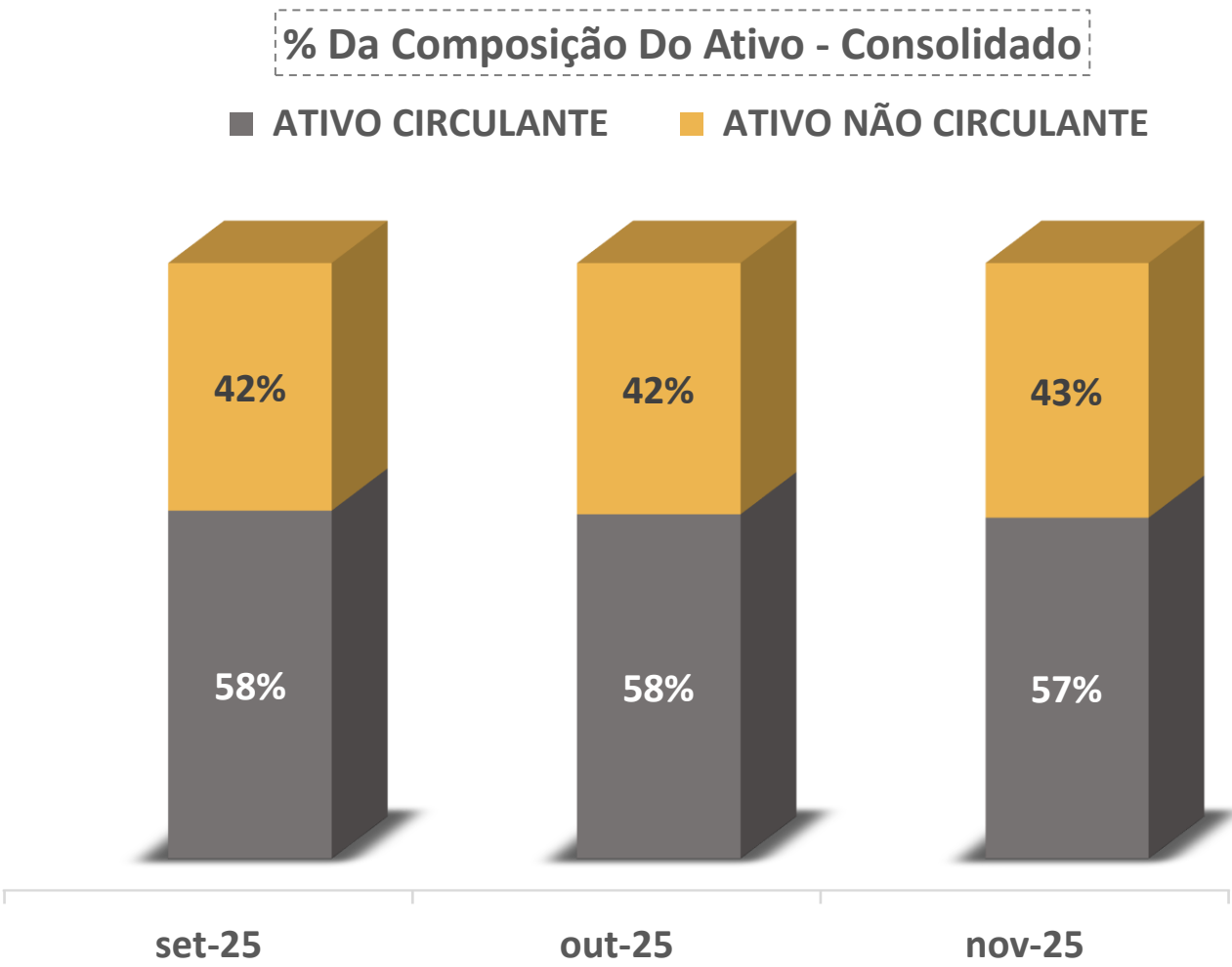
Em outubro/2025, o Ativo Não Circulante da Recuperanda não apresentou variação significativa em relação ao saldo registrado em setembro/2025. Já em novembro/2025, a rubrica registrou um crescimento de apenas 1%, encerrando o período com um saldo de R\$ 274,4 milhões.

A rubrica do Ativo Imobilizado, em outubro/2025, representou aproximadamente 42% do Ativo Total, registrando um aumento de R\$ 1,2 milhão em comparação ao mês anterior. Em novembro/2025, a conta manteve a tendência de crescimento, com uma variação de 1%, encerrando o período com um saldo de R\$ 270,6 milhões; tal variação é relativa principalmente aos valores do Imobilizado da Filial de Brasília/DF.

Destaca-se que as filiais de Alvorada (RS), Cachoeirinha (RS) e Viamão (RS) não apresentaram registro de depreciação nos meses de outubro/2025 e novembro/2025.



A seguir é demonstrada a composição do Ativo, em percentuais:



O gráfico apresenta a evolução da composição percentual do Ativo entre os meses de setembro/2025 e novembro/2025, separando Ativo Circulante e Ativo Não Circulante.

Entre os meses de outubro/2025 e novembro/2025, a estrutura patrimonial da entidade manteve-se estável, sem variações percentuais relevantes na composição entre Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, indicando constância na distribuição dos ativos durante esse período. No período, o Ativo Circulante passou a representar entre 57% e 58% do total do Passivo, enquanto o Ativo Não Circulante correspondeu entre 42% e 43%, evidenciando manutenção da estrutura patrimonial da entidade no período analisado.

09. Análise Econômico-Financeira

Balancetes Mensais Consolidados - Passivo

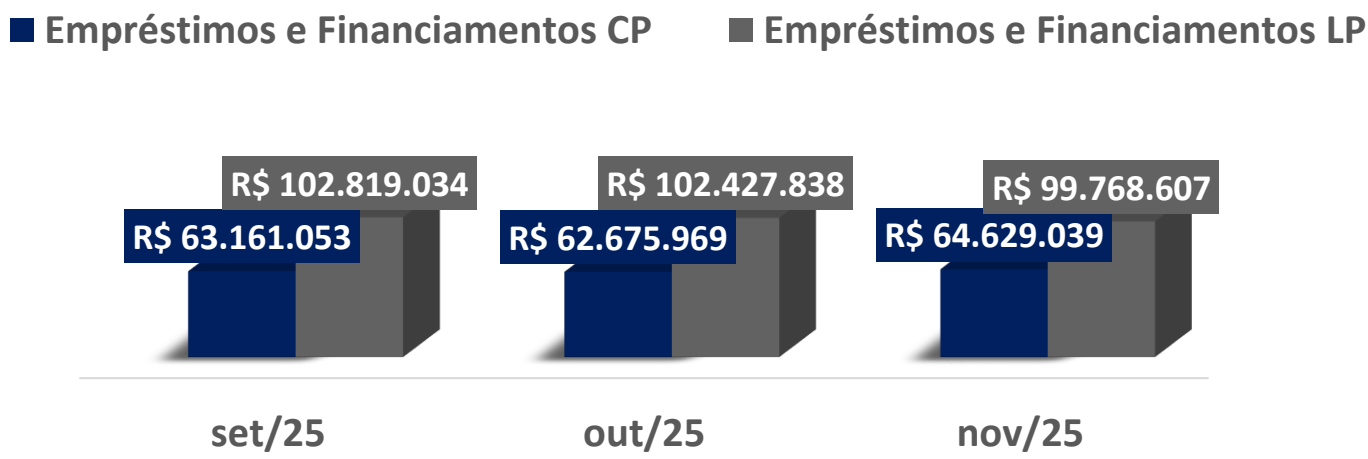
De início, é relevante destacar que os dados contábeis, apresentados graficamente, foram disponibilizados, via *e-mail*, pelos representantes da Recuperanda. Abaixo, os saldos consolidados são o produto da agregação dos balancetes mensais da Matriz e das Filiais.

| | set/25 | out/25 | AH% ¹ | nov/25 | AH% ² |
|--|----------------------|----------------------|------------------|----------------------|------------------|
| Passivo Circulante | 542.572.800 | 534.725.862 | -1% | 534.358.717 | 0% |
| Fornecedores | 73.360.560 | 73.165.260 | 0% | 74.493.397 | 2% |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 114.480.226 | 114.003.515 | 0% | 114.311.501 | 0% |
| Obrigações Trabalhistas e Outras | 29.625.635 | 29.259.509 | -1% | 29.645.710 | 1% |
| Empréstimos e Financiamentos | 63.161.053 | 62.675.969 | -1% | 64.629.039 | 3% |
| Provisões | 85.152.742 | 86.983.025 | 2% | 90.719.141 | 4% |
| Obrigações de Convênios | 82.107.002 | 73.985.338 | -10% | 66.213.697 | -11% |
| Serviços de Terceiros | 69.597.762 | 69.718.112 | 0% | 69.146.742 | -1% |
| Valores de Terceiros | 25.073.855 | 24.921.022 | -1% | 25.186.283 | 1% |
| Débitos com Tarifas e Serviços | 13.964 | 14.112 | 1% | 13.208 | -6% |
| Passivo Não Circulante | 256.864.547 | 259.328.323 | 1% | 257.788.434 | -1% |
| Empréstimos e Financiamentos | 102.819.034 | 102.427.838 | 0% | 99.768.607 | -3% |
| Subvenções para Investimentos | 66.967.079 | 69.865.050 | 4% | 70.986.117 | 2% |
| Provisões Contingências | 13.895.664 | 13.895.664 | 0% | 13.895.664 | 0% |
| Receitas Antecip. De Mensalidades | 96.528 | 53.529 | -45% | 51.803 | -3% |
| Bens Senado Câmara e Outros | 61.853.341 | 61.853.341 | 0% | 61.853.341 | 0% |
| Recursos SSMA | 2.061.868 | 2.061.868 | 0% | 2.061.868 | 0% |
| Provisão P/ Contingências de Longo Prazo | 9.171.033 | 9.171.033 | 0% | 9.171.033 | 0% |
| Patrimônio Líquido | (274.572.244) | (274.589.532) | 0% | (274.485.820) | 0% |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 524.865.104 | 519.464.653 | -1% | 517.661.331 | 0% |

AH% ¹: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre setembro/2025 e outubro/2025;
AH% ²: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre outubro/2025 e novembro/2025.

Na tabela ao lado é fornecida a evolução das obrigações da Recuperanda durante o período compreendido entre setembro/2025 e novembro/2025.

A rubrica de Empréstimos e Financiamentos manteve-se estável, sem variações bruscas no período. Em outubro/2025, tais obrigações representaram 31,8% da soma total do Passivo Circulante e do Não Circulante. Já em novembro/2025, apesar de um leve crescimento nominal no curto prazo (3%), a representatividade conjunta do grupo permaneceu relevante, totalizando 31,7% do Passivo e Patrimônio Líquido total da instituição. A distribuição de valores entre empréstimos e financiamento de curto e longo prazo são demonstrados no gráfico a seguir:



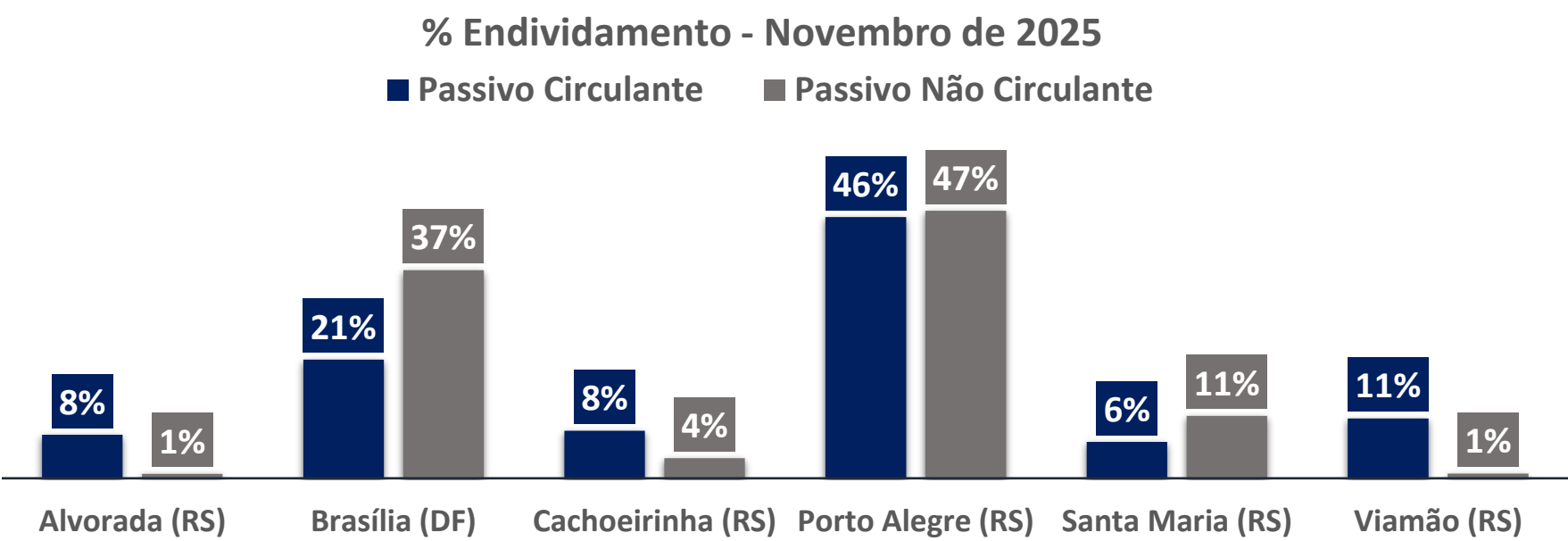
No que tange às obrigações financeiras, em outubro/2025, observou-se uma concentração no Passivo Circulante, que totalizou R\$ 534,7 milhões, enquanto o Passivo Não Circulante encerrou o mês com um saldo de R\$ 259,3 milhões. Em novembro/2025, essa estrutura manteve-se estável, com o Passivo Circulante apresentando uma leve variação negativa para R\$ 534,3 milhões e o Passivo Não Circulante reduzindo para R\$ 257,8 milhões, refletindo uma queda de 1% nesta última categoria em relação ao mês anterior.

Adicionalmente, a rubrica analítica de Obrigações de Convênio apresentou redução de 10% em outubro/2025, o que representa uma diminuição de R\$ 8,1 milhões em relação a setembro/2025. Já em novembro/2025, com uma nova redução de 11%, apresentando saldo de R\$ 66,2 milhões. Já a rubrica Subvenções para Investimentos, registrada no Passivo Não Circulante, apresentou um aumento de R\$ 2,8 milhões (4%) em outubro/2025, quando comparada ao mês anterior. Em novembro/2025, a conta manteve a trajetória de crescimento, com uma variação positiva de 2%, atingindo o montante de R\$ 70,9 milhões.

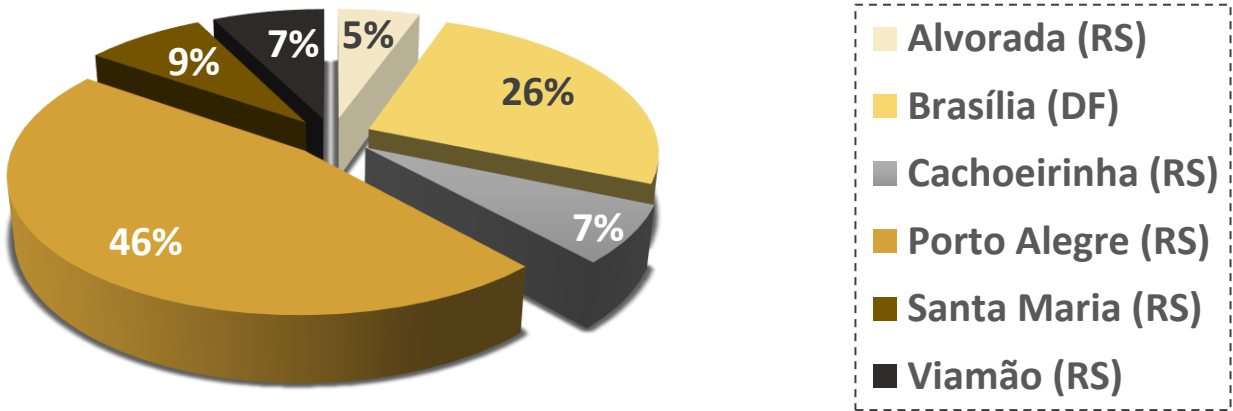
09. Análise Econômico-Financeira

Balancetes Mensais Consolidados - Passivo

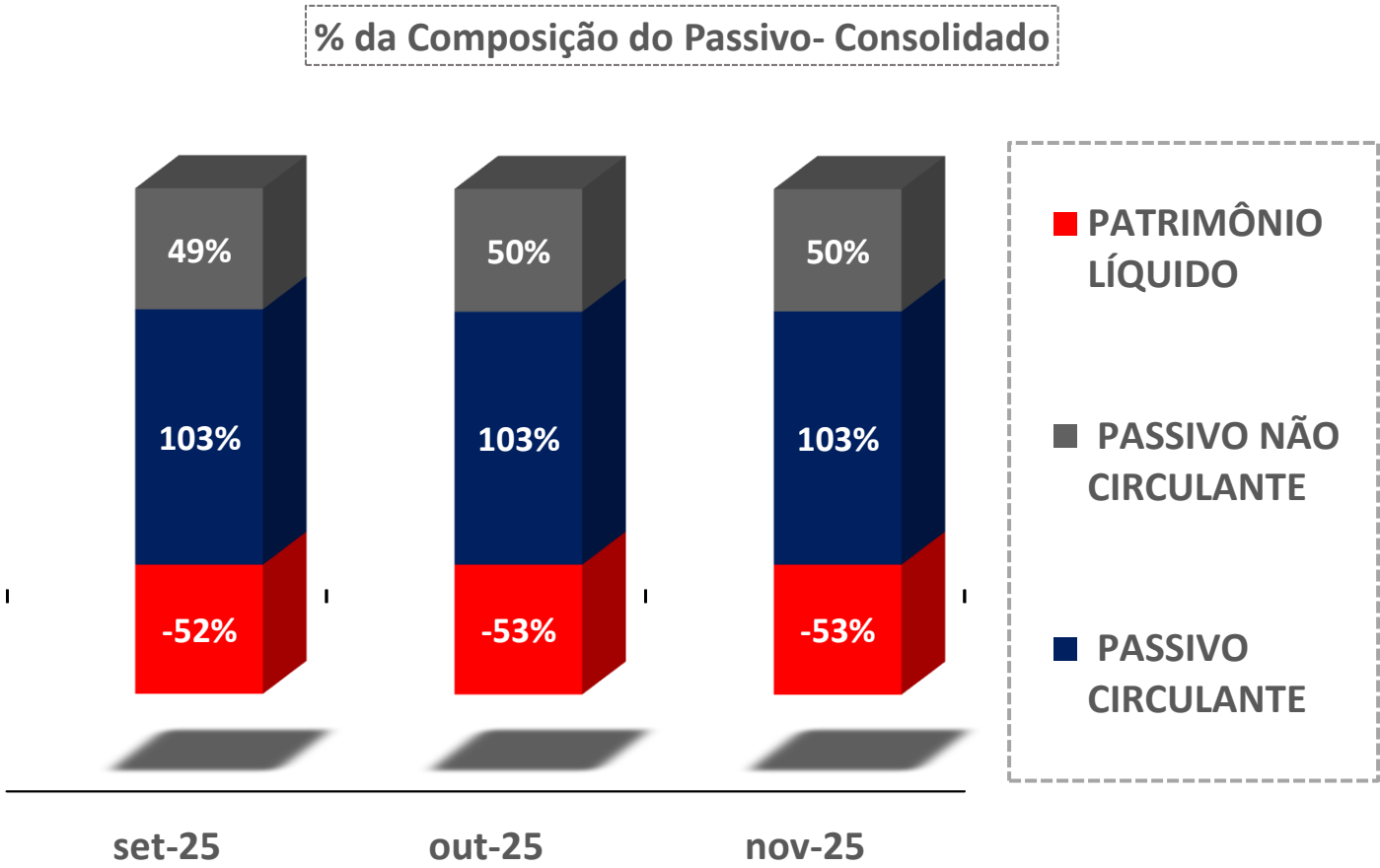
| Endividamento em Novembro/2025 (Valores em R\$) | | | | | | | |
|---|---------------|---------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------|-------------|
| Rubrica do Balancete | Alvorada (RS) | Brasília (DF) | Cachoeirinha (RS) | Porto Alegre (RS) | Santa Maria (RS) | Viamão (RS) | Total |
| Passivo Circulante | 40.873.569 | 111.778.404 | 44.881.911 | 246.209.936 | 34.178.757 | 56.436.140 | 534.358.717 |
| Passivo Não Circulante | 1.959.146 | 94.560.328 | 9.171.033 | 121.569.995 | 28.369.158 | 2.158.774 | 257.788.434 |
| Total | 42.832.715 | 206.338.733 | 54.052.944 | 367.779.931 | 62.547.915 | 58.594.914 | 792.147.151 |



Com base nas informações acima, observa-se que a Matriz (Porto Alegre/RS) e a Filial de Brasília/DF apresentam os percentuais mais elevados de dívidas, tanto a curto quanto a longo prazo. Ademais, no gráfico subsequente, fica evidente que as dívidas da Matriz (curto prazo) correspondem a 46%, enquanto as da Filial de Brasília/DF representam 26% do endividamento total.



As obrigações e dívidas da Recuperanda estão, predominantemente, concentradas no Passivo Circulante, evidenciando a necessidade de um maior capital de curto prazo.



Finalmente, em relação ao Patrimônio Líquido, conforme evidenciado no gráfico acima, observa-se que o saldo de tal conta permaneceu negativo tanto no exercício social de 2024 quanto no período compreendido entre outubro/2025 e novembro/2025.

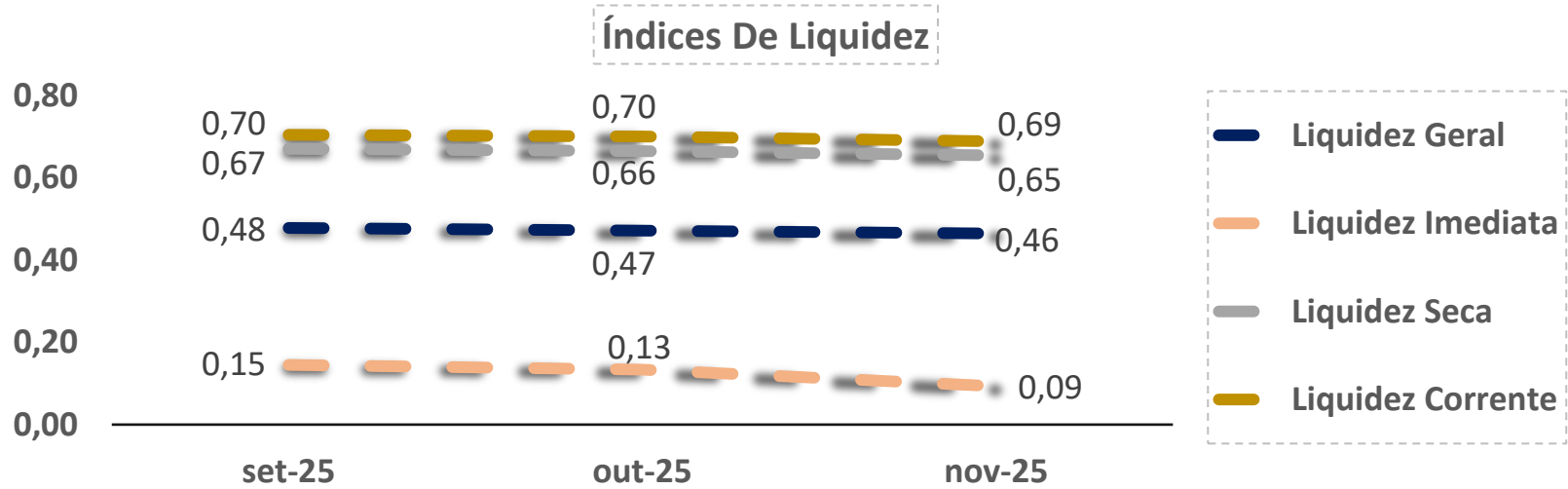
A diferença entre o total do passivo e o total do ativo ocorreu em decorrência do reconhecimento dos resultados (*superávit ou déficit*), os quais são realizados apenas no fechamento do balanço.

09. Análise Econômico-Financeira

Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros são métricas que coletam e geram informações sobre um determinado aspecto das demonstrações financeiras, sobretudo acerca da saúde financeira da organização e o quão rentável ela pode ser. Abaixo, apresenta-se alguns indicadores recomendados pela literatura de Finanças Corporativas:

| Descrição | set-25 | out-25 | nov-25 |
|-------------------|--------|--------|--------|
| Liquidez Geral | 0,48 | 0,47 | 0,46 |
| Liquidez Imediata | 0,15 | 0,13 | 0,09 |
| Liquidez Seca | 0,67 | 0,66 | 0,65 |
| Liquidez Corrente | 0,70 | 0,70 | 0,69 |



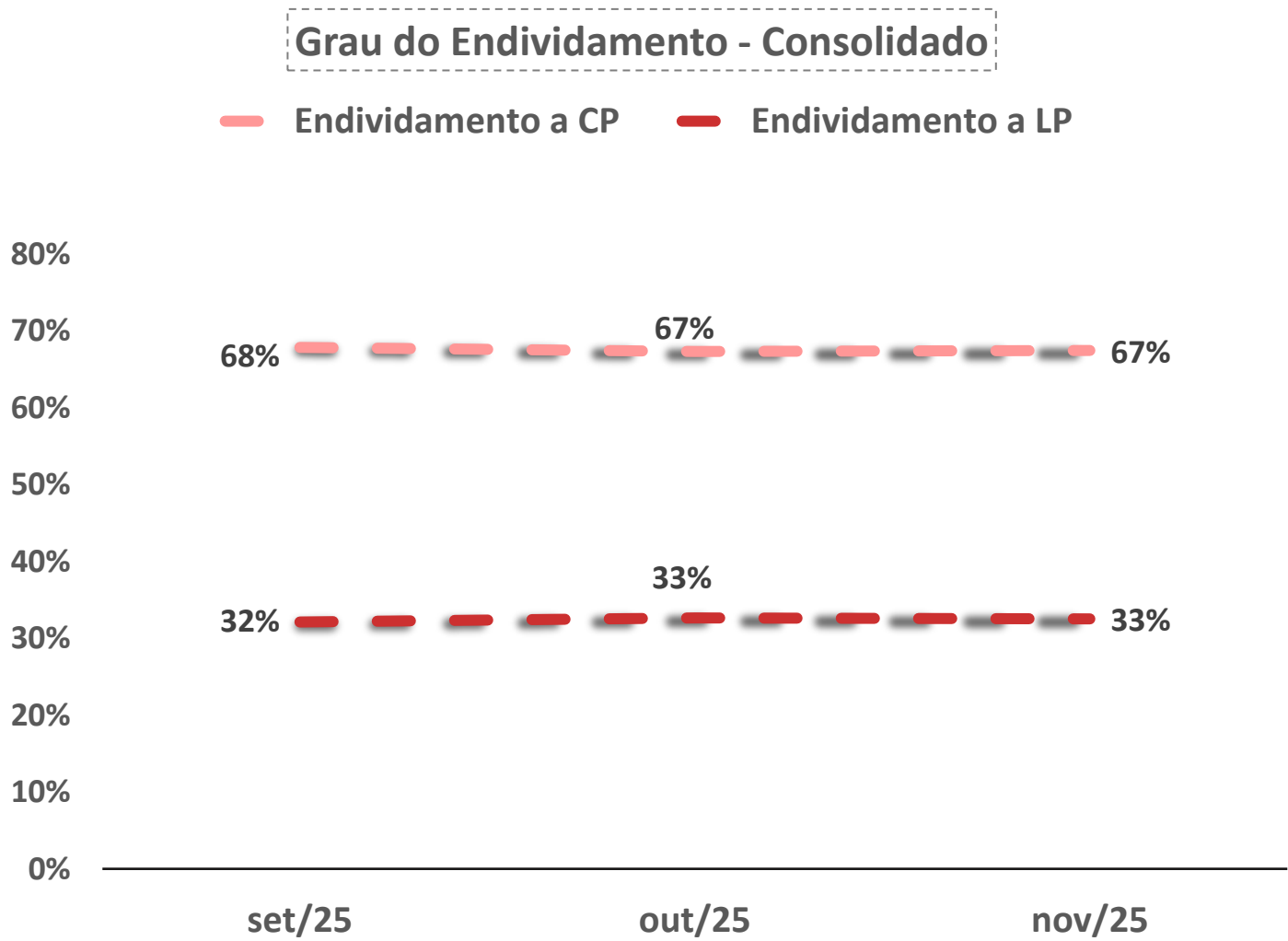
Liquidez Geral: Os índices referentes aos períodos analisados indicam que a Fundação não tem capacidade de saldar as suas dívidas de curto e de longo prazo.

Liquidez Imediata: Nos períodos em questão, a Fundação não dispunha de recursos suficientes em seu caixa para quitar as suas obrigações de curto prazo.

Liquidez Seca: Indica que a Fundação não possui valores no Ativo Circulante capazes de saldar as obrigações de curto prazo, considerando os índices apresentados nos períodos analisados.

Liquidez Corrente: Indica que os recursos que a Fundação havia registrado no Ativo Circulante não eram suficientes para quitar a cada R\$ 1,00 de dívidas no Passivo Circulante.

A seguir, apresenta-se graficamente o grau de endividamento da Recuperanda:



Durante todo o período analisado, o endividamento da Fundação se manteve maior no curto prazo, o que afeta de forma mais gravosa o fluxo de caixa.

No período analisado, os registros de curto prazo representaram entre 67% e 68% do total das dívidas. Já o endividamento a longo prazo representou percentuais entre 32% e 33% das dívidas.

09. Análise Econômico-Financeira

Demonstração dos Custos, Receitas e Despesas – Informações dos Balancetes Mensais Consolidados

Abaixo, são apresentados graficamente os **resultados mensais obtidos de forma acumulada** (Matriz + Filiais) no período compreendido entre setembro e novembro/2025:

| | nov/25 | AH ¹ | out/25 | AH ² | set/25 |
|--|---------------------|-----------------|---------------------|-----------------|---------------------|
| Receita Bruta | 41.414.666 | -5% | 43.554.490 | -1% | 43.833.244 |
| (-) Deduções da receita | (95.859) | -61% | (246.318) | 31% | (188.603) |
| (=) Receita Líquida | 41.318.807 | -5% | 43.308.172 | -1% | 43.644.641 |
| (-) Custos dos Serviços Prestados | (38.471.278) | -1% | (38.702.150) | 1% | (38.149.518) |
| (-) Despesas Operacionais | (4.011.002) | 17% | (3.441.050) | -41% | (5.878.713) |
| (+) Outras receitas operacionais | 43.579 | -11% | 48.945 | 1% | 48.276 |
| (=) Resultado Operacional | (1.119.894) | -192% | 1.213.917 | -462% | (335.314) |
| (+/-) Resultado Financeiro | (1.797.605) | -27% | (2.457.077) | 18% | (2.081.564) |
| (=) Resultado do Exercício | (2.917.500) | 135% | (1.243.160) | -49% | (2.416.878) |

AH% ¹: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre outubro e novembro/2025;

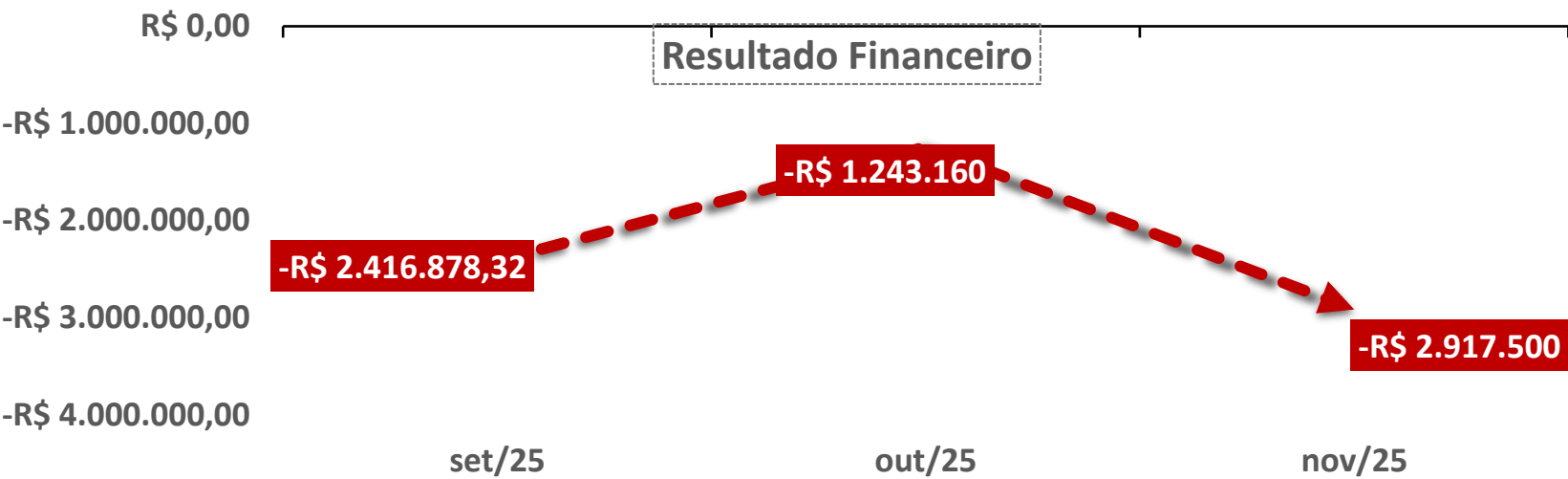
AH% ²: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre setembro e outubro/2025.

Primeiramente, é relevante destacar que os dados contábeis, apresentados acima, foram disponibilizados, via *e-mail*, pelos representantes da Recuperanda e estão apresentados de forma mensal.

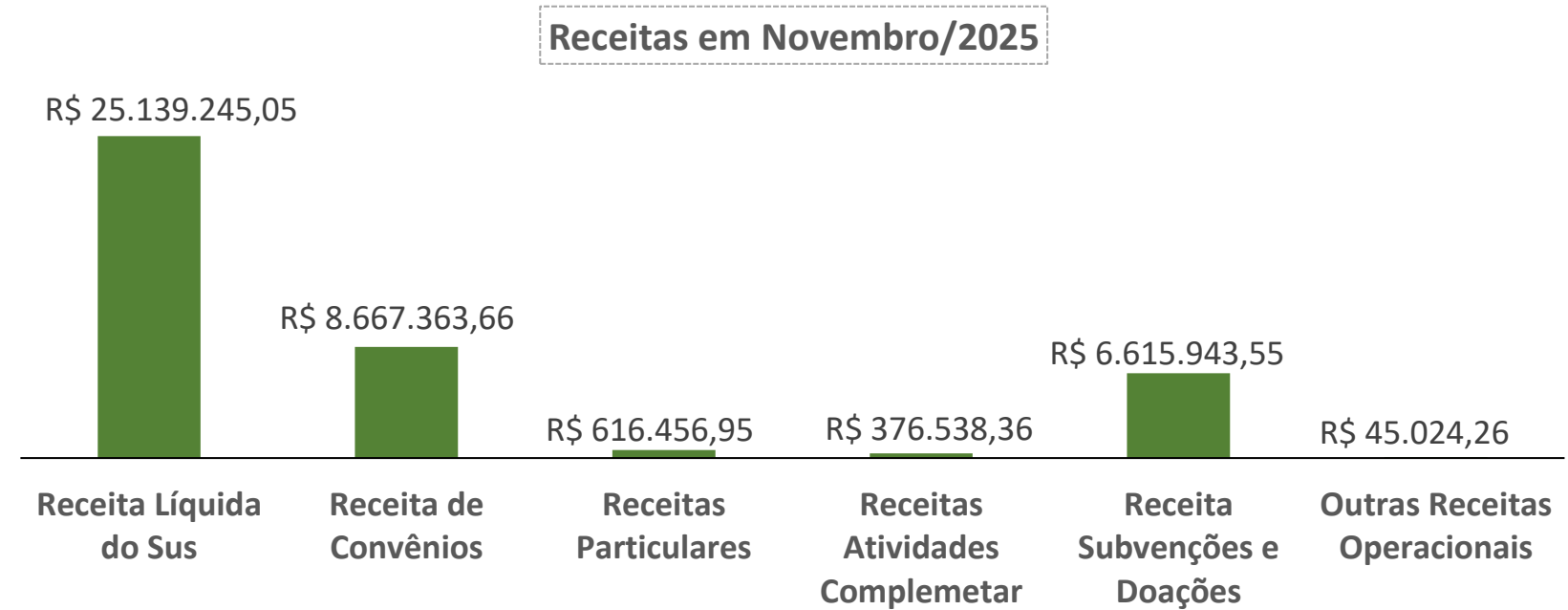
Os saldos consolidados são o produto da agregação dos balancetes mensais da Matriz e das Filiais.

Com base na tabela acima, observa-se que o **faturamento** do mês de novembro/2025 apresentou queda de 5% quando comparado ao montante do período imediatamente anterior.

Com base no gráfico abaixo, nota-se que a Recuperanda vem apresentando consecutivos resultados negativos desde o mês de setembro/2025. Cumpre referir que o resultado acumulado no ano de 2024 correspondeu a um **déficit financeiro** de R\$ 39,5 milhões, enquanto que houve um **superávit** de R\$ 124 milhões, no que tange ao período de janeiro a novembro/2025, em razão da venda do precatório em março/2025.



A **fonte de recursos da FUC** provém da (i) cobrança de prestação de serviços médicos, no âmbito do SUS, convênios privados e de particulares, e de (ii) recursos de subvenções de convênios para gestão dos hospitais.



09. Análise Econômico-Financeira

Demonstração da Receita e Despesa - Informações dos Balancetes Mensais Consolidados

Abaixo, apresenta-se resumidamente os valores referentes a **Custos, Receitas e Despesas (Matriz + Filiais)**, no que concerne ao mês de **novembro/2025**:

| Receita x Custos e Despesas (Novembro/2025) | | | | | | | |
|---|----------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-----------------|--------------------|
| Rubrica do Balancete | Alvorada (RS) | Brasília (DF) | Cachoeirinha (RS) | Porto Alegre (RS) | Santa Maria (RS) | Viamão (RS) | Total |
| Receitas | R\$ 1.538,49 | R\$ 16.134.813,38 | R\$ 24,85 | R\$ 17.308.416,10 | R\$ 8.222.375,25 | R\$ 4.606,62 | R\$ 41.671.774,69 |
| Despesas e Custos | -R\$ 62.548,74 | -R\$ 15.195.013,55 | -R\$ 74.677,95 | -R\$ 21.885.207,71 | -R\$ 7.142.504,37 | -R\$ 229.322,11 | -R\$ 44.589.274,43 |
| Total | -R\$ 61.010,25 | R\$ 939.799,83 | -R\$ 74.653,10 | -R\$ 4.576.791,61 | R\$ 1.079.870,88 | -R\$ 224.715,49 | -R\$ 2.917.499,74 |

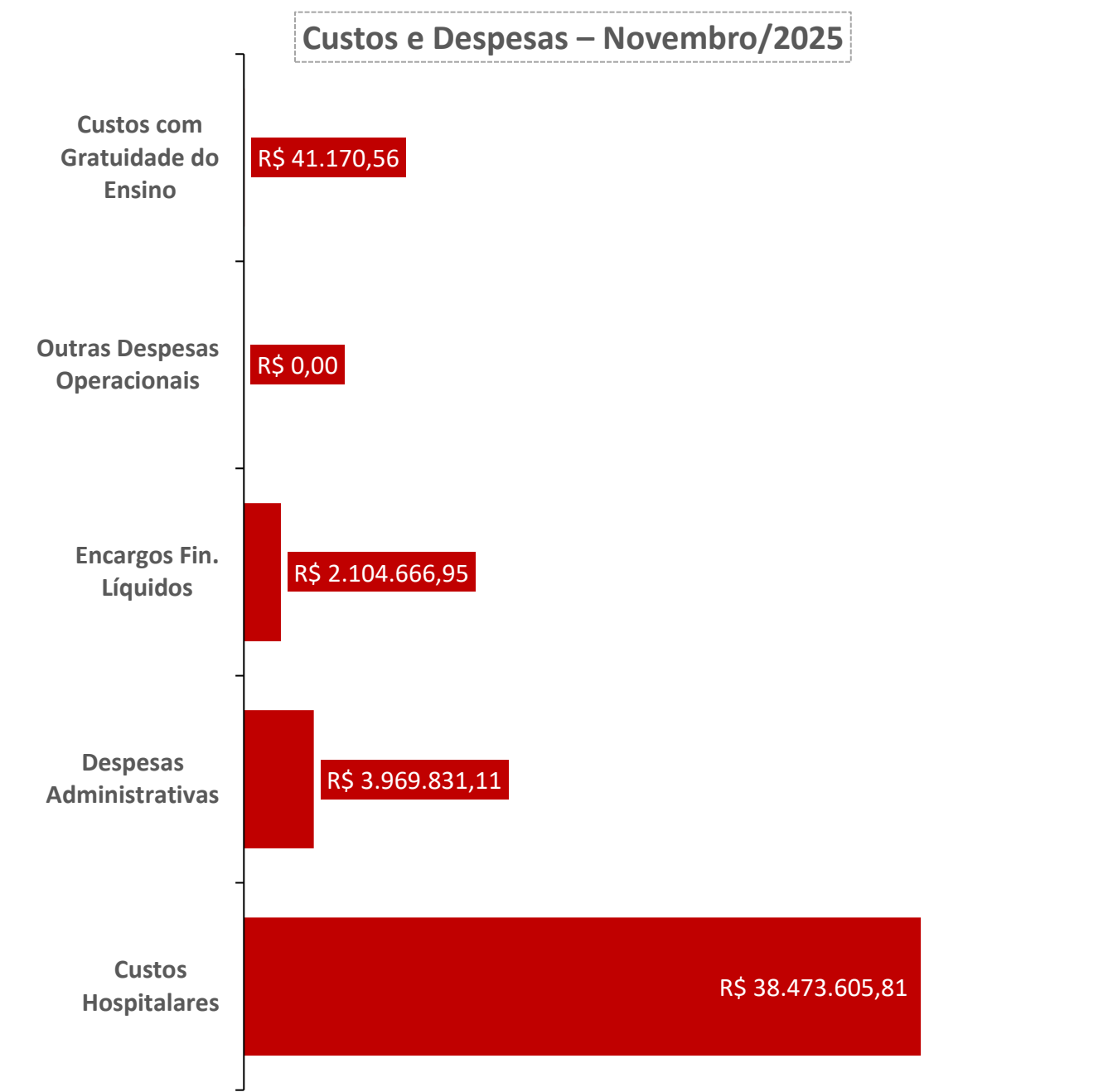
Com base na tabela acima, nota-se que dois hospitais registraram resultando positivo, enquanto os demais apresentaram *déficit*. O resultado negativo do mês de novembro/2025 permanece sendo ocasionado, majoritariamente, pelo resultado de Porto Alegre/RS.

No período compreendido entre janeiro e novembro/2025, o resultado acumulado foi um *superávit* financeiro de, aproximadamente, R\$ 124 milhões.

No período analisado, a Fundação apresentou valores referentes à isenção da contribuição patronal para o INSS, abrangendo tanto as Filiais quanto a Matriz. Conforme demonstrado no quadro a seguir, o total mensal dessa isenção, em novembro/2025, alcançou o montante de R\$ 3,7 milhões.

| Gratuidade em Novembro/2025 | | | | | | | |
|-----------------------------|---------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------|------------------|
| Rubrica do Balancete | Alvorada (RS) | Brasília (DF) | Cachoeirinha (RS) | Porto Alegre (RS) | Santa Maria (RS) | Viamão (RS) | Total |
| INSS Patronal | R\$ 8.362,28 | R\$ 1.049.369,95 | R\$ 8.624,88 | R\$ 2.073.046,97 | R\$ 555.191,58 | R\$ 17.397,95 | R\$ 3.711.993,61 |

Os **custos, despesas e encargos** totalizaram R\$ 44,5 milhões no mês de novembro/2025, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



09. Análise Econômico-Financeira

Fluxo de Caixa Realizado – Novembro/2025

| | Novembro/2025 | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|---------------------|---------------|-------------------|-----------------|
| | Brasília/ DF | Alvorada/ RS | Cachoeirinha/ RS | Viamão/ RS | Santa Maria/RS | Porto Alegre/RS |
| (=) RECEITA BRUTA OPERACIONAL | 16.059.333 | 148 | 0 | 0 | 7.850.863 | 16.888.527 |
| Receita SUS | 14.070.139 | 0 | 0 | 0 | 7.850.863 | 9.400.879 |
| Receita Convênio | 1.928.767 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6.738.597 |
| Receita Particular | 60.427 | 0 | 0 | 0 | 0 | 556.028 |
| Incentivo SUS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Receita com Ensino | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 193.024 |
| Receita de Subvenções | 0 | 148 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| (-) DEDUÇÃO DA RECEITA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (95.468) |
| (=) RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL | 16.059.333 | 148 | 0 | 0 | 7.850.863 | 16.793.059 |
| (-) CUSTOS DIRETOS | (7.712.852) | 0 | 0 | 0 | (2.580.999) | (6.552.628) |
| MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO | 8.346.482 | 148 | 0 | 0 | 5.269.864 | 10.039.914 |
| (-) CUSTOS COM PESSOAL | (5.210.242) | (27.556) | (37.297) | (186.380) | (2.910.257) | (9.197.167) |
| (-) CUSTOS COM MATERIAIS | (244.373) | 0 | 0 | 0 | (76.836) | (573.425) |
| (-) CUSTOS GERAIS | (1.358.361) | (32.069) | (34.600) | (37.613) | (1.207.510) | (3.315.319) |
| (=) CUSTOS FIXOS | (7.271.501) | (59.625) | (71.897) | (223.993) | (4.511.930) | (13.353.371) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 1.074.981 | (59.476) | (71.897) | (223.993) | 757.934 | (3.313.457) |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | (135.181) | (1.534) | (2.756) | (722) | 321.937 | (1.263.334) |
| RESULTADO GERENCIAL | 939.800 | (61.010) | (74.653) | (224.715) | 1.079.871 | (4.576.792) |

Na tabela ao lado, apresenta-se, de forma resumida, o Fluxo de Caixa Realizado referente ao mês de novembro de 2025, conforme planilha disponibilizada pelos representantes da Recuperanda.

Primeiramente, ressalta-se que um fluxo de caixa pode ser entendido como a diferença entre o valor recebido e o pago, em dinheiro, em um determinado período pelo Hospital. Com isso, buscar o entendimento de como esse fluxo de caixa se forma é de suma importância para a administração financeira hospitalar.

A DFC, em conjunto com o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), pode permitir que os usuários compreendam, entre outras coisas, se o hospital:

- ✓ Consegue, por meio da sua atividade-fim (serviços hospitalares), gerar um fluxo positivo de caixa;
- ✓ Tem capacidade de quitar suas obrigações, bem como pagar os valores devidos às instituições financeiras;
- ✓ Está em uma expansão de suas instalações/equipamentos e que tipo de recursos está utilizando para este fim.

Destaca-se que o documento disponibilizado pela Recuperanda trata-se de um demonstrativo financeiro elaborado exclusivamente para fins gerenciais, não observando as exigências das normas contábeis quanto à apresentação pelo método direto ou indireto.

Este fato não impacta na análise financeira realizada pela Administração Judicial, o que não traz prejuízos ao processo.

09. Análise Econômico-Financeira

Fluxo de Caixa Realizado – Novembro/2025

Com base no **Fluxo de Caixa** enviado, é possível inferir que **R\$ 31,3 milhões** da receita auferida no mês de novembro/2025 foi proveniente do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, representando 77% das receitas do período. Em tal resultado, foram consideradas tanto as receitas das Filiais quanto da Matriz.

Em novembro/2025, o auferimento de receitas atingiu o montante total de R\$ 40,7 milhões.

Os **Custos Fixos** da Recuperanda são divididos em quatro categorias: diretos, com pessoal, com materiais e gerais. Dentre esses, nota-se que o maior dispêndio está concentrado nos **Custos com Pessoal**.

Destaca-se, ainda, que na rubrica de **Custos com Pessoal** foram contabilizadas quantias vinculadas a salários e vantagens, encargos sociais, benefícios obrigatórios, honorários médicos e outros custos com pessoal.

Perante o dispêndio total da Recuperanda, em novembro/2025, os **Custos com Pessoal** representaram 40%, enquanto que os **Custos Diretos** representaram 38%.

A conta de **Custos com Materiais** é composta por montantes referentes a materiais de manutenção; materiais de expediente e impressos; higienização e lavanderia; outros materiais; manutenção predial; bens de consumo durável; material geral e perdas e avarias (baixas).

Ainda, menciona-se que os **Custos Gerais** correspondem a serviços de terceiros; serviços de manutenção; energia elétrica; água e esgoto; telefone; aluguel; fretes e conduções; viagens e estadias; despesas com manutenção predial; perdas e avarias; outros custos gerais e valores de depreciações e amortizações.

Na rubrica dos **Custos Diretos** são contabilizados os seguintes valores: drogas e medicamentos; órteses, próteses e materiais especiais; materiais de enfermagem; material médico hospital; oxigênio e gases medicinais; gêneros alimentícios; filmes e materiais cineradiográfico; materiais de laboratório; fios cirúrgicos e hemostáticos; honorários médicos; honorários médicos – produção; despesas com manutenção predial; bonificações (descontos fornecedores) e quantias referentes a estagiários. Na tabela ao lado, apresenta-se algumas quantias significativas do Fluxo de Caixa (os valores são negativos e estão apresentados em milhares de reais - R\$).

Por fim, ressalta-se que os saldos finais apresentados para cada filial no Fluxo de Caixa coincidiram com os valores evidenciados nas Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE).

A seguir, apresenta-se parte dos dispêndios das Recuperandas durante o mês de novembro/2025:

| | Brasília/DF | Alvorada/RS | Cachoeirinha/RS | Viamão/RS | Santa Maria/RS | Porto Alegre/RS |
|-------------------------------|-------------|-------------|-----------------|-----------|----------------|-----------------|
| Honorários Médicos | (4.256.492) | 0 | 0 | 0 | (1.851.790) | 0 |
| Honorários Médicos - Produção | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | (2.645.774) |
| Salários e Vantagens | (3.725.995) | (11.824) | (102.867) | (177.333) | (2.177.195) | (6.291.182) |
| Encargos Sociais | (328.742) | (2.634) | (24.021) | (7.354) | (214.678) | (842.715) |
| Benefícios Obrigatórios | (547.855) | (94) | (27) | 0 | (23.936) | (168.989) |
| Outros Custos com Pessoal | 0 | (533) | 0 | 0 | (74.793) | (662.001) |
| Serviços de Terceiros | (606.602) | (31.509) | (34.600) | (33.059) | (998.385) | (1.992.348) |
| Serviços de Manutenção | (55.939) | 0 | 0 | 0 | (67.803) | (263.298) |
| Serviços de Informatica | (104.343) | 0 | 0 | 0 | (37.355) | (211.150) |

10. Análise Econômico-Financeira – Filial

Instituto de Cardiologia de Brasília/DF

10. Análise Econômico-Financeira

Balancetes da Filial – Brasília/DF - Ativo

Destaca-se que os dados contábeis, representados graficamente abaixo, foram enviados, via e-mail, pelos representantes da Recuperanda. Vale ressaltar que os saldos dos balancetes mensais correspondem apenas ao Instituto de Cardiologia de Brasília/DF (Filial).

| | set/25 | out/25 | AH% ¹ | nov/25 | AH% ² |
|-------------------------------|-------------|-------------|------------------|-------------|------------------|
| Ativo Circulante | 102.441.983 | 103.295.855 | 1% | 104.087.164 | 1% |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 10.555.554 | 14.984.059 | 42% | 8.446.934 | -44% |
| Clientes | 80.335.512 | 76.638.870 | -5% | 81.918.846 | 7% |
| Créditos Diversos | 6.169 | 1.619 | -74% | 2.769 | 71% |
| Adiantamentos | 3.808.357 | 4.063.606 | 7% | 4.470.112 | 10% |
| Depósitos de Judiciais | 50.110 | 50.315 | 0% | 50.262 | 0% |
| Cartão de Crédito | 28.334 | 25.155 | -11% | 63.732 | 153% |
| Estoques | 7.657.947 | 7.532.230 | -2% | 7.351.684 | -2% |
| Debitos de Funcionários | - | - | 0% | 1.782.824 | 100% |
| Ativo Não Circulante | 109.292.230 | 110.675.282 | 1% | 111.072.724 | 0% |
| Créditos a Longo Prazo | 361.296 | 372.274 | 3% | 383.253 | 3% |
| Imobilizado | 108.930.935 | 110.303.008 | 1% | 110.689.471 | 0% |
| Total do Ativo | 211.734.213 | 213.971.137 | 1% | 215.159.888 | 1% |

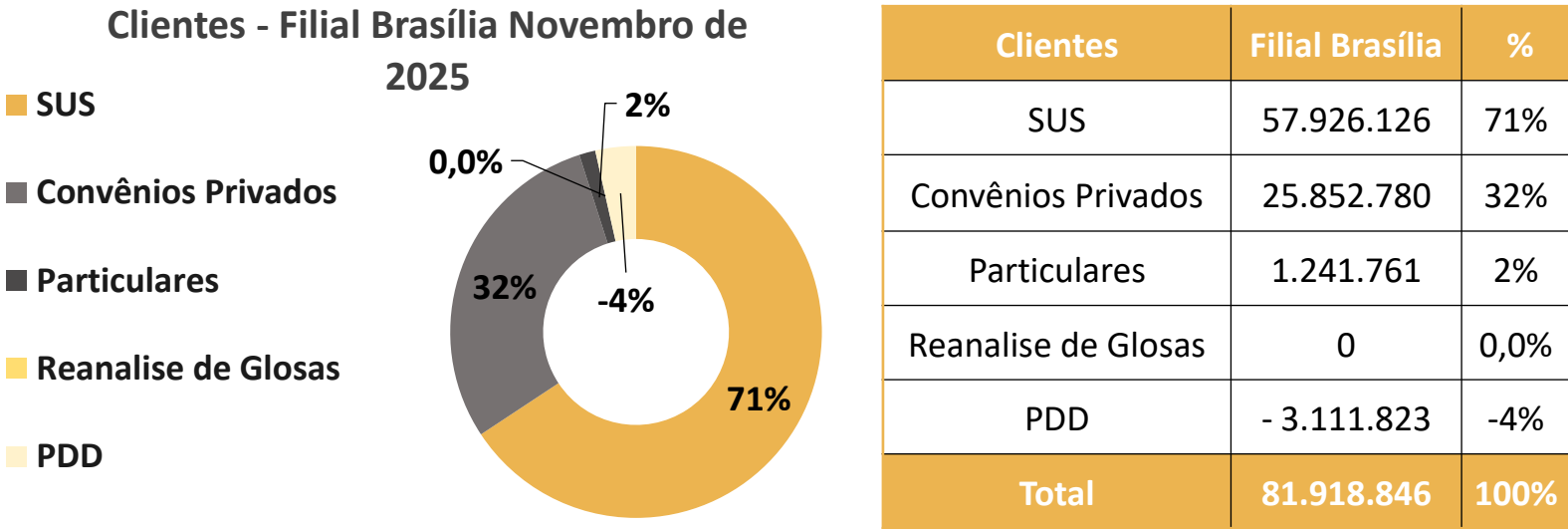
AH% ¹: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre setembro/2025 e outubro/2025;

AH% ²: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre outubro/2025 e novembro/2025.

Com o propósito de ilustrar a progressão dos saldos patrimoniais da Filial Brasília/DF, são exibidas as contas do Ativo referentes aos meses de setembro/2025 a novembro/2025. As variações mais significativas no Ativo Circulante foram atribuídas às rubricas de Caixa e Equivalentes de Caixa, Clientes, Adiantamentos e Estoque.

No mês de outubro/2025, a rubrica Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou um aumento de 42% em relação ao mês anterior. Tal variação representa um incremento nominal de aproximadamente R\$ 4,4 milhões. Já no mês de novembro/2025, observou-se uma inversão dessa tendência, com uma redução de 44% no saldo de disponibilidade.

Em outubro/2025 e novembro/2025, a rubrica **Clientes** apresentou valores a receber, principalmente provenientes da **categoria SUS**, totalizando, respectivamente, 68% e 71% dos recursos a serem recebidos. A seguir, apresenta-se graficamente, para o mês de novembro/2025, a referida rubrica:



Destaca-se a impossibilidade de quantificar separadamente a Provisão para Liquidação Duvidosa (PDD) na rubrica “Clientes”, à exceção da subconta “Clientes Particulares”. De acordo com o balancete de novembro de 2025, os valores a receber de Clientes Particulares totalizam R\$ 1,2 milhão, enquanto a PDD registrada alcança R\$ 2,3 milhões, evidenciando significativa discrepância entre a provisão para perdas e os valores efetivamente a receber dessa subconta.

A rubrica **Adiantamentos** apresentou aumento de 7% em outubro/2025, atingindo o montante de R\$ 4 milhões. Em novembro/2025, a conta manteve a tendência de crescimento com uma alta de 10%, encerrando o período analisado com um saldo consolidado de R\$ 4,4 milhões.

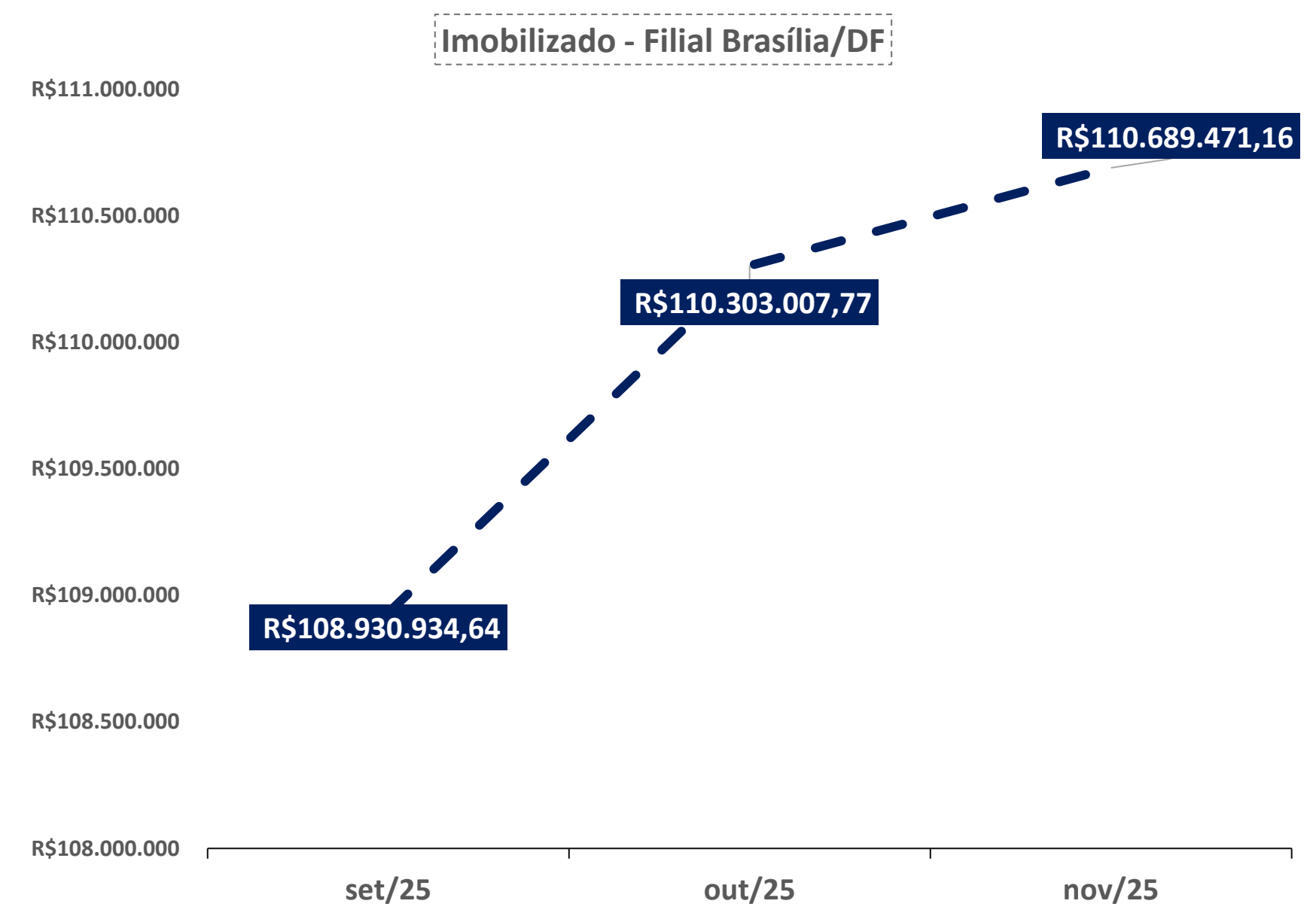
Já em outubro/2025, a rubrica **Estoques** apresentou redução de 2% em relação ao mês anterior, totalizando R\$ 7,5 milhões. Em novembro, a conta manteve a tendência de queda com uma redução de 2%, encerrando o período com um saldo consolidado de R\$ 7,3 milhões.

10. Análise Econômico-Financeira

Balancetes Filial Brasília - Ativo

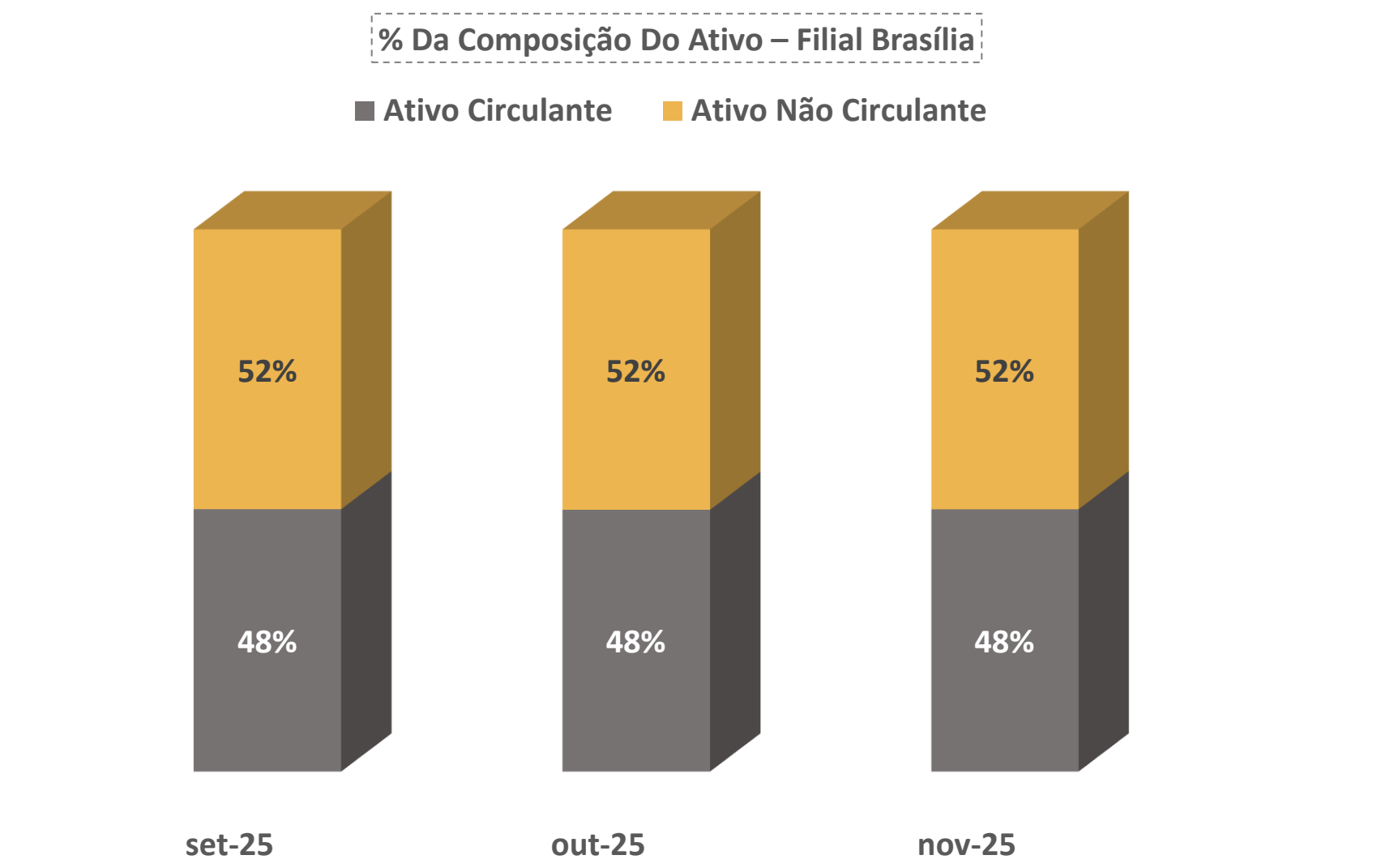
Em outubro/2025, o **Ativo Imobilizado** apresentou crescimento de 1% em relação ao mês anterior, totalizando R\$ 110,3 milhões e representando 52% do Ativo Total. Em novembro/2025, a conta manteve estabilidade com variação de 0,4%, encerrando o período com saldo de R\$ 110,6 milhões.

O **Imobilizado**, em novembro/2025, representou 51% do Ativo Total. No período, tal conta apresentou as seguintes variações, conforme ilustrado no gráfico a seguir:



Durante o período examinado, os montantes registrados no **Ativo Não Circulante** excederam os valores do **Ativo Circulante**.

A predominância dos recursos da **Filial de Brasília/DF** está concentrada no **Ativo Não Circulante**, o qual representou percentual de 52% do **Ativo Total** durante todo período representado no gráfico abaixo. Em contrapartida, o **Ativo Circulante** representa 48% do total do **Ativo** nos meses analisados. A seguir é demonstrada a **composição do Ativo**, em percentuais:



10. Análise Econômico-Financeira

Balancetes da Filial – Brasília/DF - Passivo

De início, reitera-se que os dados contábeis, representados graficamente, foram enviados pela Recuperanda para o endereço de e-mail da Administração Judicial. Ressalta-se que os saldos dos balancetes mensais correspondem apenas ao Instituto de Cardiologia de Brasília/DF (Filial).

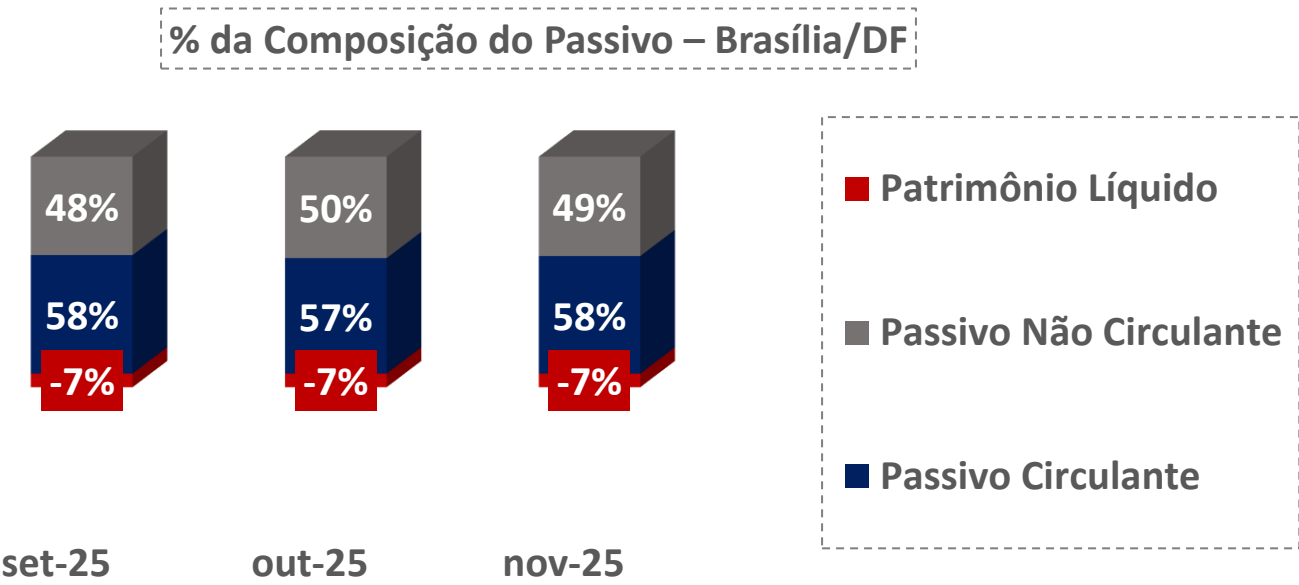
| | set/25 | out/25 | AH% ¹ | nov/25 | AH% ² |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|------------------|---------------------|------------------|
| Passivo Circulante | 112.292.412 | 109.648.724 | -2% | 111.778.404 | 2% |
| Fornecedores | 23.435.146 | 24.301.573 | 4% | 24.819.278 | 2% |
| Obrigações Sociais e Fiscais | 20.383.206 | 20.274.857 | -1% | 20.031.957 | -1% |
| Obrigações Trabalhistas | 2.772.960 | 2.668.423 | -4% | 2.402.197 | -10% |
| Empréstimos e Financiamentos | 1.428.572 | 1.071.429 | -25% | 3.214.286 | 200% |
| Provisões | 21.174.355 | 21.600.223 | 2% | 23.753.751 | 10% |
| Obrigações de Convênios | 9.990.787 | 6.979.183 | -30% | 5.150.159 | -26% |
| Serviços de Terceiros | 32.533.301 | 32.395.722 | 0% | 31.878.011 | -2% |
| Valores de Terceiros | 574.084 | 357.314 | -38% | 528.766 | 48% |
| Passivo Não Circulante | 93.355.531 | 96.441.058 | 3% | 94.560.328 | -2% |
| Empréstimos e Financiamentos | 4.285.714 | 4.285.714 | 0% | 1.785.714 | -58% |
| Subvenções para Investimentos | 27.216.476 | 30.302.003 | 11% | 30.921.274 | 2% |
| Bens Senado Camara e Outros | 61.853.341 | 61.853.341 | 0% | 61.853.341 | 0% |
| Patrimônio Líquido | (12.873.085) | (12.873.085) | 0% | (12.873.085) | 0% |
| Passivo e Patrimônio Líquido | 192.774.858 | 193.216.697 | 0% | 193.465.648 | 0% |

AH% ¹: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre setembro/2025 e outubro/2025;
AH% ²: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre outubro/2025 e novembro/2025.

No quadro acima, é fornecida a evolução das obrigações da Filial do Distrito Federal/DF, durante o período compreendido entre setembro/2025 e novembro/2025. As rubricas que apresentaram as maiores variações patrimoniais foram Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Provisões, Obrigações de Convênios e Subvenções para Investimentos a Longo Prazo.

No mês de outubro/2025, a rubrica **Fornecedores** apresentou um incremento de 4% em comparação ao mês anterior (setembro/2025), atingindo o montante de R\$ 24 milhões. Na sequência, em novembro/2025, observou-se uma continuidade na tendência de alta, com um crescimento adicional de 2%, elevando o saldo para R\$ 24,8 milhões.

No que concerne à rubrica **Obrigações de Convênios**, observou-se redução de 30% em outubro/2025 na comparação com setembro/2025, representando uma redução nominal superior a R\$ 3 milhões. Tal tendência de queda persistiu em novembro/2025, com uma nova retração de 26%. Quanto à rubrica **Subvenções para Investimentos (Passivo Não Circulante)**, o mês de outubro/2025 apresentou acréscimo de 11% em relação ao saldo imediatamente anterior. Já em novembro/2025, a conta demonstrou estabilidade, registrando um incremento residual de 2%.



Em relação ao Patrimônio Líquido, conforme evidenciado no gráfico acima, observa-se que o saldo de tal conta foi negativo nos meses analisados, apresentando o Passivo a Descoberto.

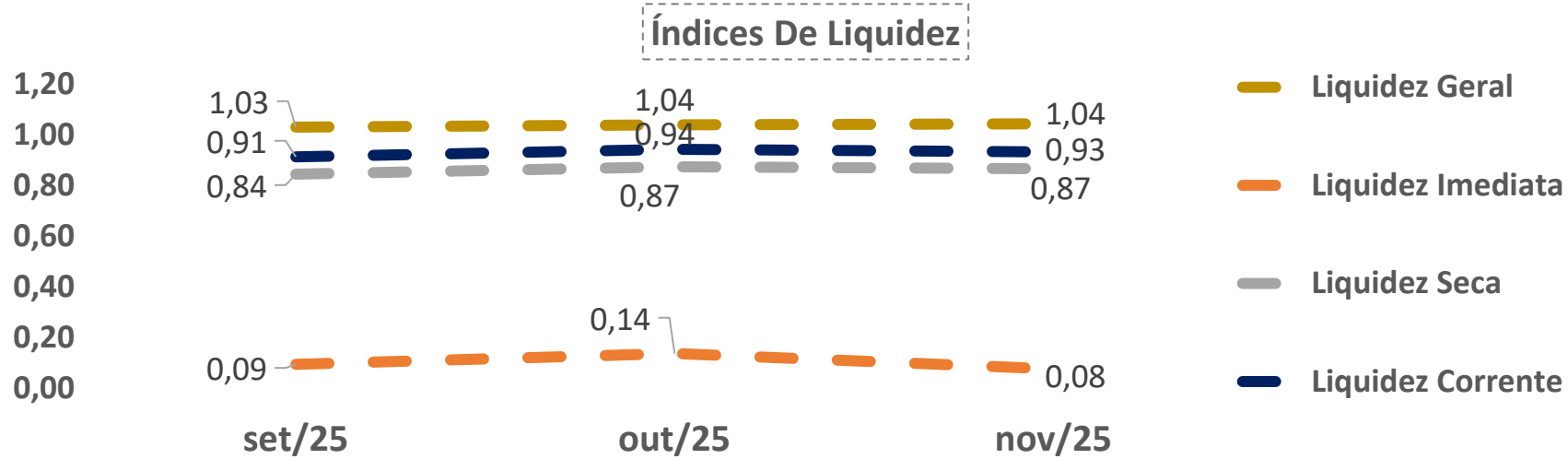
Destaca-se que a diferença entre o total do Passivo e o total do Ativo ocorre devido ao reconhecimento dos resultados (superávit ou déficit) que são realizados somente no encerramento do balanço.

10. Análise Econômico-Financeira

Indicadores Financeiros da Filial – Brasília/DF

Os indicadores financeiros são métricas que coletam e geram informações sobre um determinado aspecto das demonstrações financeiras, sobretudo acerca da saúde financeira da organização e o quão rentável ela pode ser. Abaixo, apresenta-se alguns indicadores recomendados pela literatura de Finanças Corporativas:

| Descrição | set/25 | out/25 | nov/25 |
|-------------------|--------|--------|--------|
| Liquidez Geral | 1,03 | 1,04 | 1,04 |
| Liquidez Imediata | 0,09 | 0,14 | 0,08 |
| Liquidez Seca | 0,84 | 0,87 | 0,87 |
| Liquidez Corrente | 0,91 | 0,94 | 0,93 |



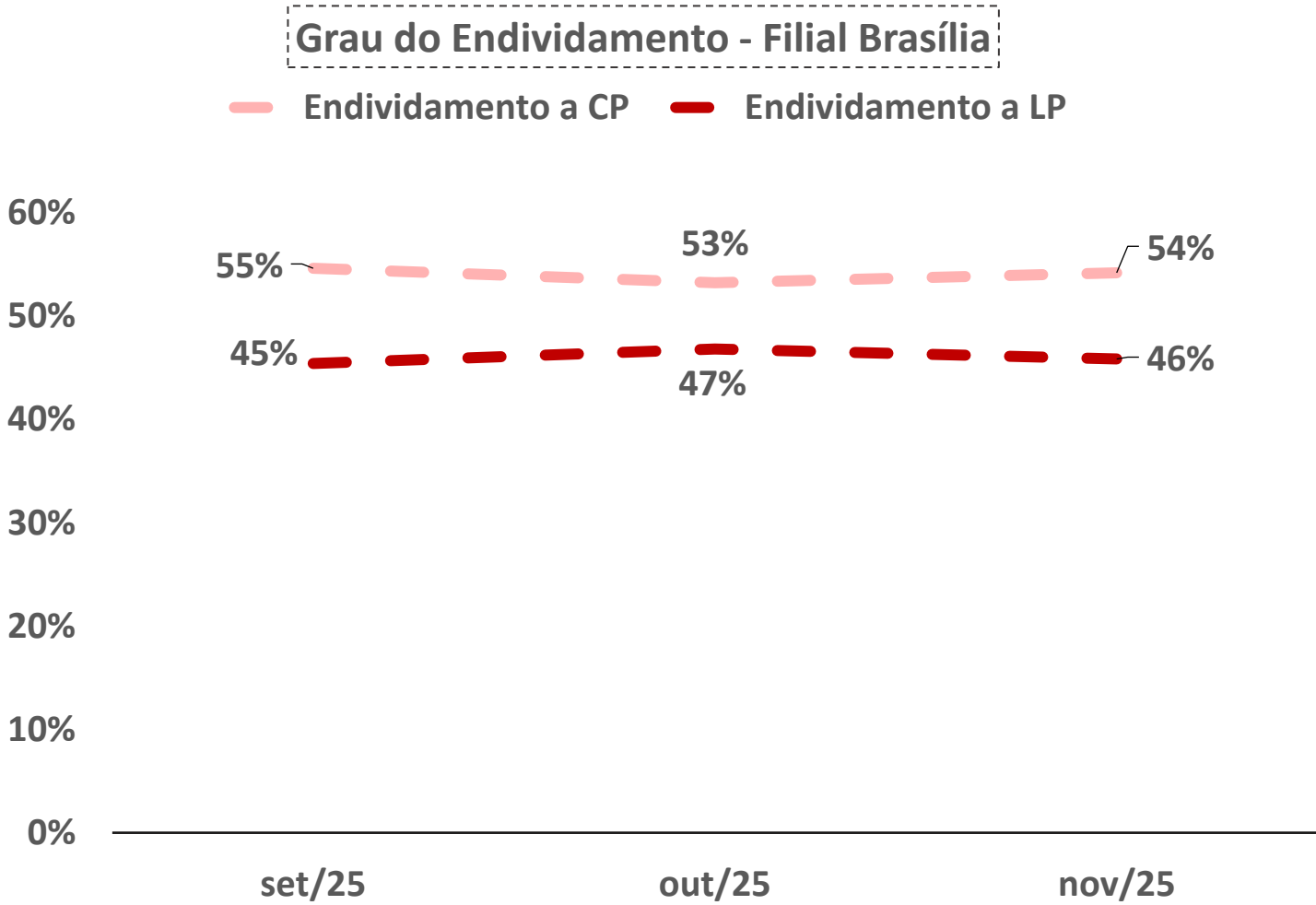
Liquidez Geral: Os índices referentes aos períodos analisados indicam que a filial Brasília/DF tem a capacidade de saldar as suas dívidas de curto e de longo prazo.

Liquidez Imediata: Nos períodos analisados, a filial Brasília/DF não dispunha de recursos suficientes em seu caixa para quitar as suas obrigações de curto prazo.

Liquidez Seca: Indica que a filial Brasília/DF não possui valores suficientes no Ativo Circulante capazes de saldar as suas obrigações de curto prazo.

Liquidez Corrente: Indica que os recursos que a filial Brasília/DF havia registrado no Ativo Circulante eram insuficientes para quitar a cada R\$ 1,00 de dívidas no Passivo Circulante.

Abaixo, apresenta-se graficamente o grau de endividamento da Filial Brasília/DF:



A análise do grau de endividamento da Filial Brasília/DF referente ao período analisado revela um cenário de alteração nos índices de endividamento tanto de curto prazo (CP) quanto de longo prazo (LP).

O endividamento de curto prazo apresentou variação entre 53% e 55%, enquanto o endividamento de longo prazo apresentou variação de 45% e 47% ao longo dos últimos três meses.

11. Análise Econômico-Financeira

Demonstração da Receita, Despesa e Custos da Matriz – Brasília (DF)

Inicialmente, ressalta-se que os dados contábeis, representados abaixo, foram enviados pela Recuperanda para o endereço de e-mail da Administração Judicial.

Cumpre referir que, no primeiro quadro a seguir, foram apresentados os saldos mensais correspondentes à Filial de Brasília/DF. No segundo quadro, constam os valores acumulados nos referidos períodos.

| | RESULTADOS MENSAIS | | | | |
|--|---------------------|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | set/25 | AH% ¹ | out/25 | AH% ² | nov/25 |
| Receita Bruta de Vendas | 16.392.060 | 7% | 17.506.252 | -8% | 16.090.521 |
| (-) Deduções da receita | (9.526) | -30% | (6.689) | -94% | (389) |
| (=) Receita Líquida | 16.382.534 | 7% | 17.499.562 | -8% | 16.090.132 |
| (-) Custos dos Serviços Prestados | (13.212.527) | 4% | (13.680.119) | -1% | (13.604.852) |
| (-) Despesas Operacionais | (1.719.886) | -15% | (1.467.710) | -10% | (1.324.794) |
| (=) Resultado Operacional | 1.450.121 | 62% | 2.351.733 | -51% | 1.160.486 |
| (+/-) Resultado Financeiro | (263.387) | 111% | (556.648) | -60% | (220.686) |
| (=) Resultado do Exercício | 1.186.734 | 51% | 1.795.084,78 | -48% | 939.800 |

| | RESULTADOS ACUMULADOS | | | | |
|---|-----------------------|------------------|----------------------|------------------|----------------------|
| | set/25 | AH% ¹ | out/25 | AH% ² | nov/25 |
| Receita Bruta de Vendas | 150.510.647 | 12% | 168.016.899 | 10% | 184.107.420 |
| (-) Deduções da receita | (575.591) | 1% | (582.280) | 0% | (582.669) |
| (=) Receita Líquida | 149.935.056 | 12% | 167.434.619 | 10% | 183.524.751 |
| (-) Custos dos Serviços Prestados | (115.750.140) | 12% | (129.430.260) | 11% | (143.035.112) |
| (-) Despesas Operacionais | (16.223.369) | 12% | (18.234.990) | 9% | (19.825.151) |
| (+) Outras receitas/despesas operacionais | 997.808 | -1% | 985.071 | 5% | 1.029.752 |
| (=) Resultado Operacional | 18.959.355 | 9% | 20.754.440 | 5% | 21.694.240 |
| (=) Resultado do Exercício | 18.959.355 | 9% | 20.754.440 | 5% | 21.694.240 |

AH% ¹: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre setembro e outubro/2025;
AH% ²: Análise horizontal – apresenta a variação mensal entre outubro e novembro/2025;

Ao lado, estão apresentados, de forma resumida, os resultados obtidos pela Filial de Brasília (DF) no período compreendido entre setembro e novembro de 2025. Destaca-se que os resultados foram apresentados tanto de forma mensal como acumulada.

Primeiramente, cumpre destacar que a Filial de Brasília/DF permanece apresentando superávit financeiro, tendo sido, em março/2025, o melhor resultado do período analisado: R\$ 3.067.265,58.

Entre os meses de outubro e novembro/2025, nota-se que houve redução no auferimento de receitas: 8%. Por outro lado, as despesas operacionais de novembro/2025 reduziram na ordem de 10% quando comparadas ao período imediatamente anterior.

Entre setembro e outubro/2025, houve um incremento de apenas 4% no que tange aos dispêndios com os custos operacionais (julho *versus* junho).

Com base no balancete do mês de novembro/2025, é possível inferir que 84% da receita auferida foi proveniente do Sistema SUS. Ademais, nota-se que 12% e apenas 0,38% corresponderam às receitas de convênios e às receitas de particulares, respectivamente.

No que tange aos custos e às despesas, destaca-se que os maiores dispêndios referem-se aos custos com pessoal e valores com materiais de consumo.

Na rubrica de “Custos com Materiais de Consumo” são apresentados os gastos com drogas e medicamentos, materiais de enfermagem, órteses, próteses, materiais médico hospitalar, materiais gerais, materiais de manutenção, oxigênio e gases medicinais, materiais de expediente e impressos, filmes e materiais cineradiográfico, higienização e lavanderias, bens de consumo durável, materiais de laboratório e perdas e avarias.

Destaca-se que algumas informações relativas aos custos, às despesas e ao INSS Patronal da Filial (Brasília/DF) foram apresentadas na página 35 deste relatório.

11. Plano de Recuperação Judicial

Condições de Pagamento

A seguir, apresenta-se um quadro-resumo correspondente às **condições de pagamento** previstas no Plano de Recuperação apresentado pela Recuperanda em 25/01/2024 (Evento 297), as quais foram modificadas na decisão de homologação do PRJ e concessão da Recuperação Judicial (Evento 741).

| CLASSE | SUBCLASSE | MESES DE CARÊNCIA | PRAZO TOTAL PARA A QUITAÇÃO DO CRÉDITO | DESÁGIO | FORMA DE PAGAMENTO | ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO |
|---------------|--|--|---|---------|------------------------|------------------------|
| TRABALHISTA | Créditos de natureza salarial, vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de Recuperação Judicial e de até 5 salários-mínimos | Não há | Em até 30 dias após a homologação do PRJ | Não há | Não mencionado | Não mencionado |
| | Créditos limitados a 150 salários-mínimos | | Em até 12 meses após a homologação do PRJ | | | |
| | Créditos acima de 150 salários-mínimos | 24 meses, a partir da data de homologação do PRJ | 180 meses | 90% | Não mencionado | IPCA + 0.3% a.m. |
| GARANTIA | - | 24 meses, a partir da data de homologação do PRJ | 180 meses | 90% | A critério da Devedora | IPCA + 0.3% a.m. |
| QUIROGRÁFARIO | - | 24 meses, a partir da data de homologação do PRJ | 180 meses | 90% | A critério da Devedora | IPCA + 0.3% a.m. |
| ME / EPP | - | 24 meses, a partir da data de homologação do PRJ | 180 meses | 90% | A critério da Devedora | IPCA + 0.3% a.m. |

Os créditos trabalhistas ilíquidos serão liquidados após a sentença proferida pela Justiça do Trabalho e mediante a apresentação da devida retificação do crédito. Além disso, destaca-se que, caso existam créditos de natureza extraconcursal vinculados a credores financeiros colaborativos, os valores correspondentes serão repactuados nas mesmas condições estabelecidas para os "Credores Financeiros Colaborativos".

11. Plano de Recuperação Judicial

Fiscalização do Cumprimento do Plano

A decisão que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial encontrava-se suspensa pela atribuição de efeito suspensivo concedido no agravo de instrumento de número 5271523-56.2024.8.21.7000; o recurso, todavia, na data de 01/05/2025, foi julgado prejudicado pela perda de objeto. Por essa razão, está novamente vigente o prazo para cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e consequente fiscalização do PRJ.

| CLASSE | Início dos Pagamentos | Término dos Pagamentos | Status | Cumprimento do Plano |
|---------------|---|------------------------|--|----------------------|
| Trabalhista | 30/08/2024 a 29/10/2024 (60 dias – em razão do início do efeito suspensivo) | 29/09/2024 | Pagamentos foram iniciados, mas não houve a comprovação do adimplemento integral da classe | ✗ |
| | Nova contagem a partir de 01/05/2025 | 02/03/2026 | Pagamentos foram iniciados | ✓ |
| | 02/03/2027 | - | Pagamentos ainda não foram iniciados | ✓ |
| Garantia Real | 02/03/2027 | 26/02/2042 | Pagamentos ainda não foram iniciados | ✓ |
| Quirografia | 02/03/2027 | 26/02/2042 | Pagamentos ainda não foram iniciados | ✓ |
| ME/EPP | 02/03/2027 | 26/02/2042 | Pagamentos ainda não foram iniciados | ✓ |

11. Plano de Recuperação Judicial

Fiscalização do Cumprimento do Plano – Classe Trabalhista

O Plano de Recuperação Judicial homologado estabeleceu que os créditos de natureza salarial, vencidos nos três meses anteriores ao pedido de recuperação judicial e limitados a cinco salários mínimos por credor, devem ser quitados no prazo máximo de 30 dias contados da homologação. Ressalte-se que, durante todo o trâmite da recuperação judicial, a devedora não informou quais credores se enquadrariam nessa condição – créditos de natureza salarial, vencidos nos três meses anteriores ao pedido e limitados a cinco salários mínimos. Diante disso, a Administração Judicial, nos autos, sugeriu que a Fundação Universitária de Cardiologia indicasse quais créditos dessa natureza já constavam nas relações de credores publicadas.

Em cumprimento à decisão judicial proferida no Evento 254, a Recuperanda apresentou, no Evento 278 – ANEXO 2, documento no qual discrimina os créditos integrantes da subclasse com prioridade de pagamento prevista no Plano de Recuperação Judicial. Conforme referido documento, essa subclasse é composta por **99 (noventa e nove) credores**, totalizando **R\$ 617.464,72**, valor já limitado a **cinco salários-mínimos por credor**.

Previamente, no exercício de sua atuação fiscalizatória, a Administração Judicial havia solicitado, por meio de contato administrativo via e-mail, esclarecimentos acerca da realização de pagamentos aos credores da **Classe I – Trabalhistas**. Em resposta, a Recuperanda encaminhou **22 (vinte e dois) comprovantes de pagamento**, referentes aos meses de **junho e julho de 2025**, que, somados, perfazem o montante de **R\$ 155.320,00**.

O confronto desses comprovantes com a relação de credores apresentada no Evento 278 permitiu constatar que **os 22 pagamentos comprovados referem-se exclusivamente a credores integrantes da referida subclasse de natureza estritamente salarial**, vencidos nos três meses anteriores ao pedido de Recuperação Judicial e limitados a cinco salários-mínimos, **não abrangendo, contudo, a totalidade dos 99 credores** nela enquadrados.

Dessa forma, com o objetivo de fiscalizar e verificar o efetivo cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, a Administração Judicial sugeriu a intimação da Recuperanda para que comprovasse, nos autos, o **adimplemento integral** dos créditos da subclasse de natureza estritamente salarial, vencidos nos três meses anteriores ao ajuizamento e limitados a cinco salários-mínimos, relativamente aos **77 (setenta e sete) credores** cujos pagamentos não haviam sido comprovados, no montante total de **R\$ 462.144,72**. Em atenção à determinação judicial, a Recuperanda requereu prazo suplementar de **5 (cinco) dias**, o qual foi deferido pelo Juízo, fixando-se como termo final para a comprovação o dia **15/09/2025**.

A Fundação Universitária de Cardiologia, na manifestação do Evento 340, apontou que, dos 99 credores trabalhistas enquadrados nos créditos de natureza salarial vencidos nos 3 meses anteriores e limitados a cinco salários-mínimos, apenas 34 enviaram dados bancários para pagamento. Assim, permanecem 65 credores dessa subclasse sem comprovação de quitação, restando em aberto o montante de R\$ 387.566,61, cujo pagamento integral deveria ter sido efetuado até 29/09/2024, nos termos do prazo de 30 dias contados da homologação do Plano.

Sabe-se que há previsão, no Plano de Recuperação Judicial, que dispõe que é obrigação dos credores a apresentação dos dados bancários para adimplemento dos seus créditos por parte da FUC. Considerando-se, no entanto, a natureza estritamente alimentar do crédito acima descrito, a Administração Judicial sugeriu, em consonância com o princípio da cooperação, que a recuperanda fosse novamente intimada para que diligencie na busca dos dados bancários dos seus ex-colaboradores.

Após a manifestação da Administração Judicial, o Ministério Público manifestou-se de forma favorável à sugestão apresentada por esta Equipe Técnica, conforme consta no Evento 370.



11. Plano de Recuperação Judicial

Fiscalização do Cumprimento do Plano – Classe Trabalhista

O Juízo consignou que, embora o Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia fosse soberano em suas disposições, sua execução deveria observar os princípios que regem o processo recuperacional, notadamente os da cooperação, da função social da empresa e da dignidade da pessoa humana. Destacou-se que a Lei nº 11.101/2005 visava não apenas à superação da crise empresarial, mas também à satisfação dos interesses dos credores, com especial atenção aos créditos de natureza alimentar, os quais, no caso concreto, eram de baixo valor e destinados a trabalhadores, em sua maioria, sem acompanhamento jurídico.

Nesse contexto, entendeu-se que a inércia da Recuperanda em promover os pagamentos sob a justificativa da ausência de dados bancários não se sustentava, uma vez que tais informações poderiam ser diligenciadas pela própria empresa, em razão do vínculo empregatício pretérito. O magistrado ressaltou a aplicação do princípio da cooperação, previsto no artigo 6º do Código de Processo Civil, afastou a alegação de insegurança jurídica quanto a depósitos em contas antigas e concluiu que a busca ativa pelos dados dos credores não configurava alteração do plano, mas medida necessária à sua efetiva execução e ao cumprimento de sua finalidade essencial.

O Juízo acolheu as manifestações da Administração Judicial e do Ministério Público e determinou que a Recuperanda, no prazo de 30 dias, adotasse as providências necessárias para viabilizar o pagamento dos créditos trabalhistas de natureza salarial pendentes, incluindo a elaboração e divulgação de lista atualizada dos credores da subclasse respectiva e a realização de diligências para obtenção dos dados bancários, inclusive mediante comunicação aos sindicatos de classe, a fim de assegurar a efetividade do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

O prazo para cumprimento das determinações encontra-se em curso, com termo final em 13/02/2026.



11. Plano de Recuperação Judicial

Fiscalização do Cumprimento do Plano – Classe Trabalhista



| Apenas credores da subclasse de créditos de natureza salarial vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de Recuperação Judicial e de até 5 salários-mínimos | | Créditos (5 salários-mínimos) | Valores Pagos | Data do Pagamento |
|---|---|----------------------------------|---------------|-------------------|
| 1 | Alana de Quadros Schroeder | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 30/06/2025 |
| 2 | Alessandro Konrad Olszewski | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 3 | Alexandra Karla Ximena Trujillo Centellas | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 4 | Alexandre Augusto Tartari | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 25/07/2025 |
| 5 | Aline Coletto Jaccottet | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 6 | Aline Fernandes Rohr de Medeiros | R\$ 5.817,15 | R\$ 5.817,15 | 30/09/2025 |
| 7 | Altamiro Reis da Costa | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 8 | Amanda Fernandes de Freitas | R\$ 2.751,60 | R\$ 0,00 | - |
| 9 | Amanda Pires Ribeiro | R\$ 3.022,10 | R\$ 0,00 | - |
| 10 | Ana Rosa Vaccari | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 11 | Anderson Berni Cristofari | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 30/09/2025 |
| 12 | Anelise Gulart da Cas | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 15/08/2025 |
| 13 | Carlye Nicheli Cechinato | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 14 | Catarine Benta Lopes dos Santos | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 30/06/2025 |
| 15 | Chaiany Lima da Silva | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 16 | Daiane Cristine Barbosa da Rosa | R\$ 2.385,86 | R\$ 2.385,86 | 18/07/2025 |
| 17 | Daniel Trevisan Jost | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 30/06/2025 |
| 18 | Dara Taina Hossa | R\$ 5.608,37 | R\$ 0,00 | - |
| 19 | Domingos Vitola | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 20 | Eduardo Jardim Gamboa | R\$ 1.592,25 | R\$ 1.592,25 | 15/08/2025 |
| 21 | Eduardo Tarasconi Ruschel | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 23/06/2025 |
| 22 | Enio Silveiro do Canto | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 23 | Ester Silveira Prestes Graciano | R\$ 1.689,57 | R\$ 0,00 | - |
| 24 | Fabiane Naziazeno Saucedo | R\$ 3.351,37 | R\$ 0,00 | - |
| 25 | Felipe Costa Fuchs | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 08/08/2025 |
| 26 | Flavio de Castro dalbem | R\$ 3.919,02 | R\$ 0,00 | - |
| 27 | Gabriel Dias de Souza | R\$ 5.170,40 | R\$ 0,00 | - |
| 28 | Gabriela Vaz Pereira | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 11/07/2025 |
| 29 | Georgia Pergher Postingher | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 23/06/2025 |
| 30 | Giulia Bonatto Reichert | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |

| Apenas credores da subclasse de créditos de natureza salarial vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de Recuperação Judicial e de até 5 salários-mínimos | | Créditos (5 salários-mínimos) | Valores Pagos | Data do Pagamento |
|---|----------------------------------|-------------------------------|---------------|-------------------|
| 31 | Guilherme Antonio Vígano | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 32 | Gustavo Glotz de Lima | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 13/06/2025 |
| 33 | Hareton Araujo Lamb | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 34 | Henrique Basso Gomes | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 35 | Hugo Antonio Fontana Filho | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 36 | Humberto Andres Vaz | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 37 | Imarilde Ines Giusti | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 38 | Janaina Huber | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 39 | Jessica Silva de Araujo | R\$ 3.713,42 | R\$ 0,00 | - |
| 40 | Joao Ricardo Michielin Sant Anna | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 41 | Joao Vitor darde Rodrigues | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 23/06/2025 |
| 42 | Joao Vitor Slaviero | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 43 | Jorge Alberto Szimanski Auzani | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 13/06/2025 |
| 44 | Josane Elise Almansa Nunes | R\$ 1.732,84 | R\$ 0,00 | - |
| 45 | Jose Luiz da Costa Vieira | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 46 | Julia Fernandes Cardoso | R\$ 4.702,32 | R\$ 0,00 | - |
| 47 | Juliana Figueiro de Oliveira | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 18/07/2025 |
| 48 | Keli Chemello | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 49 | La Hore Correa Rodrigues Junior | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 11/07/2025 |
| 50 | Lavinia dos Santos Ramos | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 51 | Leydi Julieth Ortega Pena | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 52 | Lisia Maria Galant Francois | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 53 | Lucas Renan Schaefer | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 23/06/2025 |
| 54 | Lucia Schaan Siqueira | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 02/07/2025 |
| 55 | Luciana Rodrigues da Silva | R\$ 4.983,42 | R\$ 0,00 | - |
| 56 | Luciane Beatriz de deus | R\$ 4.673,35 | R\$ 0,00 | - |
| 57 | Luciane Durigon Cocco | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 58 | Luciano Ceolin Rosa | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 17/06/2025 |
| 59 | Luiz Henrique Soares Nicoloso | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 15/08/2025 |
| 60 | Luna Gabriella de Oliveira | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |

11. Plano de Recuperação Judicial

Fiscalização do Cumprimento do Plano – Classe Trabalhista



| | Apenas credores da subclasse de créditos de natureza salarial vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de Recuperação Judicial e de até 5 salários-mínimos | Créditos (5 salários-mínimos) | Valores Pagos | Data do Pagamento |
|----|---|-------------------------------|---------------|-------------------|
| 61 | Maico Furlanetto | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 62 | Manoela Alvarina dos Santos Martins | R\$ 5.428,80 | R\$ 0,00 | - |
| 63 | Marcos Capitanio Michelin | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 13/06/2025 |
| 64 | Marne de Freitas Gomes | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 13/06/2025 |
| 65 | Mathias Silvestre de Brida | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 13/10/2025 |
| 66 | Mauricio Balk | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 25/06/2025 |
| 67 | Mauricio Butzke | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 04/07/2025 |
| 68 | Melina Assmann | R\$ 5.696,39 | R\$ 0,00 | - |
| 69 | Melina Borba Duarte | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 70 | Micheline Freitas | R\$ 1.426,47 | R\$ 0,00 | - |
| 71 | Miriana Basso Gomes | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 04/07/2025 |
| 72 | Monica Escalante | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 04/07/2025 |
| 73 | Monica Suso dos Santos Lemos | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 74 | Nelso Ortigara Junior | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 75 | Paola Stefania Bohrer Rabaioli | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 76 | Paulo Alexandre Pereira de Oliveira | R\$ 3.717,37 | R\$ 0,00 | - |
| 77 | Paulo Cesar Muniz da Silva | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 78 | Raphael Boesche Guimaraes | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 23/06/2025 |
| 79 | Raphael dos Santos Silva | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 23/06/2025 |
| 80 | Raquel Medeiros Benitez | R\$ 4.489,55 | R\$ 0,00 | - |
| 81 | Raul Ivo Rossi Filho | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 82 | Renata Faria da Fontoura | R\$ 1.312,46 | R\$ 0,00 | - |
| 83 | Renata Pibernat de Moraes | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 13/06/2025 |
| 84 | Roberto Tofani Sant Anna | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 85 | Rodrigo dalla Rosa Necchi | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 86 | Rodrigo Moraes Reis | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 87 | Roiter de Albernaz Furtado | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 88 | Saul Rosa Souza | R\$ 3.688,74 | R\$ 0,00 | - |
| 89 | Sergio Freire Grillo | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 13/10/2025 |
| 90 | Sheila Barbosa deantoni | R\$ 31,90 | R\$ 0,00 | - |

| | Apenas credores da subclasse de créditos de natureza salarial vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de Recuperação Judicial e de até 5 salários-mínimos | Créditos (5 salários-mínimos) | Valores Pagos | Data do Pagamento |
|-------|---|-------------------------------|----------------|-------------------|
| 91 | Silvia Casonato | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 92 | Simone Marques do Espirito Santo | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 08/08/2025 |
| 93 | Stefano Antola Aita | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 25/07/2025 |
| 94 | Thamires Borges de Oliveira | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 95 | Thiago Camargo Moreira | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 96 | Tiago Hansel Basile Vigil | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 30/06/2025 |
| 97 | Tiago Landenberger | R\$ 7.060,00 | R\$ 0,00 | - |
| 98 | Tiago Luiz Luz Leiria | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 13/06/2025 |
| 99 | Urbano Leonel Sant Anna | R\$ 7.060,00 | R\$ 7.060,00 | 18/07/2025 |
| TOTAL | | R\$ 617.464,72 | R\$ 256.895,26 | |

Destaca-se que, até o presente momento, não foi apresentada a quitação integral dos créditos da subclasse de natureza salarial vencidos nos três meses anteriores ao pedido de Recuperação Judicial e limitados a cinco salários-mínimos.

11. Plano de Recuperação Judicial

Fiscalização do Cumprimento do Plano – Classe Trabalhista

A Administração Judicial constatou a realização de pagamentos em valores superiores ao limite de **cinco salários-mínimos**, relativamente às verbas que, nos termos do plano de recuperação judicial homologado, deveriam ser adimplidas no prazo de **30 (trinta) dias**.

No curso da análise dos pagamentos efetuados, verificou-se a existência de desembolsos direcionados aos **mesmos credores detentores de créditos de natureza salarial**, vencidos nos **três meses anteriores ao pedido de Recuperação Judicial** e limitados a cinco salários-mínimos, cujos valores pagos **excederam o teto estabelecido**. Os montantes excedentes foram devidamente **identificados, contabilizados e reclassificados** como pagamentos relativos à **subclasse de créditos trabalhistas limitados a 150 salários-mínimos**.

Os pagamentos realizados em favor dos **99 (noventa e nove) credores** abrangidos pela parcela correspondente a **até cinco salários-mínimos**, de natureza salarial e vencidos nos três meses anteriores ao pedido recuperacional, totalizaram **R\$ 256.895,26**.

No que concerne aos **credores com créditos trabalhistas limitados a 150 salários-mínimos**, foram iniciados os pagamentos desta subclasse, contemplando tanto os valores originalmente enquadrados nessa categoria quanto aqueles **reclassificados em razão do excesso** apurado na subclasse de até cinco salários-mínimos.

O montante global dos pagamentos efetuados nesta subclasse alcançou **R\$ 1.167.839,52**, evidenciando o **cumprimento parcial** das obrigações assumidas no plano de recuperação judicial em relação a esta categoria de credores trabalhistas.

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Art. 6º, §2º, da Lei º 11.101/05

O art. 6º, §2º, da Lei nº 11.101/05 (LREF), possibilita que, a qualquer tempo, sejam incluídos no Quadro-Geral de Credores da recuperanda créditos trabalhistas consolidados perante a Justiça Especializada, a qual pode ser materializada na apresentação da certidão de habilitação de créditos expedida por aquele Juízo:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: (...)

§2º É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações a que se refere o art. 8º desta Lei, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro-geral de credores pelo valor determinado em sentença. (grifou-se)

Conforme a redação legal acima referida, os pedidos de habilitação, exclusão ou modificação de créditos de natureza trabalhista que forem reconhecidos perante a Justiça Laboral poderão ser intentados diretamente ao Administrador Judicial. Sobre o tema, a propósito, vejamos as lições de Marcelo Barbosa Sacramone:

Apurado o valor do crédito do empregado pela Justiça do Trabalho, a referida quantia reconhecida em sentença será inscrita no Quadro-Geral de Credores, o que pode ser realizado mediante simples ofício encaminhado pela Justiça Laboral com cópia da decisão e discriminação dos créditos reconhecidos. É a facilitação da habilitação do crédito trabalhista no procedimento. (SACRAMONE, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de recuperação de empresas e falência. Ed. Saraiva, 2021. Pág. 99.)

Nesse sentido, com relação às ações já liquidadas e com certidões emitidas (que podem ser visualizadas no [link](https://www.dropbox.com/scl/fo/fek1rd2dahpqfslI7fq8h/ABniXDwX9U797H6EmFDAsI?rlkey=00d5ihmyeqd90seq2qre3zz86&st=4s37qys7&dl=0) - <https://www.dropbox.com/scl/fo/fek1rd2dahpqfslI7fq8h/ABniXDwX9U797H6EmFDAsI?rlkey=00d5ihmyeqd90seq2qre3zz86&st=4s37qys7&dl=0>), **informa-se que a Administração Judicial, de forma administrativa, durante o processamento da recuperação judicial da Fundação Universitária de Cardiologia, incluiu, na relação de credores da devedora, os seguintes créditos trabalhistas**, na forma do art. 6º, §2º, da Lei nº 11.101/05.

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|-------------------------------|--|---|---------------------------|
| Adriana da Cunha | R\$ 1.250,00 | R\$ 0,00 | 0020707-90.2023.5.04.0019 |
| Adriane Leticia Friederich | R\$ 2.816,86 | R\$ 0,00 | 0020324-47.2015.5.04.0002 |
| Alejandra Bolivar Rubin | R\$ 93.206,84 | R\$ 12.721,96 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Alejandra Bolivar Rubin | R\$ 4.027,40 | R\$ 93.206,84 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Alexandre Ferreira Braga | R\$ 75.677,45 | R\$ 59.666,86 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Alexandre Ferreira Braga | R\$ 2.434,86 | R\$ 75.677,45 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Alexandre Marques De Almeida | R\$ 2.440,82 | R\$ 21.074,98 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Alexandre Mendonça Machado | R\$ 7.869,94 | R\$ 0,00 | 0020157-19.2023.5.04.0012 |
| Aline Oliveira Evangelista | R\$ 4.086,22 | R\$ 0,00 | 0000762-77.2022.5.10.0022 |
| Aline Rolim da Frota | R\$ 28.022,24 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Amanda Ketzer Menezes Citrin | R\$ 104,25 | R\$ 2.673,60 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Amanda Tavares Mello | R\$ 35,58 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Ana Beatriz Machado de Aguiar | R\$ 72.383,21 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Ana Cristina Dias Viegas | R\$ 4.500,00 | - | 0020171-92.2023.5.04.0241 |
| Ana Karine Evaldt da Silva | R\$ 7.508,99 | R\$ 0,00 | 0020482-40.2023.5.04.0029 |
| Ana Paula Porto Yamakawa | R\$ 12.000,50 | R\$ 0,00 | 0000897-77.2021.5.10.0005 |

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Art. 6º, §2º, da Lei nº 11.101/05

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|------------------------------------|--|---|---------------------------|
| Ana Paula Weidlich Franco | R\$ 238.389,25 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Ana Paula Weidlich Franco | R\$ 102.198,52 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Andre Rodrigo de Moura Estivalet | R\$ 2.000,00 | R\$ 0,00 | 0020629-71.2024.5.04.0016 |
| Andrei José Leal | R\$ 3.000,00 | R\$ 0,00 | 0021046-31.2018.5.04.0017 |
| Andrei José Leal | R\$ 1.500,00 | R\$ 0,00 | 0020969-98.2022.5.04.0011 |
| Anelise Olmos Grings | R\$ 17.426,18 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Angela Luciane da Rosa | R\$ 5.703,95 | R\$ 0,00 | 0021578-65.2014.5.04.0010 |
| Angelica Isabele Alonso Console | R\$ 12.126,02 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Angelo Silveira Viezzer | R\$ 16.565,64 – sendo R\$ 15.564,07 (principal) R\$ 1.001,57 (FGTS) | R\$ 0,00 | 0021182-21.2019.5.04.0008 |
| Antonio Carlos dos Santos Schultz | R\$ 3.050,00 | R\$ 0,00 | 0021127-71.2023.5.04.0027 |
| Ariel Rocha Zvoziak | R\$ 2.199,53 | R\$ 0,00 | 0020611-02.2023.5.04.0011 |
| Arthur Frederico Nedel Sperb | R\$ 3.000,00 | R\$ 0,00 | 0020975-32.2023.5.04.0024 |
| Ashley Perez Deluca | R\$ 2.500,00 | R\$ 0,00 | 0020756-79.2023.5.04.0004 |
| Barbara Canabarro Frantz | R\$ 12.575,50 | R\$ 9.403,99 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Barbara Canabarro Frantz | R\$ 1.763,36 | R\$ 12.575,50 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Barbara Henrich Pinheiro | R\$ 147,95 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Beatriz Silveira Martins | R\$ 225.266,57 | R\$ 25.168,82 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Beatriz Silveira Martins | R\$ 88.891,08 | R\$ 25.168,82 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Belkiss Sperandio de Sá | R\$ 16.265,24 | R\$ 0,00 | 5227813-94.2025.8.21.0001 |
| Benie Crispel Goldman | R\$ 16.804,90 | R\$ 10.397,33 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Benie Crispel Goldman | R\$ 614,60 | R\$ 16.804,90 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Bruna Cavaleheiro Padilha da Silva | R\$ 17.000,00 | R\$ 670,33 | 0020205-42.2023.5.04.0411 |
| Bruna Fuhr Farinon Tani | R\$ 128.430,39 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Bruna Fuhr Farinon Tani | R\$ 25.990,23 | R\$ 128.430,39 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Bruno Grund Frota | R\$ 302,31 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Caio Flavio de Bastiani Mello | R\$ 144.000,00 | R\$ 0,00 | 0021364-88.2021.5.04.0411 |
| Camila da Silva Campos | R\$ 24.593,86 | R\$ 22.331,03 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Camila Da Silva Campos | R\$ 1.240,45 | R\$ 24.593,86 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Camilla Araujo Assad | R\$ 28.517,28 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Camilla Araujo Assad | R\$ 1.133,48 | R\$ 28.517,28 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Candice Cezimbra Miranda | R\$ 510,98 | R\$ 11.596,73 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Carla Adriana Ribeiro Fernandes | R\$ 12.000,00 | R\$ 0,00 | 0020185-75.2023.5.04.0015 |
| Carlos Alberto Alday Sepulveda | R\$ 10.000,00 | R\$ 40.228,72 | 0020824-69.2023.5.04.0023 |
| Carlos Eduardo Niederauer | R\$ 20.934,71 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Carlos Vicente John dos Santos | R\$ 1.195,87 | R\$ 0,00 | 0020949-74.2021.5.04.0001 |
| Carlos Vicente John dos Santos | R\$ 1.200,00 | R\$ 0,00 | 0020242-17.2023.5.04.0008 |

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Art. 6º, §2º, da Lei nº 11.101/05

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|-------------------------------------|--|--|---------------------------|
| Carolina De Vargas Kives | R\$ 45,72 | R\$ 8.011,38 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Carolina Pruvинelli Ledesba | R\$ 1.700,00 | R\$ 0,00 | 0020205-42.2023.5.04.0411 |
| Carolina Santos Schulz | R\$ 2.000,00 | R\$ 1.017,50 | 0020664-94.2025.5.04.0016 |
| Caroline Hegele | R\$ 2.242,62 | R\$ 0,00 | 0020949-74.2021.5.04.0001 |
| Cassia Danieli de Oliveira Brizolla | R\$ 11.980,52 | R\$ 0,00 | 0020956-96.2022.5.04.0012 |
| Cassiana Miranda da Silveira | R\$ 50.000,00 | R\$ 4.267,73 | 0020853-82.2024.5.04.0024 |
| Catia Cristina da Cruz Alves | R\$ 50.000,00 | R\$ 1.270,89 | 0020901-23.2023.5.04.0009 |
| Cesar Augusto Sostizzo | R\$ 1.000,00 | R\$ 0,00 | 0020276-06.2021.5.04.0026 |
| Clarissa de Andrade Gonçalves | R\$ 22.246,14 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Claudete Albino da Rosa | R\$ 9.779,90 | R\$ 0,00 | 0020347-94.2023.5.04.0007 |
| Claudia Fasoli | R\$ 141.561,85 | R\$ 32.533,74 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Claudia Fasoli | R\$ 20.948,72 | R\$ 141.561,85 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Claudia Regina Tropea | R\$ 2.000,00 | - | 0020896-93.2022.5.04.0022 |
| Cristian Chassot Benincasa | R\$ 9.854,04 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Cristian Tedesco Tonial | R\$ 11.320,57 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Cristiane dos Santos Goulart | R\$ 37.054,66 | R\$ 11.614,90 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Cristiane Dos Santos Goulart | R\$ 1.193,13 | R\$ 37.054,66 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Daiane da Silva Gato Dias | R\$ 4.061,72 | R\$ 0,00 | 0000438-50.2022.5.10.0002 |
| Daiane Silva Fraga | R\$ 1.267,41 | R\$ 0,00 | 0020242-17.2023.5.04.0008 |
| Daniela de Souza Vissoni | R\$ 16.000,00 | R\$ 0,00 | 0021364-88.2021.5.04.0411 |
| Daniela Mascarenhas Wiegand | R\$ 16.481,11 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Daniela Mascarenhas Wiegand | R\$ 932,21 | R\$ 16.481,11 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Daniela Poester | R\$ 55.114,44 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Deisi Cristina Mendonca Alves | R\$ 19.014,17 | R\$ 0,00 | 0020357-86.2021.5.04.0241 |
| Desiree Ribeiro Cristovao Fonseca | R\$ 29.127,32 | R\$ 35.054,62 | 0020629-71.2024.5.04.0016 |
| Diego Daniel Silva Da Silva | R\$ 3.006,54 | R\$ 0,00 | 0020121-57.2021.5.04.0008 |
| Diego Sachett Mattanna | R\$ 18.898,01 | R\$ 0,00 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Eduarda Cristine Penz | R\$ 6.072,10 | R\$ 0,00 (deverá ser somado ao valor anteriormente habilitado no incidente de nº 5110708-33.2024.8.21.0001, que monta em R\$ 50.000,00, visto que são dois créditos distintos) | 0020482-40.2023.5.04.0029 |
| Eduardo Luiz Dieter Knackfuss | R\$ 3.503,50 | R\$ 0,00 | 0021329-61.2017.5.04.0026 |
| Elias Ferronato | R\$ 43.112,69 | R\$ 0,00 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Elida Capuano | R\$ 751,79 | R\$ 26.318,35 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Elisangela dos Santos | R\$ 3.500,00 | R\$ 542,98 | 0020162-83.2024.5.04.0019 |
| Elisete Moraes de Alexandria | R\$ 11.189,53 | R\$ 0,00 | 0020593-09.2022.5.04.0013 |
| Elizangela Nunes Alves | R\$ 86.618,00 | R\$ 0,00 | 0000438-50.2022.5.10.0002 |
| Fabiana Beatriz da Silva Rosa | R\$ 8.207,10 | R\$ 0,00 | 0020276-06.2021.5.04.0026 |
| Fabiana Ribeiro Leal | R\$ 10.748,35 - sendo R\$ 10.369,36 (principal) + R\$ 378,99 (FGTS) | R\$ 0,00 | 0021271-91.2022.5.04.0411 |
| Fabiana Rodrigues Fonseca | R\$ 8.000,00 | R\$ 0,00 | 0020452-11.2023.5.04.0027 |

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Art. 6º, §2º, da Lei nº 11.101/05

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|-------------------------------------|--|---|---------------------------|
| Fabio Andre De Azevedo Fonseca | R\$ 2.006,06 | R\$ 17.347,25 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Fabio da Silva Ribeiro | R\$ 30.000,00 | R\$ 0,00 | 0020295-47.2022.5.04.0003 |
| Fabiula Biasuz Cenci | R\$ 147,35 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Fabício Tartarelli de Araújo | R\$ 1.937,86 | R\$ 0,00 | 0020772-09.2023.5.04.0012 |
| Felipe das Chagas Ribeiro | R\$ 1.612,25 | R\$ 0,00 | 0021271-91.2022.5.04.0411 |
| Felipe das Chagas Ribeiro | R\$ 5.581,11 | R\$ 0,00 | 0021136-79.2022.5.04.0411 |
| Felipe José Schnitzer | R\$ 600,00 | R\$ 0,00 | 0021135-69.2023.5.04.0020 |
| Fernanda Fetter Scherer | R\$ 14.007,29 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Fernanda Paulino Samy Silva | R\$ 169.438,41 | R\$ 61.708,52 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Fernanda Paulino Samy Silva | R\$ 33.409,86 | R\$ 169.438,41 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Fernando Pla de Azevedo | R\$ 38.500,00 | R\$ 0,00 | 0020086-97.2022.5.04.0029 |
| Fillipe Borba Beheregaray | R\$ 43.151,85 | R\$ 43.112,70 | 0020291-37.2023.5.04.0015 |
| Flavio Da Silva Borba | R\$ 675,64 | R\$ 0,00 | 0020582-71.2022.5.04.0015 |
| Flavio Marcelo Bittencourt | R\$ 25.000,00 | R\$ 24.110,32 | 0020756-79.2023.5.04.0004 |
| Francisco Costa Paixão | R\$ 21.470,80 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Francisco de Paula Soares Rodrigues | R\$ 11.861,55 – sendo R\$ 10.939,72 (principal) + R\$ 921,83 (FGTS) | R\$ 0,00 | 0020969-98.2022.5.04.0011 |
| Gabriela Kosczepa Telles | R\$ 13.334,19 | R\$ 0,00 | 0020294-62.2022.5.04.0003 |
| Gabriela Silva de Souza | R\$ 25.000,00 | R\$ 1.766,83 | 0020222-13.2024.5.04.0001 |
| Geovani da Silva Nunes | R\$ 2.000,00 | - | 0021108-14.2022.5.04.0702 |
| Gerson Do Nascimento | R\$ 3.200,00 | R\$ 0,00 | 0021182-16.2023.5.04.0029 |
| Gilson Mesquita Cardoso | R\$ 100.000,00 | R\$ 4.596,59 | 0021462-93.2024.5.04.0241 |
| Giovani Weber dos Santos | R\$ 70.253,41 | R\$ 0,00 | 5247959-93.2024.8.21.0001 |
| Giovanni Forneck Flores | R\$ 1.002,20 | R\$ 900,00 | 0020057-31.2022.5.04.0002 |
| Gisele Soares Naibert | R\$ 18.000,00 | R\$ 0,00 | 5307144-62.2024.8.21.0001 |
| Glauber Gasperin | R\$ 16.109,09 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Guilherme Dal Molin Pombo | R\$ 1.182,84 | R\$ 0,00 | 0020593-09.2022.5.04.0013 |
| Guilherme dos Santos Alcantra | R\$ 10.884,34 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Guilherme Nunes Migon | R\$ 3.000,00 | - | 0020295-47.2022.5.04.0003 |
| Gustavo Samara | R\$ 1.300,20 | R\$ 0,00 | 0020276-06.2021.5.04.0026 |
| Hadige Rade Sordi | R\$ 20.740,07 | R\$ 25.563,32 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Hafael Costa de Oliveira | R\$ 14.277,31 | R\$ 0,00 | 0021018-72.2023.5.04.022 |
| Isaque de Lima Monteiro Junior | R\$ 18.364,96 | R\$ 0,00 | 0020732-18.2019.5.04.0028 |
| Jaime Santana Rios | R\$ 4.100,00 | R\$ 0,00 | 0000692-09.2021.5.10.0018 |
| Janaina Ramos Nunes | R\$ 1.412,00 | R\$ 0,00 | 0020949-74.2021.5.04.0001 |
| Janice Nunes Ossanai | R\$ 57.954,11 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Janine Cavagnolli | R\$ 45.048,93 | R\$ 7.400,30 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Janine Cavagnolli | R\$ 895,81 | R\$ 45.048,93 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Jessica Radtke Soller | R\$ 1.273,52 | R\$ 0,00 | 0020969-98.2022.5.04.0011 |
| João Alfredo Bettoni | R\$ 2.731,92 | R\$ 0,00 | 0021578-65.2014.5.04.0010 |
| João Paulo Moschini | R\$ 19.772,05 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Art. 6º, §2º, da Lei nº 11.101/05

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|-----------------------------------|--|---|---------------------------|
| João Rodrigo Aires Borges | R\$ 1.634,22 | R\$ 41.228,28 de forma administrativa e R\$ 125.000,00 pela impugnação de crédito n.º 5187619-86.2024.8.21.0001 (serão somados ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| João Rodrigo Aires Borges | R\$ 41.228,28 | R\$ 4.355,57 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| João Toshio Suda | R\$ 1.000,00 | - | 0020970-40.2023.5.04.0014 |
| Jocelia Matilde Lopes | R\$ 495,92 | - | 0020896-93.2022.5.04.0022 |
| Josane Elise Almansa Nunes | R\$ 4.080,84 | R\$ 1.732,84 | 0020379-77.2024.5.04.0003 |
| Julia Guitolini Baiocco Nogueira | R\$ 78.869,64 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Julia Guitolini Baiocco Nogueira | R\$ 3.913,15 | R\$ 78.869,64 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Juliana de Moraes Soster | R\$ 21.142,80 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Juliana Piccinini da Rocha | R\$ 1.201,20 | R\$ 0,00 | 0020593-09.2022.5.04.0013 |
| Juliano Nunes Chibiaque de Lima | R\$ 43.607,73 | R\$ 10.362,20 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Juliano Nunes Chibiaque De Lima | R\$ 1.491,01 | R\$ 43.607,73 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Julio Cesar Schermer | R\$ 15.285,90 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Julio Cesar Schermer | R\$ 832,32 | R\$ 15.285,90 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Karina Vitorino Ferreira | R\$ 16.108,10 | R\$ 0,00 | 5328394-54.2024.8.21.0001 |
| Karoline Carlson Costa | R\$ 1.444,20 | R\$ 0,00 | 0020294-62.2022.5.04.0003 |
| Kelen Regina Oliveira Machado | R\$ 26.162,55 | R\$ 0,00 | 0021329-61.2017.5.04.0026 |
| Kiele Pato Hoffmann | R\$ 17.785,20 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Kyane Barreto Correa | R\$ 6.000,00 | R\$ 0,00 | 0021135-69.2023.5.04.0020 |
| Larissa Persch | R\$ 2.439,79 | R\$ 0,00 | 5227813-94.2025.8.21.0001 |
| Laura Sfair da Silva Teixeira | R\$ 1.800,00 | R\$ 0,00 | 5307144-62.2024.8.21.0001 |
| Leandro de Vargas | R\$ 165.000,00 | R\$ 11.008,22 | 0020852-88.2024.5.04.0027 |
| Leandro Luis Silva dos Santos | R\$ 1.146,15 | R\$ 0,00 | 0021182-21.2019.5.04.0008 |
| Ligia Renata Ribeiro Dias | R\$ 5.914,70 – sendo R\$ 5.458,93 (principal) + R\$ 455,77 (FGTS) | R\$ 0,00 | 0020130-03.2023.5.04.0411 |
| Lucas Nabinger | R\$ 3.500,00 | R\$ 0,00 | 0020086-97.2022.5.04.0029 |
| Lucas Schereiner | R\$ 46.762,46 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Lucia Barbosa Franco Guttemberg | R\$ 119.014,67 | R\$ 0,00 | 0000897-77.2021.5.10.0005 |
| Luciane Ramos Vieira | R\$ 1.105,95 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Luciano Ferraz Schopf | R\$ 866,37 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Luciano Machado Joaquim | R\$ 2.900,00 | R\$ 0,00 | 0020629-71.2024.5.04.0016 |
| Luciano Machado Joaquim | R\$ 1.000,00 | R\$ 0,00 | 0020582-71.2022.5.04.0015 |
| Luciano Mossmann de Oliveira | R\$ 4.000,00 | R\$ 0,00 | 0020043-26.2023.5.04.0030 |
| Luis Carlos Machado Araújo | R\$ 101,45 | R\$ 0,00 | 0021178-73.2017.5.04.0001 |
| Luisa Franco Soriano | R\$ 7.477,85 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Luiz Fernando Menezes de Oliveira | R\$ 22.697,51 | R\$ 0,00 | 0020339-86.2024.5.04.0006 |
| Luiz Oduvaldo Araujo Ceccim | R\$ 1.580,16 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Luma Barbosa dos Santos | R\$ 135.000,00 | - | 0020697-82.2023.5.04.0007 |
| Manoela Pinto Rios | R\$ 37.595,50 – sendo R\$ 28.269,82 (principal) + R\$ 9.325,68 (FGTS e multa 40%) | R\$ 0,00 | 0020242-09.2022.5.04.0701 |
| Marcelo Elesbão Fontoura | R\$ 5.794,24 | R\$ 0,00 | 0020242-09.2022.5.04.0701 |

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Art. 6º, §2º, da Lei n.º 11.101/05

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|------------------------------------|--|---|---------------------------|
| Marcelo Giambastiani Diaz | R\$ 10.000,00 | R\$ 25.290,97 | 0021139-54.2023.5.04.0005 |
| Marcia Martins Marquesan | R\$ 7.207,11 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Marcia Muratore e outros | R\$ 4.074,52 | R\$ 0,00 | 0021329-61.2017.5.04.0026 |
| Marcio Jose de Andrade | R\$ 14.000,00 | R\$ 0,00 | 5133381-83.2025.8.21.0001 |
| Marcio Santoro Cardoso | R\$ 852,01 | R\$ 0,00 | 5328394-54.2024.8.21.0001 |
| Marco Antonio Figueiro Reichelt | R\$ 28,65 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Marco Antônio Spolidoro | R\$ 76.131,43 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Marcos Longaray | R\$ 918,29 | R\$ 0,00 | 0020057-31.2022.5.04.0002 |
| Maria Alice Alves Barragan | R\$ 72.391,38 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Maria Claudia Piccoli | R\$ 17.209,08 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Maria Cristina Jardim Brandolt | R\$ 2.245,44 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Maria da Gloria Campos Fridman | R\$ 73.469,97 | R\$ 5.523,29 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Maria Da Gloria Campos Fridman | R\$ 1.511,06 | R\$ 73.469,97 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Maria De Fatima Ramos Bravo | R\$ 944,71 | R\$ 4.608,37 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Maria Helena Lovato Dellazzana | R\$ 87.617,72 | R\$ 9.626,59 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Maria Helena Lovato Dellazzana | R\$ 2.092,96 | R\$ 87.617,72 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Maria Lucia Buchabqui de Souza | R\$ 2.200,00 | R\$ 0,00 | 0020291-37.2023.5.04.0015 |
| Mario Geraldo Gobbato Karl | R\$ 27.288,36 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Mario Luis Vallenas Fernandez Baca | R\$ 9.595,86 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Marise Helena Laux | R\$ 67.918,32 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Marjore Jerusa Koslowski | R\$ 419,79 | R\$ 36.999,30 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Martha Arnold | R\$ 30.058,44 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Matheus Camara de Almeida | R\$ 200,00 | - | 0021108-14.2022.5.04.0702 |
| Melina Maria Trojahn | R\$ 110.309,88 – sendo R\$ 52.447,68 (principal) + R\$ 57.862,20 (FGTS) | R\$ 1.214,65 | 0020975-32.2023.5.04.0024 |
| Melissa Bueno Sander | R\$ 16.005,61 | R\$ 34.223,95 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Micheline Freitas | R\$ 3.362,47 | R\$ 1.426,47 | 0021159-18.2023.5.04.0014 |
| Miguel Da Cunha Xavier | R\$ 10,34 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Miriádi Fontana Costa | R\$ 1.000,00 | R\$ 0,00 | 0020426-25.2022.5.04.0002 |
| Miriádi Fontana Costa | R\$ 1.000,00 | R\$ 0,00 | 0020910-97.2024.5.04.0025 |
| Miriádi Fontana Costa | R\$ 3.000,00 | R\$ 0,00 | 0021100-54.2023.5.04.0006 |
| Moacir Moratelli Junior | R\$ 74,23 | R\$ 9.719,38 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Nair Brandão de Souza Froes | R\$ 49.893,41 | R\$ 2.851,27 | 0020692-30.2023.5.04.0017 |
| Nelmar Quadros | R\$ 15.600,00 | R\$ 0,00 | 0021020-73.2022.5.04.0411 |
| Neuza da Silva | R\$ 38.000,00 | R\$ 2.632,16 | 0020715-06.2023.5.04.0007 |
| Newton Ribeiro da Silva | R\$ 1.407,43 | - | 0020896-93.2022.5.04.0022 |

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Art. 6º, §2º, da Lei n.º 11.101/05

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|-------------------------------------|--|---|---------------------------|
| Nívea Ester Jose da Silva | R\$ 26.000,00 | - | 0020447-43.2023.5.04.0009 |
| Noeli de Fatima Vinck Emerim | R\$ 14.292,16 | R\$ 0,00 | 0020949-74.2021.5.04.0001 |
| Nogara & Gomes Advogados Associados | R\$ 6.565,00 | R\$ 210,00 (o qual será somado aos créditos habilitados administrativamente pela AJ, já que este crédito é originado da reclamação trabalhista nº 0020707-60.2023.5.04.0029). | 0020447-43.2023.5.04.0009 |
| Nogara & Gomes Advogados Associados | R\$ 5.000,00 | R\$ 210,00 (o qual será somado aos créditos habilitados administrativamente pela AJ, já que este crédito é originado da reclamação trabalhista nº 0020707-60.2023.5.04.0029). | 0020901-23.2023.5.04.0009 |
| Nogara & Gomes Advogados Associados | R\$ 3.800,00 | R\$ 210,00 (o qual será somado aos créditos habilitados administrativamente pela AJ, já que este crédito é originado da reclamação trabalhista nº 0020707-60.2023.5.04.0029). | 0020715-06.2023.5.04.0007 |
| Nogara & Gomes Advogados Associados | R\$ 350,00 | R\$ 210,00 (o qual será somado aos créditos habilitados administrativamente pela AJ, já que este crédito é originado da reclamação trabalhista nº 0020707-60.2023.5.04.0029). | 0020162-83.2024.5.04.0019 |
| Nogara & Gomes Advogados Associados | R\$ 2.650,00 | R\$ 210,00 (o qual será somado aos créditos habilitados administrativamente pela AJ, já que este crédito é originado da reclamação trabalhista nº 0020707-60.2023.5.04.0029). | 0020559-45.2024.5.04.0019 |
| Nogara & Gomes Advogados Associados | R\$ 13.500,00 | R\$ 210,00 (o qual será somado aos créditos habilitados administrativamente pela AJ, já que este crédito é originado da reclamação trabalhista nº 0020707-60.2023.5.04.0029). | 0020697-82.2023.5.04.0007 |
| Nogara & Gomes Advogados Associados | R\$ 2.500,00 | R\$ 210,00 (o qual será somado aos créditos habilitados administrativamente pela AJ, já que este crédito é originado da reclamação trabalhista nº 0020707-60.2023.5.04.0029). | 0020222-13.2024.5.04.0001 |
| Oscar Augusto Diebold | R\$ 2.002,00 | R\$ 0,00 | 0020294-62.2022.5.04.0003 |
| Paese, Ferreira e Associados | R\$ 2.629,38 | R\$ 1.182,52 (será somado aos créditos habilitados de forma administrativa) | 0021182-21.2019.5.04.0008 |
| Paese, Ferreira e Associados | R\$ 1.182,52 | R\$ 1.182,52 (será somado aos créditos habilitados de forma administrativa) | 0020157-19.2023.5.04.0012 |
| Paese, Ferreira e Associados | R\$ 3.348,40 | R\$ 1.182,52 (será somado aos créditos habilitados de forma administrativa) | 0020162-98.2020.5.04.0027 |
| Patricia Maria Pinheiro | R\$ 89.486,05 | R\$ 13.022,68 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Patricia Maria Pinheiro | R\$ 16.559,02 | R\$ 89.486,05 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Patricia Soares dos Reis | R\$ 262.117,17 | R\$ 12.560,32 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Patricia Soares Dos Reis | R\$ 124.103,36 | R\$ 262.117,17 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Paula Dovizinski Flores | R\$ 475,20 | R\$ 0,00 | 0020121-57.2021.5.04.0008 |
| Paula Flores Ternus | R\$ 14.743,11 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Paula Flores Ternus | R\$ 731,66 | R\$ 14.743,11 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Paula Jacqueline da Silva | R\$ 594,77 | R\$ 0,00 | 0020083-18.2021.5.04.0017 |
| Paula Xavier Picon | R\$ 26.363,15 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Paulo de Freitas Soller | R\$ 1.560,00 | R\$ 0,00 | 0021020-73.2022.5.04.0411 |
| Paulo de Freitas Soller | R\$ 1.800,00 | R\$ 0,00 | 0020220-14.2023.5.04.0022 |
| Paulo de Freitas Soller | R\$ 1.200,00 | R\$ 0,00 | 0020185-75.2023.5.04.0015 |

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Art. 6º, §2º, da Lei n.º 11.101/05

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|---|--|---|---------------------------|
| Pedro de Souza Suffert Fogaça | R\$ 1.414,13 | R\$ 0,00 | 0021128-77.2023.5.04.0020 |
| Priscila Arraes Reino | R\$ 1.937,49 | R\$ 0,00 | 0020956-96.2022.5.04.0012 |
| Rafael Almeida Guimaraes | R\$ 2.824,93 | R\$ 0,00 | 0020732-18.2019.5.04.0028 |
| Rafael Dias do Canto | R\$ 56,65 | R\$ 0,00 | 0020083-18.2021.5.04.0017 |
| Rafaela Garbini Casarin | R\$ 16.223,92 | R\$ 4.511,51 | 0021128-77.2023.5.04.0020 |
| Renata Knevitiz | R\$ 110.000,00 | R\$ 7.252,64 | 0020843-59.2024.5.04.0017 |
| Renato Kliemann Paese | R\$ 4.535,33 | R\$ 0,00 | 0020629-71.2024.5.04.0016 |
| Reni Teles Poitevin | R\$ 5.757,78 | R\$ 0,00 | 0020162-98.2020.5.04.0027 |
| Richard Maciel Gomes | R\$ 10.000,00 | R\$ 0,00 | 0021462-93.2024.5.04.0241 |
| Roberta Flach Perim | R\$ 367,55 | R\$ 0,00 | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Roberto Meimes | R\$ 434.111,30 (posteriormente, no incidente de n.º 5150615-78.2025.8.21.0001, o crédito foi majorado para R\$ 436.690,99) | R\$ 0,00 | 0020699-98.2022.5.04.0003 |
| Rogério Ceratti dos Santos | R\$ 10.612,87 | R\$ 0,00 | 5247959-93.2024.8.21.0001 |
| Rogério Furtado de Oliveira | R\$ 3.060,00 | R\$ 0,00 | 0000758-03.2022.5.10.0002 |
| Rogério Mattos da Silva | R\$ 66.802,78 | R\$ 0,00 | 0020750-06.2022.5.04.0005 |
| Ronaldo Santos da Silva | R\$ 18.000,00 | R\$ 0,00 | 0020220-14.2023.5.04.0022 |
| Ronaldo Viegas dos Santos | R\$ 10.315,00 | R\$ 0,00 | 0020772-09.2023.5.04.0012 |
| Rosaura Liz Lerner | R\$ 242.723,81 | R\$ 25.868,32 | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Rosaura Liz Lerner | R\$ 74.795,82 | R\$ 242.723,81 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Rosely Silveira Martins | R\$ 4.579,10 | - | 0020896-93.2022.5.04.0022 |
| Rosemery da Silva Santos | R\$ 40.000,00 | R\$ 0,00 | 0020043-26.2023.5.04.0030 |
| Rosenir Mateus Gonçalves | R\$ 26.500,00 | R\$ 1.707,09 | 0020559-45.2024.5.04.0019 |
| Rosicler Nunes da Mota | R\$ 19.900,94 | R\$ 0,00 | 0021413-66.2015.5.04.0015 |
| Rosimeri Cardoso | R\$ 4.810,65 | R\$ 0,00 | 0020910-97.2024.5.04.0025 |
| Sabrina Alessandra Marina Peres Moreira | R\$ 49.403,80 | R\$ 45.417,18 | 0020707-77.2024.5.04.0012 |
| Samanta Bianchi Vearick | R\$ 2.091,06 | R\$ 0,00 | 0021182-16.2023.5.04.0029 |
| Samara Ferrazza Antonini | R\$ 125,00 | R\$ 0,00 | 0020707-90.2023.5.04.0019 |
| Samara Ferrazza Antonini | R\$ 1.427,76 | R\$ 0,00 | 0021018-72.2023.5.04.0022 |
| Sandra Cristina dos Santos da Silva | R\$ 45.000,00 | - | 0020171-92.2023.5.04.0241 |
| Silene Simone Teles dos Santos | R\$ 11.023,97 | R\$ 715,74 | 0020898-26.2020.5.04.0251 |
| Silvana Martini Gomes | R\$ 5.000,00 | R\$ 0,00 | 0020853-82.2024.5.04.0024 |
| Silvana Martini Gomes | R\$ 1.000,00 | R\$ 0,00 | 0020824-69.2023.5.04.0023 |
| Silvana Martini Gomes | R\$ 1.000,00 | R\$ 0,00 | 0021139-54.2023.5.04.0005 |
| Silvana Martini Gomes | R\$ 800,00 | R\$ 0,00 | 0020452-11.2023.5.04.0027 |
| Silvana Martini Gomes | R\$ 977,99 | R\$ 0,00 | 0020347-94.2023.5.04.0007 |
| Simone Gehres | R\$ 49.261,53 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Simone Gehres | R\$ 1.844,84 | R\$ 49.261,53 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Art. 6º, §2º, da Lei nº 11.101/05

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|---------------------------------------|--|---|---------------------------|
| Sonete de Lima Padilha | R\$ 2.295,50 | R\$ 0,00 | 0020426-25.2022.5.04.0002 |
| Tahiris Martinez Castro | R\$ 19.774,66 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Tais Lima Dias Severo | R\$ 8.800,00 | R\$ 0,00 | 0020798-37.2024.5.04.0411 |
| Tassia Simoni de Oliveira Mascarenhas | R\$ 14.663,56 – sendo R\$ 11.020,89 (principal) + R\$ 3.642,67 (FGTS) | R\$ 0,00 | 0020611-02.2023.5.04.0011 |
| Tatiana Andrade Silveira | R\$ 14.540,25 | R\$ 0,00 | 0020549-53.2023.5.04.0013 |
| Tatiana Ckless Moresco Brenner | R\$ 54.664,72 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Taylor Favero Guedes | R\$ 2.592,59 | R\$ 0,00 | 0021578-65.2014.5.04.0010 |
| Thayane Fabricio da Silva | R\$ 7.955,58 | R\$ 0,00 | 0020242-17.2023.5.04.0008 |
| Thayrene Lais Da Luz Maia | R\$ 37.438,67 - R\$ 26.607,90 (principal) + R\$ 10.830,77 (FGTS) | R\$ 4.983,21 | 0021182-16.2023.5.04.0029 |
| Thiago Jose de Almeida Godoy | R\$ 38.733,55 | R\$ 0,00 | 0020085-10.2020.5.04.0021 |
| Thiago Vial Costa | R\$ 35.717,51 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Tuany De Oliveira Dornelles | R\$ 171,22 | R\$ 7.851,83 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Vanessa Maria Henrique | R\$ 30.500,00 | R\$ 543,84 | 0021127-71.2023.5.04.0027 |
| Vera Lúcia de Sá Alves | R\$ 5.786,50 | R\$ 0,00 | 0020057-31.2022.5.04.0002 |
| Veronica Motta de Barros | R\$ 1.500,00 | R\$ 0,00 | 0020484-07.2022.5.04.0009 |
| Vitor de Mattos Carneiro | R\$ 2.500,00 | R\$ 0,00 | 0020969-98.2022.5.04.0011 |
| Vivian Fontana | R\$ 12.358,67 | - | 0020178-02.2014.5.04.0241 |
| Vivian Fontana | R\$ 684,50 | R\$ 12.358,67 (será somado ao crédito habilitado de forma administrativa) | 0021591-79.2016.5.04.0241 |
| Viviane Ferreira | R\$ 4.504,25 | R\$ 0,00 | 0020582-71.2022.5.04.0015 |
| Waldir Goulart Machado Advogados | R\$ 3.838,43 | R\$ 0,00 | 0021182-16.2023.5.04.0029 |
| Waldir Goulart Machado Advogados | R\$ 11.447,51 | R\$ 0,00 | 0020975-32.2023.5.04.0024 |
| Wanderley Natal da Silva Marques | R\$ 15.000,00 | R\$ 0,00 | 0021523-26.2024.5.04.0411 |
| Wellington Dias Xavier | R\$ 4.480,65 | R\$ 0,00 | 0000758-03.2022.5.10.0002 |
| Worens Luiz Pereira Cavallini | R\$ 300.000,00 | R\$ 0,00 | 0020135-59.2022.5.04.0411 |

12. Habilitações Trabalhistas Administrativas

Habilitações realizadas desde o último RMA

A seguir, apresentam-se as habilitações trabalhistas realizadas pela Administração Judicial desde a apresentação do último RMA:

| Credor | Crédito reconhecido de forma administrativa pela AJ (art. 6º, §2º, da LREF), na Classe I – Credores Trabalhistas | Valor anteriormente arrolado na relação do edital referente art. 7º, §2º, da LREF, o qual será excluído | Origem |
|----------------------------|--|---|---------------------------|
| Dircinha Susin Bocchese | R\$ 1.900,00 | R\$ 0,00 | 0021178-31.2022.5.04.0702 |
| Evelise Baretta Moreira | R\$ 1.107,50 | R\$ 0,00 | 0020308-90.2025.5.04.0019 |
| Lilian Bueno Paiva Alencar | R\$ 1.934,96 | R\$ 0,00 | 0000180-94.2023.5.10.0005 |
| Lucas Ramos Soares | R\$ 25.541,93 | R\$ 0,00 | 0021178-31.2022.5.04.0702 |
| Maria Oneide Kist Ledur | R\$ 7.000,00 | R\$ 45.527,33 (crédito administrativo será somado ao crédito habilitado) | 0021077-08.2024.5.04.0028 |
| Marta Regina dos Reis Wolf | R\$ 167.288,33 | R\$ 0,00 | 0021178-31.2022.5.04.0702 |
| Paulo de Freitas Soller | R\$ 8.451,72 | R\$ 0,00 | 0021253-70.2022.5.04.0411 |
| Roberta Bernardes Sanches | R\$ 7.463,16 + R\$ 1.972,04 (FGTS) | R\$ 0,00 | 0020073-51.2023.5.04.0001 |
| Samara Ferrazza Antonini | R\$ 700,00 | R\$ 0,00 | 0021077-08.2024.5.04.0028 |
| Stefani Carrion Ferreira | R\$ 78.743,70 | R\$ 0,00 | 0021253-70.2022.5.04.0411 |
| Thais Duarte Pereira | R\$ 38.699,27 | R\$ 0,00 | 0000180-94.2023.5.10.0005 |
| Thierry Welker Pacheco | R\$ 11.075,00 | R\$ 0,00 | 0020308-90.2025.5.04.0019 |
| Tiago Alcantara da Silva | R\$ 14.700,40 | R\$ 0,00 | 5091415-77.2024.8.21.0001 |

13. Considerações Finais

Diante do exposto, a Administração Judicial vem, com o devido acato, perante Vossa Excelência, requerer:

- a) o recebimento do 24º Relatório de Atividades da Recuperanda, referente aos meses de **outubro e novembro/2025**, a fim de fornecer a todas as partes interessadas os principais tópicos do processo de recuperação judicial em questão até o momento;
- b) após a devida análise pelos órgãos competentes, o julgamento do presente relatório.

Sendo o que se cumpria reportar, a Administração Judicial permanece à disposição desse douto Juízo, bem como da coletividade dos credores e da Recuperanda para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nesses Termos,
É o Relatório.

Porto Alegre/RS, 23 de janeiro de 2026.

VON SALTÍEL ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

CAINELLI DE ALMEIDA ADVOGADOS

GERMANO VON SALTÍEL
OAB/RS 68.999

JULIANA RESCHKE
CRC/RS 104.037/O

FÁBIO CAINELLI DE ALMEIDA
OAB/RS 106.886

JOSIANE MACHADO
CRC/RS 059.503/0-8 e

14. Anexos

Registros fotográficos da visita *in loco* à Matriz de Santa Maria/RS



01. Unidade de Santa Maria/RS



02. Unidade de Santa Maria/RS



03. Unidade de Santa Maria/RS



04. Unidade de Santa Maria/RS



05. Unidade de Santa Maria/RS

Equipe Técnica



Augusto von Saltiel
Advogado responsável
OAB/RS 87.924



Fábio Cainelli de Almeida
Advogado responsável
OAB/RS 106.886



Germano von Saltiel
Advogado responsável
OAB/RS 68.999



Júlio Alfredo de Almeida
Advogado responsável
OAB/RS 24.023



Otávio Hardtke Boaventura
Equipe Jurídica
OAB/RS 124.849



Juliana Reschke
Coordenadora Contábil
CRC/RS 104.037/O-0



Josiane Machado
Coordenadora Contábil
CRC/RS 059.503/O-8



Gabriel Vieira
Equipe Contábil



Alex Scheffer
Equipe Contábil

